



# CONICUT

**LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL:**  
DEMOCRATIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO  
PARA GARANTIR E AMPLIAR DIREITOS.

09 A 13 DE JULHO DE 2012  
TRANSAMERICA EXPO CENTER  
SÃO PAULO - SP

# CADERNO DE RESOLUÇÕES



# CONTEÚTO

LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL:  
DEMOCRATIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO  
PARA GARANTIR E AMPLIAR DIREITOS.

09 A 13 DE JULHO DE 2012  
TRANSAMERICA EXPO CENTER  
SÃO PAULO - SP

# CADERNO DE RESOLUÇÕES

Fotos Capa: Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC  
Fotos Miolo: Roberto Parizotti

## APRESENTAÇÃO RESOLUÇÕES 11º CONCUR

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres”.*

*Rosa Luxemburgo*

O 11º CONCUR teve a responsabilidade de aprofundar nossa reflexão e proposições sobre que país queremos para as próximas décadas, por meio de uma concepção de desenvolvimento tendo como centro o trabalho, a ampliação do papel redistributivo e democrático do Estado e uma política econômica ousada que, articulada às demais políticas públicas, oriente o país no rumo do desenvolvimento sustentável e caminhe a passos largos para a sociedade socialista que almejamos. Assim como continuar a atualização de nosso projeto organizativo reafirmando a luta pela liberdade e autonomia sindical, para que a celebração de nossos 30 anos seja um momento de coroação da nossa ousadia de concepção e proposições e de protagonismo nas lutas. Por isso, o mote LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL: democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos.

Temos reafirmado sistematicamente que nossas principais tarefas são “impedir retrocessos em relação aos avanços conquistados nos últimos oito anos e aprofundar as mudanças”. Para isso, vamos “disputar os rumos do desenvolvimento, com a Plataforma da CUT, fortalecendo a luta por liberdade e autonomia sindical, valorização do trabalho e democracia, de homens e mulheres, do campo e da cidade.”

As resoluções do 11º CONCUR nos arma para a disputa de propostas em todos os âmbitos. Todos nós, homens e mulheres que acreditam e lutam por um mundo melhor têm a responsabilidade de divulgá-las em seus espaços de atuação para que possamos, efetivamente, avançar rumo à sociedade que almejamos.

### **SOMOS FORTES, SOMOS CUT!**

#### **Coordenação do 11º CONCUR**

Quintino Severo - Coordenador-geral  
Aparecido Donizeti da Silva  
Carmen Helena Foro  
Exedito Solaney Pereira de Magalhães  
Jacy Afonso de Melo  
Julio Turra  
Rosane Bertotti  
Rosane da Silva

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R434 Resoluções do 11º CONCUR : Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores / Central Única dos Trabalhadores. - São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.  
116 p.: il.

1. Central Única dos Trabalhadores. 2. Trabalhadores. 3. Sindicatos - Autonomia. 4. Liberdade de associação. 5. Democracia. 6. Direito do trabalho. 7. Movimentos sociais. 8. Desenvolvimento sustentável. 9. Brasil - Aspectos econômicos. 10. Socialismo.

CDU 331.105.44(81)  
CDD 331.880981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo - CRB 10/1507)



## ÍNDICE

<b>Estratégia da CUT</b> .....	13
<b>Eixo 1: Impulsionar a luta por desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho e unidade de ação com outros atores sociais para disputa de hegemonia</b> .....	15
<b>I. Construir alternativa ao neoliberalismo no Brasil e no mundo, com protagonismo da classe trabalhadora</b> .....	15
<b>II. A consolidação de um Estado democratizado e um novo padrão de desenvolvimento</b> .....	16
<b>Por uma outra Política Econômica</b> .....	18
Sistema Financeiro Nacional.....	18
Sobre a concentração de capital: fusões, grandes grupos econômicos, monopólios .....	19
<b>Ampliar a participação</b> .....	20
<b>Potencializar e disputar a concepção de desenvolvimento sustentável</b> .....	22
Rio +20 .....	23
<b>O desenvolvimento territorial e a disputa de projetos</b> .....	24
Reforma Agrária .....	25
Agricultura Familiar .....	25
Assalariados e Assalariadas no Campo .....	26
<b>Democratizar as relações de trabalho e combater a precarização</b> .....	26
Terceirização .....	27
Greve e Práticas Antissindicais .....	27
Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016: mobilização, pressão e negociação das condições e relações de trabalho .....	28
A negociação coletiva no setor público .....	28
<b>Ampliação do setor público para fortalecer nosso projeto de desenvolvimento e recuperar direitos</b> .....	29
<b>III. Botar o bloco na rua: movimentos populares, campanhas nacionais, internacionais e redes sociais</b> .....	30

## ÍNDICE

<b>Resolução sobre saúde do trabalhador</b> .....	33
<b>Integração Regional e questões de fronteira na perspectiva do Trabalho Decente</b> .....	34
<b>Energia e Água</b> .....	34
<b>Energia para o Desenvolvimento</b> .....	34
Energia Elétrica .....	34
Petróleo, Pré-sal e Gás .....	35
<b>Água</b> .....	36
<b>Previdência</b> .....	36
Regime Geral Previdência Social .....	36
Regime de Previdência Complementar .....	36
<b>Resolução da Comissão da Verdade</b> .....	37
<b>Eixo 2: Atualizar o projeto político-organizativo da CUT para os próximos 10 anos, ampliando as potencialidades para organizar a maioria da classe trabalhadora</b> .....	39
<b>I. Sindicato livre é sindicato forte: a campanha por liberdade sindical como celebração dos 30 anos da CUT</b> .....	39
Propostas .....	40
<b>II. O sindicato deve ser uma organização democrática e se organizar pela base</b> .....	40
<b>Propostas</b> .....	40
Convenção Cutista .....	40
Negociação Coletiva .....	42
<b>III. Diretrizes para conformação do Estatuto Classista</b> .....	42
<b>Propostas</b> .....	42
<b>IV. As Federações, Confederações e Ramos CUTistas</b> .....	43
<b>Propostas</b> .....	43
Municipais .....	43
<b>V. As Estaduais da CUT</b> .....	44

<b>VI. CUT Nacional: Direção Nacional e Executiva Nacional - papel político da Direção Nacional .....</b>	44
<b>Propostas .....</b>	44
<b>VII. Modelo de financiamento e aprimorar a gestão administrativa e financeira e Democracia Interna .....</b>	45
Pelo fim do imposto sindical e a implantação da contribuição negocial .....	45
Financiamento Sindical das Categorias Diferenciadas da CUT .....	46
Sustentação Sindical .....	46
<b>Propostas .....</b>	46
<b>Resolução sobre desconto assistencial .....</b>	47
<b>VIII. Paridade .....</b>	47
<b>IX. Igualdade Étnico-racial .....</b>	48
<b>Proposta de Resolução sobre Políticas de Cotas .....</b>	50
<b>X. Trabalhadores/as com deficiência .....</b>	50
<b>XI - Combate à homofobia , transfobia, lesbofobia e misoginia no mundo do trabalho .....</b>	51
<b>XII. Os Rurais da CUT .....</b>	51
<b>XIII. Trabalhadoras/es domésticas/os .....</b>	52
<b>XIV. Juventude CUTista .....</b>	52
<b>XV. Redes Sindicais frente às multinacionais .....</b>	53
<b>Propostas .....</b>	54
<b>XVI. O crescimento da CUT deve acompanhar a ampliação da classe trabalhadora .....</b>	54
<b>XVII. Formação: disputa de hegemonia na sociedade e ação sindical na relação capital trabalho .....</b>	55
<b>XVIII. Resolução sobre saúde do trabalhador .....</b>	56
<b>XIX. Desenvolvimento Econômico Social por meio da Economia Solidária .....</b>	57

<b>Plano de Lutas .....</b>	60
Eixo 1 - Mobilizações do Período: Jornada Nacional de Lutas da CUT .....	60
Eixo 2 - Valorização do Trabalho com Trabalho Decente .....	61
Eixo 3 - Disputa de Hegemonia para Distribuição de Renda .....	67
Eixo 4 - Potencializar a Articulação Internacional .....	71
Eixo 5 - Fortalecimento dos Ramos .....	71
<b>Servidores/as Públicos/as .....</b>	72
CONDSEF .....	74
<b>Ramo da Comunicação .....</b>	76
<b>Ramos Metalúrgico (CNM) .....</b>	77
<b>Ramo Educação (CNTE) .....</b>	77
<b>Ramo Vestuário (CNTV) .....</b>	77
<b>Ramo Alimentação (CONTAC) .....</b>	79
<b>Ramo Comerciantes (CONTRACS) .....</b>	79
<b>Ramo Transporte (CNTT) .....</b>	82
Setor Portuário .....	84
<b>Ramo Seguridade Social (CNTSS) .....</b>	84
<b>Ramos Financeiro (CONTRAF) .....</b>	85
<b>FISENGE .....</b>	86
<b>Ramos Municipais (CONFETAM) .....</b>	89
<b>Estatuto .....</b>	91
Alterações no Estatuto .....	91
Reforma Estatutária .....	91

A estratégia da CUT, que consta dos “Objetivos fundamentais” de seus Estatutos (Art. 2º), indica o “compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e o socialismo”. Daí, o compromisso de “lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as como obra dos próprios trabalhadores/as, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista”.

Esta estratégia norteia a formulação de objetivos imediatos, propostas e reivindicações que a reforcem, partindo sempre do princípio da independência de classe, isto é, que na luta irreconciliável entre o capital e o trabalho, a CUT defende a classe trabalhadora contra toda forma de opressão e exploração.

Desde o 10º CONCUR (2009) afirmamos que “a crise atual permite que questionemos com mais intensidade os pilares da dominação capitalista. Sua superação deve resultar da construção de um modelo alternativo, democrático e popular com horizontes transitórios para a sociedade socialista. É nesse sentido que se localiza o projeto de Estado e de desenvolvimento defendidos por nós, que são antagônicos aos atuais, hegemônicos pelo capital”.

Na 13ª Plenária Nacional, apontamos que “a estratégia aprovada pelo 10º CONCUR garantiu ao sindicalismo CUTista a permanência da sua ofensividade, mesmo no período de crise econômica mundial que ainda atinge o Brasil. A defesa dos empregos e dos salários, ao lado da pressão para a permanência do financiamento das políticas sociais, marcou a ação sindical da CUT no enfrentamento da conjuntura de crise que se agrava.”

Por isso, o 11º CONCUR reafirma que a estratégia sindical da CUT continuará a ser lastreada pelos princípios que nos forjaram: a liberdade e autonomia sindical buscando elevar a consciência da classe trabalhadora e ampliar a capacidade de luta da sociedade organizada. E é preciso que nós, trabalhadoras e trabalhadores, avancemos na construção de estratégias que caminhem na perspectiva da sociedade socialista que almejamos.

A nossa estratégia baseia-se na combinação de 2 eixos centrais:

- **EIXO 1:** Impulsionar a luta por desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho e unidade de ação com outros atores sociais para disputa de hegemonia.
- **EIXO 2:** Atualizar o projeto político-organizativo da CUT para os próximos 10 anos, ampliando as potencialidades para organizar a maioria da classe trabalhadora.



## EIXO 1:

# IMPULSIONAR A LUTA POR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM SOBERANIA POPULAR, IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E UNIDADE DE AÇÃO COM OUTROS ATORES SOCIAIS PARA DISPUTA DE HEGEMONIA

## I. Construir alternativa ao neoliberalismo no Brasil e no mundo, com protagonismo da classe trabalhadora

A transição do neoliberalismo para um modelo de desenvolvimento que prioriza o avanço de políticas de emprego, no campo e na cidade, com robustas políticas sociais, especialmente de transferência de renda iniciou um novo ciclo de desenvolvimento nacional que permitiu a ampliação generalizada do consumo popular e acesso a bens e serviços a uma parcela significativa da população que estava excluída.

O contexto do Brasil atual é marcado pelo aprofundamento das mudanças, que fortalecem a classe trabalhadora. A CUT faz parte desse movimento, ao disputar os rumos do desenvolvimento sob a ótica da classe trabalhadora; por isso, é fundamental avançarmos na estratégia da luta econômica, conquistando e ampliando direitos.

Devemos avançar para uma nova condição histórica, que é definida pela necessidade de construirmos, em conjunto com parceiros históricos e estratégicos, um programa que abarque o conjunto das transformações em curso no Estado e na sociedade, imprimindo-lhe um sentido radicalmente democrático. A CUT tem papel fundamental nessa disputa por um novo Estado no Brasil, sua democratização, sua visão de desenvolvimento, legitimando-se como liderança social de um novo protagonismo popular.

O sindicalismo combativo CUTista deve contribuir para a conformação de uma nova dinâmica no país, unificando numa mesma plataforma as lutas por igualdade em suas dimensões econômica, social e política, consolidando um sindicalismo anticorporativo e libertário. A Plataforma da CUT 2012, consolidada em conjunto com os Ramos e Estaduais da CUT, deve promover a articulação entre essas dimensões e a indicação de propostas concretas e viáveis para avançar nessa direção. Por isso, a formação sindical de nossos quadros deve ser potencializada.

A CUT tem, também, o potencial de fortalecer o sindicalismo internacionalista. Frente ao importante, mas ainda insuficiente processo de integração latino-americano, no qual o Brasil assume papel central, o movimento sindical brasileiro deve, cada vez mais, unificar-se às organizações sindicais combativas dos demais países latino-americanos. E, por meio da CSA, incidir para que essa integração não se limite aos aspectos estruturais e econômicos, mas que possa promover uma real integração dos povos, com redução das assimetrias, não só de infraestrutura, mas de condições de trabalho e de vida, convertendo-se, assim, num real processo de desenvolvimento regional.

Se a unificação europeia se fez a partir dos valores do liberalismo econômico, trazendo para o seu interior contradições que são hoje cada vez mais visíveis, a unificação política da América Latina pode ser concretizada, apoiando-se nos fortes processos democráticos de emancipação em curso no continente,

em bases políticas mais republicanas e democráticas.

É por isso que nos foros sindicais internacionais em que participa - como o grupo dos/as trabalhadores/as na OIT, na CSI e CSA - a CUT pauta sua intervenção pela defesa intransigente dos direitos dos/as trabalhadores/as - especialmente a Seguridade Social e a Convenção 102 da OIT, atacadas hoje pela proposta levantada por empresários/as e governos.

## **II. A consolidação de um Estado democratizado e um novo padrão de desenvolvimento**

Após oito anos do governo Lula, ainda é evidenciado no Estado brasileiro o peso e influência que tem o capital financeiro, núcleo das classes dominantes brasileiras. Nos anos Lula, os bancos continuaram acumulando recordes nas taxas de lucratividade. Apesar da nossa reivindicação pela mudança da política econômica, se mantém a lógica neoliberal dos juros altos, superávit primário e câmbio valorizado, dificultando a implementação de um projeto de desenvolvimento nacional que a CUT defende, inclusive com uma reforma tributária geral, que garanta o controle e a redução, de fato, dos juros.

Uma grande novidade do Governo Dilma Rousseff, porém, é o enfrentamento e redução do poder do capital financeiro e a afirmação quantitativa e qualitativa de um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central republicano (isto é, não subordinado aos bancos privados) e voltado para a defesa da moeda, contra a especulação cambial e a agiotagem (juros). A redução dos juros aconteceu em função de política do governo utilizando os bancos públicos, forçando o sistema privado as reduções dos juros, mas também, para a defesa do emprego e da construção do desenvolvimento nacional e de nova regulação internacional sobre os capitais constituem objetivos a serem buscados pela CUT nessa nova conjuntura.

Permanece, ainda, a reprodução de lógicas privatistas da gestão pública, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), as concessões de aeroportos, as terceirizações e mesmo a privatização da gestão da saúde em governos estaduais e municipais, com as OSCIPs e OSs. Continuaremos combatendo a entrega de áreas da gestão pública às fundações de direito privado e rejeitando propostas como a criação de uma empresa para gerenciar os hospitais universitários. A CUT deve combater a política de privatização do espaço aéreo brasileiro e dos aeroportos, a desnacionalização da indústria de transporte aéreo e das companhias aéreas, reivindicando uma política para o setor.

Queremos uma alternativa construída com o povo brasileiro, democraticamente, que promova o direito à igualdade, que saiba construir novos modos de organizar a vida social contra a mercantilização e o autoritarismo do capital. A natureza liberal do Estado brasileiro deve ser substituída por outras fundamentações, que permitam a construção de um Estado democrático e igualitário, passo essencial para a sociedade socialista que defendemos.

Para a CUT, um país soberano se constrói com serviço público de qualidade, com empresas estatais a serviço do desenvolvimento da nação, com a libertação da dominação imperialista que se exerce através das multinacionais sobre nossos recursos naturais e energéticos, nosso parque industrial e outros setores econômicos.

Compreender que estamos no limiar de um novo período político mais favorável aos/às trabalhadores/as e forças populares implica em novos desafios e tarefas. E significa reafirmar posições históricas de luta por um novo paradigma para as relações de trabalho no Brasil, por meio de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), sob a ótica do trabalho decente, conforme propugnado pela OIT, e pela liberdade e autonomia sindical, por meio da ratificação da Convenção 87 da OIT, pois proteger e incluir

os/as trabalhadores/as é uma das tarefas imprescindíveis para um Brasil justo e democrático, e é responsabilidade do Estado como regulador e empregador.

Tal compreensão implica não apenas em novas formulações no campo econômico, que apontem para muito além do estabelecimento de metas de crescimento, mas também, em novas abordagens sobre o papel do Estado, soberania, democracia e cidadania. O centro de nossa estratégia é organizar a classe trabalhadora para “construção de um modelo alternativo, democrático e popular com horizontes transitórios para a sociedade socialista”.

É absolutamente estratégico que se constitua bases plenamente democráticas para um projeto de desenvolvimento sustentável. No processo de construção da Plataforma, desenvolvemos a ideia de que “para desencadear a construção desse novo paradigma de desenvolvimento com sustentabilidade política, econômica, ambiental e social é necessário um Estado que desempenhe o papel de indutor desse novo modelo e, para isso, é necessária a constituição de esferas públicas, cada vez mais estruturadas por processos de democracia direta e participativa.”

Reafirmamos nossa concepção de Estado, que está vinculada a um projeto alternativo de sociedade. Reafirmamos também nossa defesa de reorganização do Estado brasileiro segundo princípios democráticos, assentada na garantia e na ampliação de direitos - especialmente os do trabalho -, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis, para reverter a lógica privatista neoliberal de sucateamento e desmonte do Estado, e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa.

Lutamos por um estado forte que, através do investimento público, retire do setor privado a intermediação do acesso aos direitos. Significa substituir o predomínio dos planos privados de saúde e de previdência, bem como a educação privada por um ousado fortalecimento do setor público através do SUS, SUAS, da Seguridade Social e do Sistema Nacional Articulado de Educação, conforme proposto pelo Plano Nacional de Educação (PNE), e uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST). Trata-se da luta pela desmercantilização das políticas e dos direitos sociais, fomentando a geração do trabalho decente, de estímulo à produção, ampliando os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Por isso, é desafio implementar um modelo de crescimento sustentado que combine desenvolvimento econômico e social que, de forma sustentável, contribua para a expansão das formas de economia solidária, capazes de construir alternativas à propriedade privada dos meios de produção; definir um programa estratégico para a produção agrária brasileira e consolidar um projeto integrado e sistêmico dos direitos dos/as trabalhadores/as, ou seja, um Estado construído a partir dos valores da liberdade e democracia. Para tanto, se faz necessário avançar na construção de outro paradigma econômico, superando o paradigma de mercado.

É absolutamente estratégico para a soberania popular que a democracia participativa seja a forma de gestão democrática da política econômica. O planejamento democrático, o setor público hegemonicamente fortalecido e a soberania popular constituem uma política econômica da democracia participativa. Na economia, as diretrizes da revolução democrática devem trabalhar com as noções centrais de planejamento democrático e economia pública. Com o planejamento democrático, procuramos vincular as metas econômicas às escolhas democráticas do povo, seja na garantia de sua soberania econômica, nas prioridades definidas do desenvolvimento, na forma como o investimento e o avanço científico-tecnológico é produzido e apropriado, através da afirmação do princípio da valorização do trabalho que organiza a vida da maioria ou através da garantia da distribuição mais equitativa possível dos bens e serviços produzidos.

## Por uma outra Política Econômica

O Banco Central não pode restringir suas decisões em função estritamente da estabilidade inflacionária. A gestão da moeda e dos juros afeta o conjunto das atividades econômicas e do desenvolvimento social. É fundamental que a mais importante instituição do sistema financeiro nacional incorpore em suas ações a preocupação com o crescimento e o emprego. Para isso é imprescindível a democratização do Conselho Monetário Nacional (CMN). A ampliação do CMN pode ser um ato de democratização e em favor do desenvolvimento, abrindo espaço para um nível maior de transparência e de controle público do núcleo do sistema financeiro nacional.

### Sistema Financeiro Nacional

A CUT propõe e desenvolve ações para viabilizar uma **CONFERÊNCIA NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO**. Queremos ir além da crítica da política econômica. A CUT quer outra economia política, baseada na soberania e participação popular nas decisões estratégicas de rumos do Governo. Em outras palavras, um Estado democratizado. Queremos debater o papel do Sistema Financeiro Nacional, do Banco Central do Brasil, do Conselho Monetário Nacional, dos bancos públicos e dos fundos de pensão, inserir nossas propostas de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e de contrapartidas sociais nos empréstimos públicos e nos fundos sociais.

A CUT afirma a necessidade de mudanças no Sistema Financeiro Nacional, especialmente quanto à regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, partindo das seguintes premissas:

1. A finalidade máxima do Sistema Financeiro Nacional deve ser a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável do país, nas diversas regiões do Brasil, notadamente, aquelas mais desfavorecidas, por intermédio do fornecimento de crédito industrial (veículos, bens de capital e bens de consumo), comercial, habitacional e agrícola, exigindo as necessárias contrapartidas sociais;
2. É necessário aumentar o controle da sociedade sobre as instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional (criação da Comissão Mista Permanente para Assuntos do Sistema Financeiro - COPASF);
3. É preciso garantir a universalização dos serviços bancários, priorizando a instalação de agências/ pontos bancários e municípios que estão fora do sistema financeiro, contratando pessoal não-terceirizado e dotando as unidades bancárias de pessoal, estrutura e segurança adequadas;
4. Direcionamento de crédito e regulação dos juros para áreas prioritárias, segundo necessidades econômicas, sociais ou regionais;
5. Ampliação do nível de crédito no país, com taxas de juros compatíveis com padrões internacionais; e acessíveis os diversos segmentos produtivos da economia brasileira, para que estes possam atingir níveis mais elevados de evolução tecnológica, gerando mais renda e empregos no Brasil;
6. O Banco Central deve se preocupar não só com a inflação, mas também com crescimento econômico e geração de emprego;
7. Deve se garantir liquidez das operações de crédito de segmentos a serem incentivados, por exemplo, por meio da redução condicionada do compulsório;
8. Os bancos públicos devem ter papel de destaque, inclusive atuando para reduzir os juros

bancários, e os bancos estrangeiros, privados, regionais e de desenvolvimento deverão acompanhar essa atuação; os bancos públicos federais têm um papel fundamental ao colaborar com o governo federal para aprofundar a sua intervenção na economia brasileira através de medidas na política monetária e cambial, como está ocorrendo no momento;

9. Os bancos públicos devem administrar, de maneira exclusiva, os recursos do Fundo Social do Pré-Sal e também administrar o fluxo das divisas e dos recursos internalizados à economia brasileira;

10. A atuação dos bancos estrangeiros deve estar subordinada aos interesses nacionais.

A CUT pressionará, com muita mobilização social, para a construção de um sistema financeiro democrático, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento do país.

### Sobre a concentração de capital: fusões, grandes grupos econômicos, monopólios

Um dos eixos estratégicos da CUT é a defesa do desenvolvimento sustentável com trabalho decente, valorização do trabalho, distribuição de renda, entre outros. Isto, ancorado na luta por uma sociedade igualitária, justa e que respeite as necessidades humanas, sociais e de preservação do meio ambiente.

O BNDES ajudou a criar verdadeiros gigantes, a exemplo dos grandes frigoríficos por ele financiados. Os reflexos afetam toda a cadeia, desde o produtor até o consumidor, ou seja, não difere de outros setores. O monopólio tem a eficácia apenas de engordar ainda mais os grandes grupos capitalistas que engolem as micros, pequenas e médias empresas.

Acreditamos que o papel de um banco público e de desenvolvimento é também fomentar a política industrial do país, como integrante da estratégia mais ampla de desenvolvimento, mas não pode priorizar algumas empresas oferecendo privilégios particulares.

Outro agravante é que as empresas com histórico de desrespeito à dignidade humana usufruem de benefícios públicos sem exigências de contrapartida. A CUT é contrária a esta prática e vem denunciando essas empresas que se beneficiam do dinheiro e violam direitos trabalhistas, o que resulta, entre outras coisas, em trabalhadores que entram em auxílio doença ou se afastam por aposentadoria precoce, etc. Isto cria um círculo vicioso em que toda a sociedade paga.

Além disso, o dinheiro público tem sido usado para contribuir com o desemprego e o fechamento de empresas gerando impacto social e econômico nos municípios. A exemplo disso, os frigoríficos JBS e Marfrig estão na lista de prioridades de investimentos do BNDES e o peso do banco no capital do grupo Marfrig cresceu de 3% em 2009 para uma participação de 14% em 2011, e já existe um estudo para a ampliação desta participação.

A CUT tem posição para esta política exigindo que haja contrapartidas com critérios, ou seja, que qualquer empresa que seja beneficiada com dinheiro público tenha compromisso de respeitar o ser humano e o meio ambiente.

Defendemos medidas que fortaleçam nosso parque industrial nacional, protejam o mercado interno, agreguem valor aos produtos que produzimos proporcionando uma efetiva integração produtiva na América Latina, em especial no Mercosul. É preciso atuar para a criação de banco de desenvolvimento da região assim como pesados investimentos em ciência e tecnologia. Necessitamos retomar, em novos patamares, uma política industrial que não seja concentrada no incentivo e financiamento do investimento privado. É possível estabelecer uma atuação do Estado no setor produtivo, por exemplo, investindo na superação da histórica defasagem tecnológica. A construção de empresas públicas precisa fazer parte de um projeto de desenvolvimento no qual o setor público é soberano diante da iniciativa privada e não o seu contrário. É

preciso planejamento de longo prazo. Somos contra medidas pontuais de desoneração sob o argumento da competitividade. Precisamos desmitificar o argumento do custo do trabalho, tão propalado pelas empresas.

É hora de afirmar as propostas da CUT para defender empregos, salários e direitos diante dos efeitos da crise no Brasil e do fenômeno da desindustrialização: estabilidade no emprego, taxaço de importados com similares produzidos aqui, centralização do câmbio [vários tipos de câmbio] de acordo com a importação do produto para a economia nacional, taxaço das grandes fortunas, melhores salários para os trabalhadores do setor público e do privado, Reforma agrária para alavancar o mercado interno. Uma plataforma que reafirme a luta por uma outra política de defesa dos/as trabalhadores/as e proteção da nação que a CUT levanta de forma independente das grandes entidades patronais unindo ao seu redor todos os setores populares que queiram separar-se de nossos/as exploradores/as e inimigos de classe.

E principalmente, é hora de o Brasil enfrentar a péssima estrutura tributária que favorece uma minoria de privilegiados em detrimento da maioria da sociedade, que possui elevada e mal distribuída carga tributária, com uma grande quantidade de tributos, alíquotas e agentes fiscalizadores e, em particular, a guerra fiscal existente com a concessão de benefícios e incentivos fiscais destinados a determinadas e grandes empresas sem contrapartidas por parte das empresas beneficiárias das políticas de desonerações fiscais; reafirmamos as propostas definidas no seminário sobre o tema e referendadas na 13ª Plenária Nacional, que tem como foco o aperfeiçoamento da progressividade da estrutura tributária, tanto no que se refere aos tributos diretos (aplicados sobre a renda) quanto aos indiretos (aplicados sobre os preços); a simplificação do sistema tributário para facilitar a fiscalização, baseada em impostos diretos e que tenha uma distribuição mais equitativa entre os entes federados; e a implantação e implementação da tributação das grandes fortunas. Lutamos pelo fim da guerra fiscal e dos benefícios e incentivos fiscais direcionados a determinadas empresas, ressaltada as políticas de defesa dos ramos e do sistema local de produção, asseguradas as contrapartidas sociais.

## **Ampliar a participação**

A CUT defende uma verdadeira reforma política. O Brasil ainda convive com entulhos da época da ditadura, como uma estrutura eleitoral baseada no “pacote de abril” dos militares, uma “Lei de Anistia” que isentou os/as torturadores/as de qualquer punição, um parlamento que não tem uma representação proporcional que garanta o princípio elementar de “uma pessoa, um voto”. Por outro lado, nada justifica, do ponto de vista da democracia, a existência de uma “câmara alta” como é o Senado, concebido como casa revisora das decisões da Câmara dos Deputados. A CUT constata que a relação de forças no atual Congresso Nacional bloqueou até mesmo a tímida reforma eleitoral que se discutia, o que coloca em pauta a questão da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana que dê a palavra ao povo brasileiro, como instrumento que supere os obstáculos levantados pela classe dominante a qualquer transformação de fundo no nosso país.

A CUT, ao defender uma reforma política alternativa à democracia parlamentar e corporativa e, ao questionar a hegemonia da economia privada ou mista, defende uma nova relação entre transformação política e econômica. Em nossa plataforma para uma reforma política democrática, constam principalmente a conquista do financiamento público de campanha e o voto em lista fechada, com paridade na representação de mulheres e a ampliação da participação popular nas decisões do país por meio de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais ou de largo alcance para a vida do povo brasileiro. As conferências nacionais temáticas precisam contribuir ainda mais para a produção das agendas das políticas públicas, de suas prioridades, de sua aplicação, alcançando inclusive poder decisório. Em particular, a definição do orçamento público da união - de suas fontes de receitas, de suas prioridades de gastos, de seus planos - deve ganhar uma dinâmica crescente de publicização, gerando

uma cultura crescente de participação e deliberação nacional.

Desde a sua fundação, a CUT traz para o centro do seu programa a compreensão de que a luta econômica não encerra a luta política. Os ganhos salariais, nesse sentido, não concluem a luta sindical. De outra forma, tais ganhos contribuem para legitimar o questionamento ao imperialismo, à hegemonia capitalista e às diversas formas de opressão. É essa concepção sindical que permite relacionar a luta econômica com a busca de igualdade social e política. O feminismo, a igualdade étnica e a livre orientação sexual não são apêndices do programa, mas partes constitutivas dele, sem os quais as transformações perdem sua dimensão democrática, porque não é igualitária. Apenas para uma organização radicalmente democrática é possível instituir a igualdade de participação entre homens e mulheres em suas instâncias de direção.

Por isso, devemos priorizar e ampliar a participação da CUT nos diversos espaços institucionais, como conselhos, fóruns, Comissões, Grupos de Trabalho (GTs), etc., nos âmbitos nacional, estadual e municipal, além da atuação CUTista nas conferências de políticas públicas e nos fóruns internacionais - tarefas que buscam ampliar o controle social sobre o Estado, com a institucionalização das Conferências Nacionais e ampliação da capacidade de formulação e deliberação dos diversos conselhos sobre as políticas de Estado.

A presença massiva das mulheres no mercado de trabalho explicita a tensão gerada pela utilização do tempo das mulheres como um recurso elástico e inesgotável. Políticas afirmativas dos direitos das mulheres, nas dimensões privadas e públicas, devem ser incorporadas à construção deste Estado solidário, rompendo as cadeias opressivas do patriarcalismo. Isso significa, necessariamente, a defesa da autodeterminação e autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas, garantindo o direito ao aborto. Para tanto, este forte estímulo à participação das mulheres na política, precisa ser acompanhado de ações afirmativas, transformadas em políticas públicas, que permitam a responsabilidade do conjunto da sociedade com a reprodução e criação de seus descendentes, deixando de sobrecarregar apenas mães e/ou pais/cuidadores.

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem assegurado o exercício dos direitos humanos das mulheres e inovou na criação de políticas visando à busca pela equidade de gênero. Muitos desafios foram vencidos, mas há muito a ser conquistado. Resistências culturais enraizadas socialmente mantêm diferentes formas de desigualdade e de discriminação. Nesse sentido, é preciso continuar somando esforços para que o centro das políticas de Estado seja o combate aos fatores que favorecem a continuidade da discriminação e da violência; isto é, a busca pela igualdade em todos os aspectos, em cujo horizonte, junto com a busca pelo desenvolvimento rural sustentável e solidário para o campo brasileiro, está a realização de todas as mulheres como cidadãs. É preciso ainda a ampliação e implementação de um conjunto de políticas específicas que promovam a igualdade, o empoderamento, a autonomia econômica e social, e o acesso à terra e participação política das mulheres que vivem no campo e na floresta.

Ao longo da história há a persistência das mulheres, do campo e da cidade, na luta por seus direitos. A Previdência Social advinda em 1971 beneficiou as mulheres apenas com a pensão em caso de morte do marido. Somente em 1988 com a Constituição da República e em 1991 com a Lei nº 8.213, o direito à aposentadoria por idade foi garantido, reconhecendo o árduo trabalho desempenhado ao longo da vida dos agricultores e agricultoras.

Alguns avanços são evidentes, entretanto, não bastam sem que haja a efetivação do direito à proteção da maternidade. Os cuidados essenciais para com o recém-nascido, principalmente o aleitamento materno, já que apenas o leite da mãe é capaz de afastar o comprometimento da imunidade e do desenvolvimento físico e mental. O aleitamento materno e a presença junto ao filho é direito da mãe, mas é, sobretudo, um direito da criança posto na Lei nº 8.069/90 - o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - que vem sendo lesado em virtude da licença à gestante ser de apenas 120 dias.

A simples leitura dos artigos 3º, 7º, 9º e principalmente do artigo 4º do ECA permite concluir que a sociedade brasileira precisa avançar para garantir a eficácia desses direitos da criança no que diz respeito à saúde

através do aleitamento materno e da presença da mãe durante, pelo menos, 180 dias imediatamente após o nascimento. Especialmente o artigo 4º diz que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, (...), à convivência familiar e comunitária”.

Por isso, é essencial a ampliação de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias a licença à gestante (Art. 7º, inciso XVIII da Constituição da República) e o benefício previdenciário do Salário-maternidade (Art. 71 da Lei 8.213/91), beneficiando agricultoras familiares e empregadas urbanas. Esse direito deve ser conquistado e transformado em obrigatoriedade legal. Para tal, iniciamos a campanha de ampliação do Salário-maternidade para 180 dias. O principal instrumento dessa campanha é o Abaixo Assinado. Por isso, a CUT deve colocá-lo em suas bandeiras de luta, orientando os sindicatos a atuarem com efetividade na coleta das assinaturas, pois se trata de uma luta pelo direito de todas as mulheres, das crianças e das famílias, rurais e urbanas, proporcionando cada vez mais o acesso à cidadania, à igualdade e o avanço para a conquista e efetivação desse direito.

O Brasil deve viver pelos próximos anos uma situação demograficamente conhecida como janela de oportunidades, na qual o padrão de envelhecimento da população ainda não é dominante, mas o crescimento demográfico já diminui bastante, fazendo com que a grande maioria das pessoas esteja em idade produtiva e possam contribuir ativamente para a construção deste gigantesco esforço histórico. O Estado orientado por essa perspectiva deve ampliar a proteção social sobre a imensa massa juvenil, reduzindo a entrada de jovens no mercado de trabalho antes de concluir sua formação acadêmica ou técnico-científica. A emancipação de jovens é a sua não dependência do trabalho para fins de sobrevivência. O Estado deve assumir, assim, a proteção da juventude diante da demanda pela exploração do trabalho juvenil.

A luta pela institucionalização da igualdade, de fato, dos direitos dos negros e negras, pessoas com deficiência e da garantia do exercício pleno da cidadania visando promover novas relações sociais é essencial. Superar o racismo, reparar distorções históricas, como por exemplo, construindo o debate da política de inclusão por meio de cotas e promover a igualdade entre negros/as e não negros/as resulta da ampla compreensão de que as dimensões classistas e antirracistas são elementos centrais e combinados na luta política que travamos na sociedade.

A população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) sofre diariamente não apenas a segregação, mas também seu extermínio em decorrência de crimes de ódio. Os/as LGBTs são excluídos/as do convívio social, do convívio familiar, das vivências escolares/acadêmicas, do mercado de trabalho e da priorização das políticas públicas. São necessárias políticas públicas de combate à homofobia e a violência homofóbica (que hoje atinge níveis alarmantes no país), a aprovação da igualdade jurídica entre cidadãos homossexuais e heterossexuais, a promoção da diversidade sexual, a aprovação da equidade de direitos entre cidadãos e cidadãs, independente da orientação sexual. Neste sentido, reforçaremos a luta pela aprovação da PL 122/06 que criminaliza a homofobia e pela garantia do princípio laico e republicano do Estado brasileiro nos espaços públicos.

## **Potencializar e disputar a concepção de desenvolvimento sustentável**

Seguiremos potencializando a Plataforma da CUT, instrumento para a disputa da concepção de desenvolvimento sustentável, para as mobilizações e negociações de nossas propostas, lastreadas pelas premissas de valorização do trabalho, distribuição de renda, soberania e democracia, incluindo a diversidade e as especificidades sociais e ambientais de todas as regiões do Brasil (Amazônia, caatinga, cerrado, pantanal e pampas).

## **Rio + 20**

Por outro lado, também devemos atuar mais vigorosamente no debate da concepção de desenvolvimento sustentável. A intervenção protagonizada pela CUT na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) possibilitou aprofundar a articulação com o movimento sindical internacional, com destaque especial ao latino-americano, assim como outros movimentos sociais, apresentando propostas e estratégias reais para as múltiplas crises que atingem a classe trabalhadora. Em aliança com diversos setores sociais apresentamos estratégias de longo prazo que trazem novas respostas aos desafios econômicos, sociais, ambientais, energéticos e políticos do mundo moderno, por meio de acordos que possibilitem ações para um novo padrão de produção e consumo sustentáveis.

Reafirmando a resolução da nossa 13ª Plenária Nacional, a CUT teve como uma de suas prioridades exercer pressão sobre o governo brasileiro, que teve o papel de coordenar boa parte do processo oficial, para que colocasse como um eixo estruturante a agenda do trabalho decente e do desenvolvimento sustentável. Reafirmamos o combate à ideia de uma economia verde que mercantiliza a natureza, produzindo saídas à crise ambiental pela via do mercado. “Empregos verdes” é trabalho decente. E atuamos para garantir uma estratégia que resgate o papel e a centralidade do Estado, a distribuição da renda e da riqueza, o conceito de seguridade social tido como um direito humano, o direito da associação e liberdade sindical e negociação coletiva, além da mudança no atual paradigma energético.

Mesmo com todo este trabalho e depois de um longo processo multilateral de negociação, nos foi apresentado um documento final que ficou muito aquém do que exigíamos. Graças ao pouco compromisso e conservadorismo de alguns governos de países desenvolvidos, a conferência falhou em avançar na direção de um novo modelo de produção, consumo e distribuição. Saímos do Rio de Janeiro sem estabelecer compromissos, metas e/ou mecanismos concretos em direção a um desenvolvimento sustentável. Vimos avançar um modelo perverso que procura estabelecer mecanismos privatizantes dos bens naturais e que enfraquece um modelo baseado na democracia, na participação popular e nos direitos dos povos.

Em contraponto, e cumprindo prioridade estabelecida em nossa 13ª Plenária Nacional, protagonizamos a intervenção sindical na Cúpula dos Povos na Rio +20 por Justiça Social e Ambiental. Ao lado da Central Sindical Internacional (CSI), da Confederação Sindical das Américas (CSA) e de dezenas de outras organizações da sociedade civil, impulsionamos um espaço profundamente plural e democrático, apresentando avanços reais ao modelo de organização dos outros fóruns sociais que já tivemos. Organizada para facilitar a convergência entre os diversos movimentos sociais, a CUT se destacou na articulação de agendas de lutas em comum, em especial na Marcha das Mulheres, culminando com uma grande Marcha em defesa da pauta sindical, social e ambiental. Contribuímos também para uma declaração final unitária e forte, incorporando as pautas do mundo do trabalho.

O desafio que sai deste processo é manter nossa estratégia internacionalista de atuação nos processos oficiais lastreado pela força das mobilizações; aprofundar as alianças nacionais e internacionais, dentro e fora do movimento sindical, para avançarmos na afirmação da centralidade do trabalho e na garantia dos direitos dos povos; manter a mobilização pela defesa dos bens comuns construindo outro paradigma de sustentabilidade, baseada na harmonia entre mulheres, homens e a natureza. No Brasil, seguiremos atuando na Comissão Nacional - que terminaria após a Rio+20 - e que por haver acatado uma proposta da CUT, continuará a debater o desenvolvimento sustentável no nosso país.

Reafirmando nossa resolução da 13ª Plenária, continuaremos a atuar e mobilizar nossas entidades alçando ao centro de nossa estratégia o trabalho decente e o desenvolvimento sustentável, impulsionando questões relativas à democratização do conhecimento, ao direito ao trabalho decente, ao resgate do papel do Estado e do financiamento público, à distribuição de renda e riqueza, às mudanças no paradigma energético e pressionando o Governo Federal e os bancos privados para que implantem mecanismos que coíbam a concessão de crédito para empresas que desmatam floresta, poluem rios e mananciais, que expulsam populações primitivas de suas moradias, que fomentam o trabalho infantil e o trabalho escravo.

É com essa concepção que a CUT atuará nas eleições municipais de 2012 por meio da Plataforma da CUT que está estruturada nos seguintes eixos: a gestão democrática e participativa; o desenvolvimento sustentável e; a promoção da igualdade e da inclusão social. Precisamos eleger governantes e bancadas parlamentares nos municípios que sejam comprometidos com nosso projeto de desenvolvimento sustentável e democrático.

## O desenvolvimento territorial e a disputa de projetos

Lutar por um modelo de desenvolvimento para o Brasil, com sustentabilidade, é conceber um projeto de nação. Afirmamos em nossa plataforma que é imprescindível a incorporação de estratégias regionais, tanto no campo, quanto na cidade, pois é no âmbito regional/local que os cidadãos e as cidadãs, trabalhadores e trabalhadoras moram e que as políticas públicas devem ser mais vigorosas e concretas. E com as dimensões do Brasil, é fundamental para um novo paradigma de desenvolvimento, que se pretende sustentável e incluyente socialmente, considerar o espaço local a partir da noção de territorialidade, como premissa para a conformação de um novo projeto de nação, que valorize a sua diversidade cultural e fortaleça as identidades política e social presentes em cada uma das regiões do país.

A CUT e seus sindicatos, particularmente os Estaduais da CUT, têm papel importante na disputa e consolidação dos espaços territoriais porque são espaços deliberativos de políticas públicas. Eles configuram uma reorientação na atuação do poder executivo no fomento à construção de agendas locais de desenvolvimento com forte intervenção da sociedade civil. Atualmente, o sindicalismo classista necessita dimensionar a questão local - os territórios - em suas proposições na disputa dos rumos do desenvolvimento. É importante que os movimentos populares, sobretudo o movimento sindical, se atentem para a importância desses espaços, tendo em vista a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Em alguns estados, a CUT através de seus Estaduais e sindicatos filiados já vem desenvolvendo experiências importantes de intervenção no processo de debates, elaboração e execução de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e nos Territórios de Cidadania. Tais experiências sistematizadas e melhor acompanhadas podem contribuir para maior articulação com o processo de construção e consolidação da Plataforma de Desenvolvimento e de disputar as concepções, prioridades e propostas da nossa Central.

Soma-se aí a luta pela terra, que deve ser aprofundada para um desenvolvimento sustentável. Reduzir a concentração fundiária, regularizar a propriedade da terra, ampliar a produção de alimentos e a renda da agricultura familiar são algumas das tarefas da CUT no próximo período, assim como a luta em torno da aprovação do Código Florestal, de acordo com nossa posição. A CUT lutará para que, na implantação e funcionamento dos grandes projetos, nenhum direito dos trabalhadores e das trabalhadoras seja violado.

Nesse contexto, situam-se também as políticas de energia e saneamento. É preciso aprofundar o debate sobre o modelo energético brasileiro - seus impactos na sustentabilidade ambiental e as alternativas, em especial, na Amazônia. Além do combate à privatização da água, é preciso também aprofundar o debate sobre o Saneamento Ambiental e sua relação com a melhoria da qualidade de vida da população, destacando o papel do FGTS e dos demais Fundos Públicos.

Apesar de o Brasil se encontrar em um momento econômico favorável, apresentando-se no cenário mundial enquanto um país em desenvolvimento, o campo continua num estado de acentuada desigualdade social. Nesse contexto, os desafios que se impõem passam por garantir qualidade de vida, segurança e soberania alimentar para homens e mulheres do campo e da cidade, o que exige maior organização dos/as trabalhadores/as e de seus representantes para dialogar e pressionar o governo para que este estabeleça a reforma agrária e a agricultura familiar como prioridades, inclusive com subsídios, para uma produção de alimentos que seja suficiente e de qualidade, a partir de uma matriz agroecológica, visando garantir a soberania alimentar da sociedade brasileira.

A CUT que tem em suas fileiras trabalhadores/as do campo e da cidade deve criar instrumentos de diálogo, interação econômica e política entre os/as trabalhadores/as urbanos e os povos do campo, das florestas e das águas visando articular o desenvolvimento rural sustentável e solidário com o projeto de desenvolvimento nacional, assegurando à classe trabalhadora brasileira a soberania e segurança alimentar, a eliminação das desigualdades e a conquista de direitos.

## Reforma Agrária

A reforma agrária continua sendo uma das principais bandeiras políticas da CUT tendo em vista o seu papel preponderante para a construção do desenvolvimento sustentável, solidário e inclusivo. Neste sentido, é essencial assegurar a democratização do direito à terra e ao território realizando o ordenamento fundiário, com a realização da reforma agrária, a regularização fundiária e reconhecimento, demarcação e desinstituição das terras indígenas e de quilombolas, garantindo aos agricultores e às agricultoras familiares o direito ao reassentamento ou indenização. Para isso, faz-se necessário lutar para que haja um limite para a propriedade rural e que os novos índices de produtividade sejam estabelecidos. Para garantir essa conquista, a estratégia da CUT consiste em intensificar o diálogo com a sociedade, o Congresso, os Governos (federal, estaduais e municipais) e a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. O crédito fundiário como medida complementar às desapropriações precisa ser adequado à realidade de trabalhadores/as rurais respeitando as especificidades regionais e os projetos dos/as trabalhadores/as.

Aliado ao direito à terra, é fundamental a implantação de políticas públicas que assegurem a construção de espaços rurais adequadamente ocupados e sustentáveis, onde ocorra a produção e a reprodução da vida e da cultura dos povos.

A realização da reforma agrária tem o papel de impedir a reconcentração fundiária e a estrangeirização das terras que são consequências do modelo hegemônico de desenvolvimento rural que, além de excludente e degradador, ameaça a soberania nacional.

A reforma agrária também, responde aos desafios contemporâneos da humanidade, quando possibilita a produção de alimentos saudáveis com baixo impacto ambiental e a garantia de ocupações produtivas e renda. Para isso, faz-se necessário avançar em políticas que superem os limites políticos, financeiros, legais e administrativos à realização plena da reforma agrária.

A CUT reafirma, portanto, que a realização da reforma agrária ampla, massiva de qualidade e participativa deve ser incorporada à agenda central do governo, como forma de garantir direitos e qualidade de vida e trabalho aos povos do campo, das florestas e das águas, superando as desigualdades e consolidando a democracia em nosso país.

## Agricultura Familiar

A agricultura familiar garante a dinamização das economias de cerca de 80% dos municípios, sendo responsável pela grande maioria das ocupações no meio rural, se comparada a todos os demais vínculos ocupacionais, incluindo-se aí os postos de trabalho gerados pelo agronegócio. A agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos rurais do País e detém apenas 24,3% da área. Apesar da pouca área, responde por 38% do total produzido, indicando a sua alta produtividade. Além disso, 74,4% das ocupações produtivas no campo estão na Agricultura Familiar.

Com estas características e natureza multifuncional da agricultura familiar torna-se estratégica à garantia da soberania e à segurança alimentar e nutricional da população. Para isto é necessário:

1. Apoiar a organização social e produtiva da agricultura familiar, garantir e ampliar o fortalecimento das políticas públicas de fomento, garantias e infraestruturas à produção e comercialização como instrumentos de promoção de renda efetiva.

2. Implantar uma política nacional de pagamento por serviços ambientais, sobretudo, aos serviços prestados pela agricultura familiar, assegurando o direito à justa remuneração pelos benefícios gerados à sociedade pela conservação dos recursos naturais e produção agroecológica.

3. Fortalecer o Ministério do Desenvolvimento Agrário potencializando-o com orçamento, recursos humanos e estrutura suficiente para garantir à agricultura familiar as condições necessárias para cumprir seu papel social.

### **Assalariados e Assalariadas no Campo**

Os/as assalariados/as rurais, segundo a PNAD/IBGE - 2007, são aproximadamente 4,7 milhões, dentre os quais 3 milhões não possuem carteira de trabalho assinada e aproximadamente 25 mil trabalham em regime análogo ao escravo. Além disso, 4,5 milhões de assalariados rurais residem em áreas urbanas e se deslocam para o campo para trabalhar. Esses/as trabalhadores/as rurais vivem uma situação de invisibilidade para as políticas públicas que não consideram suas especificidades. As políticas públicas destinadas aos/às trabalhadores/as rurais enxergam apenas aqueles/as que estão no campo. Aquelas destinadas a atender a demanda do trabalhador urbano também não os distinguem por sua especificidade, com isto, esse segmento continua vivendo às margens das políticas de moradia, saúde, educação, de intermediação estatal de mão-de-obra ou do SINE, dentre outras, que somente atendem aos/às trabalhadores urbanos.

A CUT priorizará a luta contra os impactos do modelo de desenvolvimento econômico conservador no campo sobre os/as assalariados/as rurais, seja com a mecanização bem como com o uso indiscriminado de agrotóxico que tanto aflige esses/as trabalhadores/as. A mecanização no campo está ocorrendo rapidamente sem a mínima preocupação do Governo com os/as trabalhadores/as rurais que estão perdendo seus postos de trabalho, sendo necessária a luta por um processo de transição negociada, procurando minimizar seus efeitos com qualificação e recolocação desses/as trabalhadores/as em outras atividades rurais, como a reforma agrária, por exemplo.

Para superar este quadro é necessário:

1. Assegurar a criação e implementação de uma Política Nacional para os Assalariados e as Assalariadas Rurais que promova: geração de empregos e melhoria das condições de trabalho decente no campo, elevação da escolaridade formal e garantia à formação, capacitação profissional, recolocação no mercado de trabalho, intermediação pública de mão-de-obra, com a integração dos/as trabalhadores/as rurais no SINE, fortalecimento da fiscalização, proteção de trabalhadores/as na entressafra, moradia e alimentação dignas.
2. Universalizar direitos como PIS e Seguro Desemprego a todos/as assalariados/as rurais e simplificação da burocracia existente para a contratação.

### **Democratizar as relações de trabalho e combater a precarização**

Outra tarefa imprescindível é avançar na democratização das relações de trabalho a partir do local de trabalho. No Brasil, essas relações têm sido historicamente baseadas na total ausência de democracia, predominando o autoritarismo, o assédio e o desrespeito. Nossa luta é para garantir o valor social do

trabalho na promoção de condições de vida dignas dentro e fora dos locais de trabalho, uma das condições para o exercício do Trabalho Decente. Para que isso ocorra é pressuposto o fortalecimento do papel do Estado como regulador das políticas públicas com vistas a garantir os direitos fundamentais, a proteção social, a geração de emprego de qualidade. Por isso, é tarefa fundamental disputar nossas propostas na Conferência Nacional do Trabalho Decente envolvendo o conjunto da sociedade neste processo.

### **Terceirização**

É preciso intensificar as ações em defesa da regulação pública do trabalho e no combate à investida patronal de regulação da precarização e da retirada de direitos. Adotada atualmente de forma indiscriminada em todos os setores e segmentos da economia, a terceirização tem sido uma das principais formas de precarização das relações e das condições de trabalho. Utilizada pelas empresas com vistas a aumentar seus lucros, retirar direitos e eliminar a organização dos trabalhadores/as, a terceirização potencializa a rotatividade, a discriminação nos locais de trabalho, o assédio, o adoecimento e os acidentes de trabalho, em sua maioria fatais.

Considerando avanço da terceirização e as implicações nos contratos de trabalho; os impactos negativos na manutenção dos laços de solidariedade nos locais de trabalho; a fragmentação da organização sindical e da negociação coletiva, e que nossa luta é pela igualdade de direitos entre trabalhadores/as, independente de sua condição, para garantir trabalho digno e que já desenvolvemos e organizamos diversas lutas ao longo do último período, a exemplo da elaboração de proposta legislativa - PL 1621/07, o 11º CONCUR decide:

1. intensificar a luta contra a legalização da precarização do trabalho, impedindo a aprovação do PL 4330/04, seja na sua primeira forma, proposta pelo Deputado Sandro Mabel(PMDB-GO), ou em seu substitutivo.
2. aprofundar ações sindicais que combatam a terceirização mobilizando os trabalhadores/as para um dia nacional de lutas e, caso seja colocado em votação o projeto de interesse dos empregadores, organizar paralisações e greves;
3. intensificar ações junto ao legislativo e executivo para garantir a aprovação do PL 1621/07;
4. incluir nos acordos e convenções coletivas, cláusulas que estendam os direitos dos trabalhadores/as diretos aos trabalhadores/as terceirizados, inclusive, garantindo a representação pelo ramo preponderante por meio dos sindicatos, federações e confederações CUTistas, como prioridade;
5. atuar, por meio do fortalecimento das ações do GT de Combate à Terceirização da CUT e da articulação com outros atores sociais, como o Fórum de Combate à Terceirização, cuja ação emergente e prioritária é enfrentar o PL 4330/04, em debate no Congresso Nacional, que generaliza a terceirização para todos os setores e segmentos da economia.

### **Greves e práticas antissindicais**

Considerando: o princípio da autonomia e independência sindical e que a Constituição Federal veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical; que há nos últimos anos um acirramento da proibições do direito de greve por parte do Legislativo e Judiciário, atacando as entidades representativas dos/as trabalhadores/as, potencializado pela ausência da negociação coletiva entre os poderes do estado e as entidades sindicais de servidores/as públicos/as nas questões salariais, funcionais e previdenciárias; as negativas de liberação para o exercício de mandato sindical ao arripio da legislação vigente; as transferências de dirigentes sindicais baseadas em denúncias infundadas e sem direito à defesa; a massificação da demissão de dirigentes e representantes sindicais, cuja estabilidade é

garantida em lei; o uso da máquina pública para beneficiar entidade sindical e/ou associativa identificada e/ou submissa aos interesses políticos da direção de órgão público; e os ataques a entidades sindicais representativas e CUTistas, a CUT decide:

1. Denunciar aos órgãos competentes as práticas antissindicais;
2. Exigir o respeito à legislação vigente, em especial, vedação constitucional à interferência e à intervenção na organização sindical;
3. Exigir a garantia do direito da livre organização sindical;
4. Pressionar a Câmara dos Deputados para priorizar a votação do projeto de lei nº 6706/2009 no Senado PLS nº 177/2007 já aprovado.

### **Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016: mobilização, pressão e negociação das condições e relações de trabalho**

Outra ação estratégica no próximo período é a mobilização, pressão e negociação das condições e relações de trabalho, da mobilidade e da sustentabilidade das cidades em relação aos empreendimentos da Copa do Mundo, a ser realizada em 2014 e os Jogos Olímpicos, em 2016. Para garantir a infraestrutura necessária, o País precisa fazer grandes investimentos, em especial em transportes, turismo e ampliação de aeroportos. No caso dos jogos olímpicos, somam-se a estas demandas, arenas para a prática de esportes individuais e coletivos, além de alojamentos, que devem ser construídos visando a sua utilização pós-jogos. Todos os investimentos previstos terão como financiador principal, a União, ou seja, Estados e municípios a partir de empréstimos do BNDES e do Fundo de Investimentos do FGTS.

### **A negociação coletiva no setor público**

Entendemos a negociação coletiva como um poderoso instrumento de gestão no serviço público para democratizar as suas relações de trabalho, portanto, há a necessidade urgente de implantar a negociação coletiva na União, Estados, Distrito Federal e municípios, bem como, em todos os poderes e órgãos constitucionais através de lei nacional, pois inexistem canais de efetiva negociação ente os poderes constituídos e as entidades sindicais de servidores/as públicos/as na quase totalidade da administração pública brasileira.

Implementamos uma vitoriosa luta pelo direito à negociação coletiva no serviço público através da ratificação pelo Brasil da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, porém, o prazo de sua regulamentação já se esgotou.

Por isso, a CUT desenvolverá uma luta pela regulamentação da Convenção 151 da OIT, pela imediata implantação da negociação coletiva, com data base unificada, por ente federado; a implantação do regime jurídico único, planos de carreiras com isonomia de vencimentos na administração pública direta, autárquica e fundacional em todos os entes federados e todos os poderes; a implantação de políticas de proteção da saúde do/a trabalhador/a no serviço público.

A CUT defende que, para qualquer investimento público, se deve exigir critérios, metas, contrapartidas sociais e transparência, e que sejam ativados os mecanismos de controle social através dos conselhos. Acreditamos que investir no esporte pode ser um dos maiores legados para a sociedade, e vai para além de investimentos apenas em infraestrutura. Contudo, além da garantia do acesso ao esporte, é necessário que as políticas desenvolvidas contenham a manutenção e ampliação de direitos dos/as trabalhadores/a: negociação coletiva, organização sindical e exercício do trabalho sem riscos à saúde e com proteção, além

da sustentabilidade ambiental. Tudo isso deve fazer parte das premissas para empréstimos e investimentos públicos, sejam eles de qualquer natureza.

Para potencializar o fortalecimento da classe trabalhadora no contexto atual, será necessário alavancar direitos e recuperar aqueles que perdemos com a reforma trabalhista realizada por FHC, que aprofundou a precarização das relações de trabalho no Brasil. A campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, acompanhada da limitação do uso de horas extras é estratégica para esse objetivo. A CUT ampliará essa campanha, organizando a mobilização social, as alianças sociais e a pressão sobre o Congresso Nacional para aprovar alterações na legislação.

### **Ampliação do setor público para fortalecer nosso projeto de desenvolvimento e recuperar direitos**

É imperativo uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado, ou seja, com as suas instituições públicas garantidoras de direitos sociais e promotoras de políticas públicas, buscando superar as dimensões corporativas e mercantis que ainda estruturam os direitos sociais. É preciso defender o fortalecimento do serviço público e seu caráter social como princípio fundamental de transformação do país, lutando por sua expansão e valorização e combatendo toda iniciativa de precarização, terceirização, privatização.

A educação e a saúde, fortalecidas em suas dimensões pública, universal, democrática e de qualidade, constituem elementos estratégicos de um projeto de desenvolvimento que assegure maior justiça social e o exercício da cidadania. Buscamos, respectivamente, a erradicação do analfabetismo e a universalidade do acesso e a permanência ao ensino em todos os níveis, e a integralidade das ações em saúde (promoção, proteção e assistência). Nosso objetivo é consolidar a primazia estatal do SUS. Fortalecer a luta em defesa da universalidade das políticas de proteção social, consolidando e ampliando as conquistas asseguradas na Constituição Federal de 1988, é uma tarefa estratégica da CUT na disputa por um caminho pós-neoliberal.

Essas políticas, aliadas a outras, deverão compor as prioridades da agenda das instâncias e sindicatos CUTistas. Desenvolver uma ampla campanha nacional pela educação (de massa, não corporativa, com marketing e toda estrutura necessária), destacando o papel da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na articulação com trabalhadores/as da educação para implementação da campanha que deve incidir, preferencialmente, em todas as escolas do país. No Brasil, 70% do ensino superior está concentrado na iniciativa privada, assim, se faz urgente a implantação do Marco Regulatório do ensino superior privado. Também é preciso exigir do Governo Federal o fim da entrada do capital estrangeiro na educação superior brasileira. E uma campanha pela Seguridade Social, com a ratificação da Convenção 102 da OIT, acompanhada pela articulação de uma campanha mundial por sua ratificação.

Propomos ao poder executivo, em caráter de urgência, junto ao MEC e ao MP, providências no sentido de interferirem não só pela inclusão de trabalhadores/as e dos/as seus/suas filhos/as, mas também que tenham assegurada a permanência nos respectivos cursos com mais qualidade de ensino, tendo como consequência uma conclusão com reais possibilidades de ingressarem ou ascenderem no mundo do trabalho.

A luta pela ampliação das políticas públicas e sociais deve tornar o eixo principal de nossa Jornada de Lutas e do nosso projeto de desenvolvimento, constituindo uma grande campanha, intitulada “Caravanas da CUT”, que, definidos os temas centrais (educação, saúde, reforma agrária, etc) deverá ser trabalhada durante todo o ano por todos os nossos sindicatos na base, junto à classe trabalhadora.

Realizaremos Caravanas da CUT, que percorrerão todos os estados do país, com ações de mobilização, formação, propaganda e negociação em defesa dos direitos à educação, à seguridade social e à terra. Fortaleceremos as campanhas já existentes - como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação - unificando as bandeiras pela valorização dos/as trabalhadores/as em educação, aprovação do PNE e dos 10% do PIB para a educação. Em relação ao direito à seguridade social, as Caravanas da CUT reforçarão

as lutas pelo fortalecimento do SUS e em torno da Convenção 102 da OIT (direito à Seguridade Social). Percorreremos os Territórios da Cidadania e assentamentos da reforma agrária para fortalecer a luta pela terra e pelo desenvolvimento rural sustentável. As Caravanas da CUT terão como objetivo fortalecer o setor público de educação e seguridade social, elevando o grau de crítica social à mercantilização das políticas e direitos sociais.

A queda expressiva da pobreza no campo ao longo do governo Lula e Dilma está associada aos programas sociais do Governo Federal como o Bolsa-Família, os aumentos do salário mínimo acima da inflação, a concessão de benefícios da Previdência Social e os chamados benefícios de prestação continuada - que atingiram milhões de brasileiros/as que não teriam direito à aposentadoria, inclusive os/as rurais. Outro importante impacto é a dinamização da economia dos estados e municípios, gerada pelas obras de infraestrutura no interior do país, geração de novos postos de trabalho e pela ampliação da capacidade de consumo das populações rurais, em especial das regiões Norte e Nordeste do país. Contudo, todo esse esforço ainda não foi suficiente para superar os déficits sociais acumulados historicamente. Deve-se continuar dando prioridade às políticas sociais rumo à consolidação de redes de proteção e promoção social, beneficiando todas as pessoas que vivem e trabalham no campo; aprimorar os mecanismos de reconhecimento de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de arrecadação das contribuições previdenciárias incidentes sobre a comercialização da produção rural, de modo a fortalecer o caráter inclusivo de proteção social desta política na área rural; universalizar o direito à saúde e assegurar o acesso às ações e serviços de promoção, proteção e assistência à saúde, inclusive, avançando na pactuação e implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta; estabelecer uma política abrangente, coordenada e integrada, capaz de efetivar os direitos das crianças e adolescentes do campo, com cronograma, metas específicas e com orçamento definido para sua execução; consolidar a Educação do Campo, afirmando sua concepção, no Plano Nacional de Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no financiamento, levando em conta a definição o valor do custo aluno rural amazônico, em todas as fases da educação, da creche ao ensino superior, na produção de material pedagógico, na formação dos/as professores/as e inclusão digital, enquanto política pública articulada a um projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Nesse caminho, também é fundamental priorizar a luta pela democratização e republicanização do Judiciário, pois permite a passagem de políticas de governo ou conquistas de movimentos sociais para a dimensão de Estado, através de sua constitucionalização, funcionando assim como uma alavanca de universalização e perenização de direitos.

Portanto, nosso caminho deve ser o da mobilização, não apenas para impedir que os/as trabalhadores/as paguem a conta da crise, mas também para exigir do governo medidas contra a crise que permitam ao país continuar crescendo com redução da desigualdade, ampliação dos empregos, da capacidade produtiva e da soberania nacional. Para ampliar o setor público e recuperar direitos, ampliaremos as mobilizações de massa, na solidariedade entre os/as trabalhadores/as, na exigência de que o grande capital financeiro e monopolista pague a conta da crise, na defesa de políticas de ampliação do emprego e renda. E combinar isto com uma denúncia da ordem capitalista.

### **III. Botar o bloco na rua: movimentos populares, campanhas nacionais, internacionais e redes sociais**

Outro ponto estratégico é alterar a privatização do processo de formação da opinião pública, feita através do controle oligopolizado dos meios de comunicação de massa. Estes setores do capital, alentados e desenvolvidos pelo regime militar, criaram uma relação programática orgânica com os partidos neoliberais

durante os governos FHC. Posicionados estrategicamente na democracia brasileira, cumprem um papel decisivo na reprodução da visão de mundo liberal e dos interesses corporativos capitalistas, procurando impugnar qualquer regulação democrática dos meios de comunicação que, por sua natureza, deveriam ser públicos (ou submetidos diretamente ao controle democrático e plural do Estado ou por ele regulado segundo estes critérios).

O bloco social e político do qual a CUT faz parte se contrapõe antagonicamente ao bloco liberal-conservador, consecutivamente derrotado em nosso país e em grande parte dos países latino-americanos. As alianças construídas pela CUT não devem ocorrer de forma fragmentada, mas coerente com a nossa estratégia diante do novo período. Precisamos sempre estabelecer pontos de contato entre iniciativas com algum movimento social, em particular, com as coalizões construídas em conjunto com diversos movimentos. A Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS - é estratégica para a conformação dessa coalizão de movimentos que impulsionam a revolução democrática brasileira.

O sentido das alianças é fazer avançar as tarefas no rumo das mudanças. Para tanto, é imperativo que a CUT redimensione a aposta na CMS. Significa maior centralidade da direção da CUT, engajamento de maior número de dirigentes nacionais, organização da pauta política em nossas instâncias e responsabilização de dirigentes em todas as Estaduais da Central. O objetivo central deve ser o aumento do protagonismo da CUT na construção da CMS, tanto nacional, quanto estadualmente.

Não cabe na estratégia da CUT a construção de alianças, mesmo que pontuais, com setores orgânicos do bloco liberal-conservador. As tarefas estratégicas da CUT não necessitam de unidade com setores do empresariado nacional. Não é com o empresariado que fortaleceremos o setor público, nem democratizaremos o Estado, muito menos as relações de trabalho. Será a partir do confronto com os seus interesses que conquistaremos a democratização das relações de trabalho e a redução da jornada de trabalho; o fim do Fator Previdenciário; a recuperação do poder de compra das aposentadorias; a ratificação das Convenções 158, 156 e 189 da OIT; a atualização dos índices de produtividade, dentre outras bandeiras históricas da classe trabalhadora brasileira.

A CUT trouxe para o primeiro plano da luta sindical a defesa de uma comunicação pública e democrática. Nossa Central tem o potencial de dirigir a mais ampla luta pela formação das condições estruturais de uma opinião pública democrática no Brasil. Defendemos a formação de meio de expressão e comunicação públicos e de uma vasta rede formada por cooperativas, circuitos virtuais, imprensa opinativa e independente, rádios livres e televisões alternativas, que dê pleno direito de voz e audiência aos sujeitos sociais que compõem o nosso bloco. Devemos aprofundar a mobilização para defender a formação de uma comunicação pública e aproveitar do potencial da internet e da cultura livre como forte instrumento de afirmação de uma esfera pública democrática.

É necessário e urgente que o Estado institua um novo marco regulatório das comunicações, construído democraticamente com a sociedade civil, por meio da representação de seus diversos atores em condições de igualdade. O novo marco deve reconhecer e afirmar o caráter público de toda a comunicação social e basear todos os processos regulatórios no interesse público. A CUT e entidades do movimento social que lutam pela democratização da Comunicação no Brasil tiveram papel fundamental no processo da Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), tanto para que se realizasse, quanto na elaboração de propostas voltadas para a garantia do direito à comunicação e à liberdade de expressão. Para isto, a CUT deve deflagrar uma campanha para imediata concretização das deliberações aprovadas nessa conferência.

Assim, cabe à CUT, juntamente com os demais movimentos e organizações da sociedade civil comprometidas com a democratização dos meios de comunicação e com a democracia, intensificar a mobilização para que seja alterado o marco regulatório das comunicações no Brasil, para que expressem de fato a voz da maioria dos cidadãos e das cidadãs e para que sejam fiéis à verdade, assegurando à sociedade o direito à informação.

As propostas da CONFECOM foram transformadas numa plataforma com 20 diretrizes prioritárias, que contemplam participação e controle social, infraestrutura, universalização, pluralidade, fortalecimento das rádios e TVs comunitárias, entre outros, e serão a nossa plataforma de ação. Estas diretrizes deverão ser consolidadas na bandeira da liberdade de expressão com a realização de uma ampla campanha nacional, liderada pelo FNDC, para que todos e todas tenham voz. A CUT deverá ser protagonista nesse debate em todos os estados, se apropriando cada vez mais do tema e encabeçando também regionalmente as ações do FNDC, hoje coordenado nacionalmente pela CUT. O saldo deste processo deverá apontar tanto para a mudança política quanto para um processo organizativo que fortaleça o FNDC e a atuação da CUT nesta área.

Uma política CUTista de comunicação deve levar em conta além das vinte diretrizes prioritárias do FNDC, a saúde mental tendo em vista o potencial impactante da mídia na formação da personalidade; o fortalecimento das ações do ministério público; a garantia de espaço para as mulheres nos meios de comunicação públicos; a criação de conselhos deliberativos estaduais de comunicação; e a criação de novo marco regulatório para as comunicações e instituição de mecanismos de controle de propriedade.

Outra tarefa estratégica a ser aprovada no 11º CONCUR, é a disputa de políticas públicas para o campo. É preciso potencializar a ousadia que nos marca para o enfrentamento com o agronegócio. Por isso, devemos fortalecer o PRONACAMPO em todo o país e levando para todas filiadas a proposta de fundamentação da Pedagogia da Alternância que norteia a educação do campo.

A CUT reúne a maior parcela da militância sindical que luta por reforma agrária e que tem contribuído com os avanços recentes na construção do novo modelo de desenvolvimento rural no país. Dirigindo o campo CUTista do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, fortaleceremos as luta por mudança dos índices de produtividade e o combate à violência no campo. O poder de desapropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo - conforme Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/01, a PEC do Trabalho Escravo, aprovada pela Câmara Federal - provocará uma mudança qualitativa na relação do Estado com a propriedade. Podemos imprimir grandes vitórias sobre o agronegócio e todo o bloco liberal-conservador em sua versão ruralista.

Para garantir a necessária internacionalização das lutas é essencial fortalecer a CSI para que se torne a grande Central Internacional, articuladora das lutas e campanhas internacionais, contra o neoliberalismo, por um novo modelo de sociedade, justa e igualitária. É fundamental continuar a fortalecer a CSA e sua luta nas Américas pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Também é fundamental que busquemos reforçar nossas relações internacionais com centrais sindicais que historicamente têm dado enorme contribuição para a construção da nossa central sindical e desenvolver uma política de cooperação cada vez mais vigorosa, priorizando a articulação com os países da América Latina, Caribe e África, a cooperação Sul-Sul por meio do intercâmbio de experiências com diversas centrais sindicais, visando sistematizar e disponibilizar experiências organizativas e políticas aos/às companheiros/as desses continentes.

É preciso potencializar a intervenção nos fóruns internacionais de maior relevância para o debate das questões sindicais: CSI e CSA. Fortalecer nossa relação com a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e SIGTUR (Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights) assim como potencializar a atuação na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) para impulsionar o processo de integração do MERCOSUL. Ampliar, em conjunto com a CSA e CSI a intervenção nos Fóruns globais e regionais como o G20, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Conselho Sindical de Assessoramento Técnico (COSATE). A CUT promoverá este debate no Mercosul e também junto às Estaduais, Ramos e suas bases no Brasil.

A OIT, organismo multilateral do Sistema ONU, é um espaço de conflito de interesses, em especial, os de classe. A CUT deverá continuar sua intervenção pelo fortalecimento da OIT através da pressão permanente pela ratificação e aplicação de suas convenções em nosso país e no mundo. E defende o fortalecimento da ACTRAV (Programa de Atividades para os Trabalhadores, do Centro Internacional de Formação da OIT)

como forma de fortalecer as políticas em defesa dos/as trabalhadores/as na OIT.

Também é importante avançar na atuação em relação ao trabalho migrante, colocando essa temática como elemento central de nossa estratégia, referenciada pela resolução da 13ª Plenária Nacional da CUT, garantindo, inclusive, a tradução dos contratos no idioma de origem do/a trabalhador/a, através do acompanhamento da entidade sindical.

A CUT deve continuar a construir o Fórum Social Mundial e defenderá que o mesmo passe a adotar lutas e campanhas globais comuns, possibilitando-lhe avançar rumo a ações concretas. A expressão dessa visão estratégica da CUT é a construção do Fórum Social Mundial Palestina Livre.

É preciso disputar a visão da política de Cooperação do governo brasileiro a partir da nossa visão de classe. Também é necessário fortalecer as alianças com organizações sindicais de outros países e organizações nacionais que defendem os interesses da classe trabalhadora. Por isso, devemos nos colocar o desafio de construir uma ferramenta que proporcione a adequada gestão e agilidade dessas parcerias, em especial nas relações Sul-Sul, preferencialmente no âmbito dos países da América Latina e África.

Assim, a CUT constituirá um Instituto de Cooperação, com a responsabilidade de executar os planos de cooperação e solidariedade definidos pela Secretaria de Relações Internacionais (SRI) e aprovados pela Executiva Nacional, contendo ações planejadas de acordo com a estratégia geral da CUT, projetos que podem ser de caráter financeiro, técnico ou técnico-financeiro.

Nossa relação com os movimentos sociais é estratégica para o fortalecimento de nossas lutas. Nos anos 1990, quando organizamos grandes mobilizações de resistência às políticas neoliberais, o Fórum Nacional de Lutas teve um papel significativo, que culminou com a Marcha dos Cem Mil em 1999. Desde então, a CUT passou a construir com o conjunto dos movimentos populares a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que se caracteriza por uma ampla aliança social e política e com grande capacidade de mobilização popular. É tarefa da CUT avançar na agenda estratégica, comum e com itens prioritários, envolvendo a sociedade e fortalecendo a relação com nossos parceiros históricos.

### **Resolução sobre saúde do trabalhador**

As recentes notícias sobre aumento dos acidentes do trabalho, alguns até fatais, se por um lado são consequência do crescimento da atividade econômica, por outro refletem a insuficiência e até o fracasso da política de vigilância em saúde do trabalhador, tanto nacional quanto estadual. As notificações e investigações sobre os acidentes do trabalho são fundamentais para ações de vigilância em saúde do trabalhador. Os dados sobre acidentes do trabalho requerem melhores registros tanto de cobertura quanto de qualidade dos dados. Há uma desarticulação entre as instituições responsáveis por ações em saúde do trabalhador com o Ministério do Trabalho e Emprego, Previdência Social, resultante da falta de compartilhamento de dados úteis para a vigilância em saúde do trabalhador.

Quanto aos/às trabalhadores/as informais, as ocorrências de saúde do trabalhador não integram o sistema de informações, pois seus dados não são registrados, fazendo com que esses/as trabalhadores/as não sejam incluídos nas políticas de vigilância em saúde do trabalhador. Por outro lado, não há número suficiente de peritos médicos para atendimento do/a trabalhador/a, tornando iminente o risco de que perícias sejam feitas por não peritos que, mediante laudos, submetem os/as trabalhadores/as à mera auditoria administrativa. Nessas condições, o processo de investigação dos acidentes, que deveria ser feito no local onde eles ocorrem, ou seja, nas empresas, não é feito a contento. É de suma importância para a saúde do trabalhador que sejam feitos concursos públicos para suprir a necessidade de ter mais peritos/as. Também o despreparo da atenção básica do SUS para atendimento qualificado da saúde do trabalhador faz com que haja um descompasso entre o período em que o benefício é concedido pela Previdência e o efetivo tratamento do/a trabalhador/a que depende do SUS. O resultado disso é que o/a trabalhador/a, expirado o prazo de recebimento do benefício da Previdência pode não estar apto/a ao trabalho, ficando um longo período sem receber benefício previdenciário ou salário de sua fonte pagadora.

Na emissão da CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho existem problemas tanto no setor privado quanto no público. Vários empregadores/as privados/as se negam a emitir a CAT, o que gera sub-notificações que distorcem o sistema de informações e dificultam ações de vigilância.

Por fim os CEREST Centros de Referência em Saúde do Trabalhador têm a responsabilidade de fornecer suporte técnico e científico às demais unidades do SUS, em especial, às da atenção básica, além de serem importantes na produção de informações na área de saúde do trabalhador. Entretanto, sua existência não substitui a necessária política em vigilância em saúde do trabalhador, devendo o papel do CEREST ser rediscutido pelos/as trabalhadores/as.

### **Integração Regional e questões de fronteira na perspectiva do Trabalho Decente**

Diante dos sistemáticos ataques aos direitos trabalhistas dos/as migrantes internacionais, especialmente nas regiões de fronteira, a agenda política da CUT deve incluir temas transversais como a Integração Regional, Migrações, Livre Circulação de Pessoas, Segurança Nacional, Trabalho Decente buscando fortalecer as experiências e lutas comuns no enfrentamento ao capital transnacional e pela ampliação de direitos, desenvolvendo e aprofundando a política de relações internacionais com os países vizinhos, envolvendo neste processo as Estaduais da CUT para enraizar a política de integração regional sul-americana; e também encampar ações que exijam dos governos da região que os acordos de integração conttenham cláusulas sociais que apresentem garantias de direitos sindicais e trabalhistas, bem como da livre circulação das pessoas.

### **Energia e Água**

#### **Energia para o Desenvolvimento**

A energia é essencial para o desenvolvimento do Brasil. E o setor energético no Brasil, que já sofreu diversas alterações em sua matriz energética, diversificação de fontes de energia e, especialmente, a privatização das empresas e precarização do trabalho no próximo período, terá presente algumas questões que poderão trazer sérios impactos na vida nacional e, particularmente, na vida da classe trabalhadora.

#### **Energia Elétrica**

Entre 2015 e 2017 venceram as concessões de 58 unidades geradoras (21,5 GW ou a 20% da capacidade instalada de geração de energia do país), 73 mil quilômetros de linhas de transmissão (83% da rede básica de transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN) e 41 concessionárias de distribuição (30% do mercado de distribuição), ativos que retornarão à União. Esse fenômeno inédito no país irá gerar impacto não só no setor pelo grande volume de ativos que serão disponibilizados, como também aos/às consumidores/as que, dependendo do modelo a ser adotado poderão ou não se beneficiar com a redução das tarifas, e os/as trabalhadores/as energéticos/as, que poderão ter mudanças significativas decorrentes de alterações do controle societário de suas empresas.

Somos favoráveis à renovação das concessões para as empresas públicas, porém, com contrapartidas como a redução de tarifas, aumento da qualidade dos serviços e fim da terceirização nas atividades-fim.

Por outro lado, a Revisão Tarifária das Concessionárias de Energia Elétrica ocorre entre 3 e 5 anos, momento em que se verificam os custos projetados e os efetivamente gastos com o fornecimento de energia. A energia elétrica é um dos principais itens que compõem os indicadores que medem a inflação do país. As últimas revisões têm apontado redução nas tarifas, já que anualmente elas são reajustadas pelo IGP-M e, quando há o encontro de contas para verificar os custos realizados com os projetados e a tarifa cobrada para a realização dos mesmos, verifica-se que as concessionárias foram remuneradas a mais do que o necessário para garantir o fornecimento de energia a seus/suas consumidores/as. Por isso, as Concessionárias estão pressionando o governo no sentido de devolver parcelado para os/as consumidores/as esse excedente tarifário.

Outro elemento importante é que o Artigo 30 da Constituição Federal estabelece como competência aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local. A Agência Reguladora de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu regras para a transferência dos ativos de iluminação das concessionárias de energia elétrica aos municípios, determinando o prazo final setembro/2012.

As consequências mais imediatas serão a precarização na qualidade dos serviços, pois a doação para os municípios pode trazer uma precarização para o sistema, já que a regulamentação não é clara ao não especificar de quem é a responsabilidade da manutenção; aumento na Tarifa, pois a determinação de "Transferências sem ônus" permite que as empresas mantenham esses ativos em seus balanços, compondo a base para cálculo das tarifas e os municípios também pleitearão o direito de lançá-los em seus balanços ao recebê-los das concessionárias, mas terão que constituir serviços de manutenção com quadro próprio ou contratando mão-de-obra terceirizada, aumentando, assim, os custos da iluminação pública; aumento nos acidentes de trabalho, pois o setor requer grandes investimentos em treinamento de pessoal e equipamentos, além de experiência dos/as trabalhadores/as. Ao caber às prefeituras a responsabilidade de manutenção, a tendência é que elas optem pela terceirização onde impera alta rotatividade de mão-de-obra e baixos investimentos em equipamentos e segurança.

Por isso, a CUT desenvolverá uma ampla Campanha Nacional pelo controle social dos serviços públicos de energia (eletricidade e gás), com o engajamento dos/as trabalhadores/as e de toda sociedade no debate e na decisão do melhor modelo a ser adotado que atenda aos interesses da maioria da sociedade, exigindo a imediata redução tarifária. Uma campanha de esclarecimento da população, de pressão e negociação de nossas propostas com o Governo, em todos os âmbitos.

Essa campanha deve debater também, a apropriação da riqueza hidráulica, fruto da amortização das concessionárias construídas com o dinheiro de todos/as os/as brasileiros/as no decorrer desses anos, a exemplo do debate sobre a riqueza do petróleo gerada pela camada do pré-sal assim como a manutenção dos serviços de iluminação pública como responsabilidade das concessionárias de energia.

#### **Petróleo, Pré-sal e Gás**

O debate sobre o projeto de lei da FUP, nova lei do petróleo, é um dos mais importantes das últimas décadas no Brasil, haja vista que o regime de concessão não serve mais para o Brasil e o modelo de partilha adotado é insuficiente para garantir a melhor estratégia de soberania a nossa nação. Não queremos ser apenas um país exportador, queremos que a extração no pré-sal sirva para um grande processo de industrialização do país.

Por isso, reafirmamos a luta pelo controle social e participação popular na destinação da renda oriunda da exploração do patrimônio natural do petróleo, com a criação de um fundo social, constituído com a finalidade específica de promover incrementos na saúde, previdência, educação pública, em projetos de habitação popular, reforma agrária e de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Em contraponto à atual política de distribuição via royalties e da participação social, o Fundo deverá ser uma política pública de caráter indenizatório e preventivo; portanto, suas verbas têm que ter destinação específica e obrigatória, abrangendo também a sustentabilidade e prevenção aos danos ambientais e sociais.

A CUT defende a produção e industrialização do petróleo no Brasil, pois nosso País não pode ser um simples exportador de petróleo cru, porque muitos países que detêm grandes reservas e são apenas exportadores não conseguiram resolver seus problemas sociais e a população sofre com a miséria. A cadeia do pré-sal não deve parar na produção do petróleo. Devemos construir mais refinarias, empresas petroquímicas e químicas para agregar valor ao petróleo do pré-sal, gerando assim empregos e distribuindo melhor a renda no Brasil. Temos que aplicar o trabalho brasileiro no petróleo do Brasil, para tanto, a CUT tem que levar adiante a campanha 'O Petróleo Tem Que Ser Nosso!', na perspectiva de uma Petrobrás 100% nacional.

A CUT vai exigir do Ministério do Trabalho e Emprego a agilização do processo de constituição de uma NR - Norma Regulamentadora específica para o segmento do gás.

## Água

A guerra da água já é uma realidade. A mercantilização dos recursos hídricos tem se tornado um negócio cada vez mais lucrativo e desejado por transnacionais.

A privatização da água mostrou-se um desastre social em diversos países. Estudo da Universidade de Greenwich constatou que a privatização na Inglaterra e na Itália gerou aumento das tarifas, redução dos investimentos e a inferiorização da qualidade da água; em Paris, após longo processo de denúncias de corrupção e mobilização social, a água foi remunicipalizada em 2010; em Cochabamba (Bolívia), após a empresa estadunidense Bechtel triplicar o preço dos serviços para as famílias mais pobres e a legislação proibir até mesmo a coleta de água da chuva, massiva mobilização popular em 2000 resultou na retomada do controle público do abastecimento de água.

É indispensável reagir ao avanço crescente do processo de privatização no Brasil. A água é um bem público universal e essencial, cujo uso deve ficar subordinado ao interesse da população e sob seu controle.

Por isso propomos, que todos os sindicatos filiados à CUT se engajem nos Comitês em Defesa da Água Pública.

A CUT defende que os serviços de fornecimento de água e de saneamento ambiental só devem ser prestados por empresas públicas.

A CUT liderará a luta contra a privatização da água no nosso país, unindo forças na luta pela revogação de toda legislação que permite a privatização da água, em linha com a Resolução 64/292 da ONU que declara o Direito Humano à Água e Saneamento.

Água não é mercadoria! Água privada não dá pra engolir!

## Previdência

### Regime Geral Previdência Social

Consolidar o sistema de seguridade social brasileiro inclusivo, solidário e estável segundo os preceitos constitucionais de 1988, assegurando a concretização dos seus princípios e fontes estáveis de financiamento.

A CUT deve manter sua posição em defesa da Previdência Pública Nacional que garanta a preservação das conquistas e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que, após a sua vida profissional, possam usufruir do benefício da aposentadoria e/ou pensão que ajudaram a construir no transcorrer de sua vida. Necessário se faz recuperar o Controle Social sobre os recursos da Previdência.

A CUT afirma sua posição contrária à desoneração da contribuição previdenciária em curso, que não garante a compensação das perdas da Previdência com a clara definição de fontes vinculadas de financiamento.

A CUT reafirma a luta pelo fim do Fator Previdenciário e contra a implementação da idade mínima.

### Regime de Previdência Complementar

A expansão da Previdência Complementar no Brasil é uma realidade. Acreditando nessa possibilidade, a CUT envidará esforços no sentido de que os Fundos de Pensão de Previdência Privada, Complementares ou não, direcionem seus investimentos na produção.

Reafirmará a importância da participação paritária dos/as trabalhadores/as na gestão desses fundos, bem como a equidade de direitos entre homens e mulheres e das aposentadorias especiais e por invalidez.

A essa luta se soma o enfrentamento à ameaça constante da Retirada de Patrocínio (sustentação financeira) de forma autoritária pelas mantenedoras. Após anos a fio, contribuindo com boa parcela dos seus salários

para estas instituições privadas, um sem número de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, hoje assistidos ou ainda na ativa, se veem na iminência de perderem o direito à suplementação da aposentadoria.

A CUT registra a necessidade de na revisão da CPC 06 de 1988, que trata da Retirada de Patrocínio de Planos de Previdência Complementar, sejam garantidos todos os direitos dos/as participantes.

A CUT reafirma também a necessidade de revisão da Resolução CGPC 26/2008, que prevê a divisão do superávit restante, proporcionalmente à contribuição dos/as participantes e assistidos/as e a patrocinadora, e defende que a revisão do plano de benefícios, quando houver superávit e reserva especial, deve contemplar a revisão das contribuições previstas no plano de custeio, a revisão de premissas atuariais tais como taxa de juros e tábua de mortalidade, ou a revisão de benefícios para adequá-los ao valor das reservas existentes. A CUT também lutará contra o “voto de minerva”.

## Resolução da Comissão da Verdade

### À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

O 11º Congresso da Central Única dos Trabalhadores - CUT realizado na cidade de São Paulo entre os dias 9 a 13 de julho de 2012 aprovou esse requerimento em forma de resolução.

Os trabalhadores presentes ao 11º CONCUR se dirigem diretamente à Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/2011) para REQUERER:

**Primeiro.** A investigação e o esclarecimento das intervenções em Sindicatos dos trabalhadores praticadas pela ditadura militar, de 1964-1985, e os prejuízos causados à classe trabalhadora pelas restrições à liberdade de associação, organização e luta dos sindicatos contra o arrocho salarial.

**Segundo.** Averiguação dos inúmeros casos de perseguição policial às lideranças sindicais, cassações de mandatos sindicais, demissões por motivação política, prisão e tortura e os danos morais e materiais decorrentes, bem como a indicação dos nomes das instituições e nomes dos agentes de Estado e seus cúmplices privados; além de assegurar a justa reparação moral e material.

**Terceiro.** Investigar todos os casos de assassinatos e ou desaparecimentos de sindicalistas e “promover o esclarecimento circunstanciado” e “sua autoria”, como manda o Inciso II; e “identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias” como determina o inciso III do art. 3º da Lei 12.528/2011.

**Quarto.** Investigar, esclarecer e garantir o direito à Memória, à Verdade, à Justiça, à Anistia Política e à Reparação Moral e Material (esta última aos familiares) dos 82 sindicalistas rurais mortos e ou desaparecidos durante o período de 1961-1988 que até hoje foram excluídos dos direitos da Justiça de Transição; bem como de outros sindicalistas que não obtiveram reconhecimento perante a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/1995).

**Quinto.** Investigar e esclarecer os vários atentados e massacres a movimento organizados de trabalhadores a exemplo do caso de Ipatinga, ocorrido em 07 de outubro de 1963, em Ipatinga, Vale do Aço, Minas Gerais; até hoje o número ainda não mensurado de trabalhadores que foi reprimido, espancado e assassinado sem que tenha sido restituída a verdade dos fatos e respeitada a memória dos trabalhadores e reparado os danos aos seus familiares.

**Sexto.** A CUT encaminha em anexo uma lista preliminar, sujeita a revisão a partir de novas informações, a Lista Nº 01 de 82 sindicalistas rurais mortos e desaparecidos até hoje não reconhecidos oficialmente; a Lista 02 de 04 sindicalistas mortos e ou desaparecidos cujos processos ou não foram apreciados ou foram indeferidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; e finalmente a Lista 03 de 23 Sindicalistas Mortos e Desaparecidos reconhecidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, cujos casos merecem como os demais, ser investigados em toda extensão para que se resgate a Memória, sobrevenha toda a Verdade e se busque a Justiça.

**Sétimo.** O 11º CONCUR delega a Executiva Nacional da CUT constituir uma Comissão para acompanhar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. A Comissão de Acompanhamento da CUT estimulará o resgate da memória dos trabalhadores, perseguidos, mortos e desaparecidos, receberá e encaminhará a CNV as denúncias das violações aos direitos humanos contra os trabalhadores durante a ditadura militar.

São Paulo (SP), 11 de julho de 2012.



## EIXO 2:

### ATUALIZAR O PROJETO POLÍTICO-ORGANIZATIVO DA CUT PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS, AMPLIANDO AS POTENCIALIDADES PARA ORGANIZAR A MAIORIA DA CLASSE TRABALHADORA

*No 11º CONCUR foi reafirmada a estratégia deliberada no 10º CONCUR (2009) de atualização e fortalecimento do projeto sindical CUTista a partir da ampliação da base de representação da CUT para a disputa de hegemonia.*

A CUT que queremos para a próxima década é uma CUT livre, democrática e de luta, fortalecida em toda a sua organização vertical e horizontal. Por isso, é fundamental atualizar e enraizar o nosso projeto político-organizativo para conquistarmos a democratização das relações de trabalho e, diante do cenário da reorganização do movimento sindical no Brasil, precisamos estar fortalecidos/as para enfrentarmos as disputas acirradas com as centrais sindicais FS, UGT, CTB, NCST e CGTB, e também a Conlutas e a Intersindical, entidades que se contrapõem à nossa concepção e prática sindical.

A CUT nasceu crítica à estrutura oficial, organizando sua palavra de ordem original em defesa da liberdade e autonomia sindical. Desde a sua fundação, defende um sindicato organizado pela base, democrático, autônomo em relação ao Estado, com trabalhadores/as livres para definirem suas formas de organização sindical e de autossustentação financeira, desde o local de trabalho até os níveis nacionais. Assim, nos anos 1990 chegamos a uma proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho - SDRT - que tem como princípios a liberdade e autonomia sindical, o direito à Organização por Local de Trabalho (OLT) e à contratação coletiva.

Por isso, nossa estratégia, referenciada nas resoluções da 13ª Plenária, deve ser orientada pelos seguintes princípios e propostas:

#### **I. Sindicato livre é sindicato forte: a campanha por liberdade sindical como celebração dos 30 anos da CUT**

A principal luta da CUT continua sendo a defesa da liberdade e da autonomia sindical. Sempre afirmamos que não há sociedade democrática sem que os trabalhadores/as possam livremente escolher sua forma de organização de acordo com seus interesses de classe, ideologia, concepção e prática sindical, sem interferência do Estado. Por isso, a CUT realiza a Campanha Nacional pela Liberdade de Organização, com a ratificação da Convenção 87 da OIT, com ações em 2012 e até os 30 anos em 2013. É tarefa de todo/a CUTista, todos os sindicatos se engajarem na Campanha, iniciada no mês de março de 2012, com o Plebiscito Nacional pelo Fim do Imposto Sindical.

Vivemos atualmente uma situação contraditória, fruto da Constituição Federal que no primeiro item do artigo 8º diz que é livre a associação sindical, ou seja, temos liberdade. Porém, logo em seguida, o segundo

item diz que é vedada a constituição de mais de um sindicato por categoria ou base territorial, no mínimo um município, ou seja, temos UNICIDADE sindical.

A UNICIDADE sindical vem fazendo com que tenhamos a fundação de mais de 2 sindicatos por dia no Brasil, a grande maioria deles, sem representatividade e com a única exclusiva função de dividir os atuais sindicatos existentes e cobrar o imposto sindical. Os desmembramentos de bases sindicais ou a criação de sindicatos de categoria dentro da mesma categoria vêm sendo feitos sem nenhuma consulta à maioria dos/as trabalhadores/as, os/as reais e únicos/as interessados/as.

Quando defendemos a LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL não estamos defendendo a pulverização das entidades sindicais; ao contrário, defendemos a UNIDADE dos/as trabalhadores/as em entidades sindicais cada vez mais fortes e mais representativas. Mas, essa unidade tem que ser fruto da decisão dos/as próprios/as trabalhadores/as e não imposta pela Lei, que como estamos vendo, tem servido apenas para dividir ainda mais os/as trabalhadores/as.

### **Propostas:**

Em virtude da instituição da Portaria 186, é tarefa central da CUT, em todos os âmbitos, e de todas as entidades manter ação de acompanhamento e incentivo à sindicalização; mapear e buscar contato para filiação à CUT de sindicatos que não sejam filiados à Central nenhuma, apresentando o projeto de organização e a plataforma de ação CUTista; identificar setores ainda não organizados e propor a fundação de sindicatos, bem como organizar oposições sindicais em bases de centrais sindicais que não representam os interesses dos/as trabalhadores/as.

No regime de liberdade sindical, devemos atuar com o conceito de REPRESENTATIVIDADE. Podendo existir mais de um sindicato numa determinada categoria ou base territorial, a participação dos mesmos nas mesas de negociação deve levar em conta a sua representatividade (os de maior representatividade com maior peso). A DEMISSÃO DE DIRIGENTES sindicais que vem sendo feita pelos/as empregadores/as fere a liberdade e autonomia sindical. O artigo 522 da CLT, que limita o número de dirigentes sindicais com estabilidade sindical deve ser revogado. A liberação de dirigentes sindicais para o exercício do mandato, que é fundamental para a democracia e a liberdade sindical, deve ser deliberada pelos/as trabalhadores/as e garantida na legislação e nas negociações coletivas.

O Artigo 522 da CLT deve ser modificado de modo a garantir a estabilidade e liberação dos/as dirigentes sindicais de acordo com o número de dirigentes estabelecido no Estatuto de cada entidade sindical.

## **II. O sindicato deve ser uma organização democrática e se organizar pela base**

A principal tarefa da nossa estratégia sindical no próximo período é fazer com que os nossos sindicatos de base coloquem como prioridade da sua ação sindical A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS/AS TRABALHADORES/AS A PARTIR DOS LOCAIS DE TRABALHO ou ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE BASE (OSB) com estabelecimento de metas, avaliação dos diferentes modelos existentes etc.

### **Propostas:**

#### **Convenção CUTista**

É preciso construir estratégias de disputa sindical. Como entendemos que há, cada vez mais, uma recomposição do quadro sindical brasileiro após o reconhecimento das centrais, também entendemos que haverá acirramento das disputas eleitorais nos sindicatos, principalmente entre as centrais sindicais. Isso

não significa a extinção das disputas com outras correntes CUTistas, apenas que é necessário solucionar os conflitos e nos apresentarmos com unidade na disputa para fora. Pois, se lutamos por um sistema democrático de Relações de Trabalho onde a organização por local de trabalho é a força motriz do processo de organização e mobilização da base, é imperativo que também as disputas sejam democratizadas.

São os próprios trabalhadores/as, na base, que devem definir a composição da direção que os irá representar, de forma objetiva e transparente. As disputas internas não são saídas para impasses ou divergência de opiniões, porém, em nenhuma hipótese podem extrapolar a esfera CUTista. É a unidade na ação que deve prevalecer no processo de composição de chapa para eleições sindicais nos sindicatos CUTistas.

Por isso, em qualquer processo eleitoral nas entidades CUTistas onde houver situação de conflito que coloque em risco a hegemonia CUTista, a regra é a da unidade. A construção da unidade deve ser baseada no diálogo entre as partes diretamente envolvidas no conflito, com a participação do Ramo e da Estadual da CUT. Despende todos os esforços para a solução dos conflitos, construindo a unidade é tarefa revolucionária do militante CUTista. Esgotadas todas as possibilidades, as partes poderão adotar um mecanismo para garantir a unidade CUTista e, ao mesmo tempo, respeitar a pluralidade e diversidade existente na Central, que é o que nos permite ser uma entidade de massas.

Esse mecanismo é a Convenção CUTista, afirmada em nossa 13ª Plenária Nacional. Se a entidade busca, cotidianamente, ampliar a participação e a organização da base, não haverá dificuldade de que esses/as trabalhadores/as participem do processo de construção de chapas, por meio dos debates que devem ser realizados em todos os locais de trabalho e da Convenção CUTista.

A Convenção é o foro privilegiado para conclusão do processo de conformação da chapa CUTista e deverá obedecer aos seguintes critérios:

1. A comissão eleitoral organizadora da Convenção CUTista será composta paritariamente pelas chapas concorrentes e por representantes da Direção Executiva da CUT Estadual e do respectivo ramo de atividade, garantindo igualdade de condições entre os/as concorrentes, prezando sempre pelo respeito à democracia e garantindo a lisura do processo;
2. Poderão participar da Convenção apenas as correntes políticas CUTistas, sendo vedada a participação de correntes políticas “não CUTistas”;
3. Duas ou mais correntes CUTistas podem se aliar e montar uma chapa para disputa na Convenção;
4. Os/as concorrentes não poderão adotar mecanismos que impossibilitem ou dificultem o pleno exercício democrático e o andamento da Convenção sob pena de ter sua candidatura caçada pela comissão eleitoral;
5. A votação poderá ser por meio de coleta de votos em urnas ou em plenária realizada especificamente para esse fim;
6. Após a apuração de todos os votos, em urnas ou em plenário, a comissão eleitoral proclamará o resultado indicando o percentual que cada chapa obteve;
7. A partir do resultado obtido as correntes deverão, obrigatoriamente, compor uma chapa única CUTista respeitando o tamanho que cada corrente demonstrou no processo de Convenção;
8. A distribuição dos cargos na chapa CUTista que disputará as eleições sindicais deverá respeitar o critério da proporcionalidade adotado pela CUT.
9. O processo deve ser referendado pela Estadual da CUT e pelo Ramo.

## Negociação Coletiva

A CUT desenvolverá uma campanha nacional pela aprovação de legislação que garanta a OLT no sistema de organização sindical brasileiro, assim como pela implantação das OLTs. Devem ser utilizados e ampliados os dispositivos jurídicos já existentes e as convenções da OIT que propiciam a constituição dessa ferramenta organizativa.

A CUT entende que a negociação coletiva é um espaço de negociação dos conflitos e passa necessariamente pelo fortalecimento da organização política e sindical dos/as trabalhadores/as. Sua sustentação depende de três questões centrais: organização por local de trabalho, organização sindical por ramo de atividade e o reconhecimento das centrais, tendo a representatividade destas como diretriz. A CUT lutará pela regulamentação da negociação coletiva e do contrato coletivo de trabalho, nacionalmente articulado, com garantia do direito de greve e contra os interditos proibitórios e a criminalização dos movimentos sindical e social.

Os sindicatos deverão incluir nos seus estatutos a criação da comissão sindical de empresa/de base, ou comissão sindical por local de trabalho, ou ainda, representantes sindicais eleitos/as pelos/as associados/as do sindicato naquela empresa ou local de trabalho, com garantia de estabilidade, e local de moradia (no caso da agricultura familiar), com eleições coordenadas e organizadas pelo sindicato, com o objetivo de fortalecer o processo de negociação permanente a partir do local de trabalho, acompanhar os assuntos de interesse dos/as trabalhadores/as no cotidiano, fiscalizar o cumprimento do acordo ou convenção coletiva de trabalho por parte da empresa etc.

A CUT orienta que as Confederações, em cada um dos ramos de atividade, priorizem o acompanhamento desse processo, estabelecendo metas e prazos para que tenhamos na 14ª Plenária Nacional (2014) uma avaliação geral.

## III. Diretrizes para conformação do Estatuto Classista

O atual estatuto da CUT aprovado no Congresso de 1988 é fruto de um longo processo de construção democrática. Constituiu-se num marco na estruturação e definição do modelo organizativo da nossa Central Sindical e reflete um momento histórico específico.

No 11º CONCUR (2012) demos continuidade ao debate iniciado na 13ª Plenária, construindo e aprovando propostas para a atualização do projeto organizativo da CUT, com as necessárias alterações estatutárias. Este processo, porém, a ser aprofundado na 14ª Plenária e deliberado no 12º CONCUR, deverá articular um amplo processo de debate nas bases, estimulando os/as trabalhadores/as a se reunirem e a refletirem, para buscarem respostas e, principalmente, elaborarem propostas que tenham como objetivo instrumentalizar a CUT para enfrentar os desafios de curto, médio e longo prazos.

### Propostas:

Os sindicatos filiados à CUT devem estabelecer o mandato de até 4 (quatro) anos para as direções. Assim, os atuais sindicatos filiados deverão adequar seus Estatutos até o 12º CONCUR, seguindo os princípios do Estatuto da CUT. Os sindicatos que se filiaram à CUT a partir da 13ª Plenária (2011) devem ter, no máximo, até duas gestões para que seus Estatutos sejam adequados a essa prerrogativa.

As Confederações devem, no prazo até a 14ª Plenária Nacional, aprofundar o debate e produzir resoluções para a maneira mais adequada de representação dos/as terceirizados/as, considerando as demandas internas e formas de contratação e negociação (contrato diferenciado) ou não (outra forma); e dos/

as trabalhadores/as vítimas das mais diversas formas de precarização, objetivando a superação das condições de trabalhadores/as precários/as.

As entidades CUTistas devem impulsionar a simultaneidade nas eleições da direção e representantes de base, divulgando as experiências existentes em nossa base.

## IV. As Federações, Confederações e Ramos CUTistas

Um plano de atualização da estrutura vertical deve partir da consolidação das Federações como instância de organização territorial, unificação, representação e negociação do ramo no Estado e Região. A Federação Estadual deve organizar e unificar a luta dos sindicatos no Estado, nas subseções e nas regionais, investir numa uniformização do modelo de organização dos seus sindicatos de base através de um processo de padronização dos estatutos norteados pelos princípios CUTistas.

### Propostas:

No último período, a CUT investiu em algumas experiências de confederações com a participação de federações CUTistas e não CUTistas. Opção política feita num dado momento da conjuntura, estas entidades do setor químico, do vestuário e da construção civil não têm tido um avanço efetivo no papel de negociação, não se orientam pelos princípios CUTistas e têm no imposto sindical o seu principal pilar de sustentação. A CUT se posiciona pelo fim da organização de confederações e federações com outras centrais sindicais e orienta as entidades nacionais e estaduais a reverem sua estratégia de organização e consolidação.

Para avançar na atualização da estrutura vertical, a CUT decide constituir um espaço nacional dos macrossetores (Indústria, Comércio e Serviços, Rural e Serviço Público), visando elaborar uma proposta final de organização setorial para o 12º CONCUR, efetuando uma avaliação parcial na 14ª Plenária Nacional. Esse processo deverá, necessariamente, incluir propostas para rurais, aposentados/as, comunicação, setor público, municipais, profissionais liberais, educação, construção civil, vigilantes e correios.

As Federações e Confederações orgânicas devem aprofundar o debate sobre filiação à CUT de todas as suas entidades.

### Municipais

Fortalecer os servidores públicos organizados nos seus Ramos de Atividade na CUT é primar pela qualidade, universalidade, democratização e transparência das políticas públicas e sociais, assegurando o papel protagonista dessa categoria na organização dos trabalhadores e das trabalhadoras no exercício pleno de cidadania. O fortalecimento desses Ramos na CUT torna-se estratégico pelo rico potencial de crescimento em organização de base e ampliação de sindicatos CUTistas pelo país afora.

A criação de Sindicatos de Servidores Públicos Municipais, de suas Federações Estaduais e o fortalecimento da própria Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM) devem ocupar na estratégia do Projeto Político e Organizativo da CUT uma atenção especial nos próximos anos.

Contagiar as multidões e ampliar a rede de relacionamento popular e cívica da CUT passa também pela força da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor público. Da mesma forma, este e demais Ramos tornam-se um aliado CUTista de massa na disseminação e efetivação das lutas políticas e sindicais estratégicas aprovadas neste Congresso, tais como o cumprimento da Lei do Piso do Magistério, contra a terceirização, pela liberdade e autonomia sindical, dentre outras, contribuindo para potencializar

a construção de novas possibilidades de desenvolvimento sustentável, democrático e solidário do Brasil com o fortalecimento do paradigma do desenvolvimento local e territorial, junto aos ramos que compõem a nossa central garantindo e ampliando a qualidade das políticas públicas para toda sociedade.

## V. As Estaduais da CUT

Propomos desenvolver um plano nacional de enraizamento e interiorização estadual do Projeto Político-Organizativo da CUT com o objetivo de ampliar a base de representação e a negociação de políticas públicas em âmbito local, considerando a lógica dos territórios da cidadania.

No Plano devem constar a conformação de estruturas regionais solidárias, a dotação orçamentária e o Plano de Ação e Gestão Estadual, e também a possibilidade de organização de regionais da CUT.

Compor uma direção estadual preparada para responder a essas demandas é fundamental. Por isso, deverão ser estabelecidos critérios até o 11º CONCUR para composição das direções estaduais, garantindo o compromisso com o projeto político, a representatividade, as condições de liberação e disponibilidade e os princípios CUTistas.

## VI. CUT Nacional: Direção Nacional e Executiva Nacional - papel político da Direção Nacional

Entre as atribuições da Direção Nacional da CUT consta garantir a aplicação política das resoluções da Plenária e do Congresso Nacional, bem como aprovar políticas específicas, buscando responder às conjunturas política e econômica nacionais. A partir do 10º CONCUR (2009) temos uma Direção Nacional fixa que integra representantes eleitos/as para a Direção Executiva Nacional, os/as representantes indicados/as pelas 27 Estaduais e pelos Ramos da CUT; uma experiência nova que aponta a perspectiva de estreitar as relações políticas, mas merece ser avaliada e aperfeiçoada pelo sindicalismo CUTista.

### Propostas:

Dar continuidade à ação de planejamento estratégico da CUT, aprimorar e assegurar a sua execução para potencializar a integração (Nacional, Estaduais e Ramos), visando fortalecer o cumprimento das ações e estratégias aprovadas em nível nacional nas regiões do país.

Fortalecer o papel do/a Diretor/a Nacional, seja na Estadual, seja no ramo de atividade econômica, possibilitando que sua atuação contribua para articular e potencializar a ação da CUT na região.

Implementar a Comissão Nacional de Cultura, Multiculturalismo, Diversidade Cultural, Esportes e Lazer que terá como papel primordial inserir no cotidiano da vida sindical a prática da cultura, do esporte e lazer. Também deverá ter atuação para o reconhecimento profissional e a luta por direitos trabalhistas, bem como lutar pela democratização e ampliação do mercado de trabalho para artistas e esportistas. Esta Comissão deverá refletir e encaminhar um posicionamento de desenvolvimento sustentável a partir das diversas manifestações do conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores e discutir os seguintes temas:

1. Cultura como desenvolvimento do Estado-nação (a relação da cultura com o trabalho);
2. Cultura X Desenvolvimento Sustentável;
3. Acesso, fruição, consumo da cultura pelo universo das trabalhadoras e trabalhadores;
4. Incentivar a expressão e criação cultural das trabalhadoras e trabalhadores em nossos sindicatos filiados;
5. Discutir o Plano Nacional de Cultura;
6. Discutir o vale-cultura, já aprovado no Congresso Nacional;
7. Discutir a criação de bibliotecas nos ambientes de trabalho;
8. Incentivar o tema como inclusão nos acordos coletivos de trabalho;
9. Realizar uma pesquisa no local de trabalho sobre o que o trabalhador e a trabalhadora necessitam para a prática de esporte e para o seu lazer e acesso cultural. Levantar temas afins.

## VII. Modelo de financiamento e aprimorar a gestão administrativa e financeira e Democracia Interna

Defendemos o fim do imposto sindical, porém sabemos que é fundamental que o sindicato tenha condições financeiras de organizar a luta dos/as trabalhadores/as. A luta pelo fim do imposto sindical é indissociável da luta pela aprovação de uma Lei que proíba as práticas antissindiais e que garanta a organização dos/as trabalhadores/as a partir do local de trabalho.

### Pelo fim do imposto sindical e a implantação da contribuição negocial

O processo de construção da CUT é a partir dos princípios da liberdade e autonomia sindical, da mais ampla democracia interna, uma central classista e de massa, comprometida com a defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora, rompendo com as amarras do sindicalismo corporativista.

Sendo assim, a CUT defende o fim do imposto sindical e sua substituição pela Contribuição Negocial, para que tenha condições financeiras de organizar a luta dos/as trabalhadores/as. Dessa forma, a luta pelo fim do imposto sindical é indissociável da luta pela aprovação de uma lei que garanta uma contribuição de sustentação financeira do sindicato, cujo percentual seja deliberado em assembleia com a categoria. Portanto, passa necessariamente pela revogação da Súmula 666 do STF, precedente normativo 119 do TST e a Orientação Jurisprudencial 17 da ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE BASE (OSB) do TST, que não permite a cobrança das contribuições confederativa, negocial e assistencial aos/às trabalhadores/as não sindicalizados/as, o que afronta a liberdade de decisão dos/as trabalhadores/as.

Da mesma forma, é indissociável das lutas pelo fim do imposto sindical a aprovação de uma Lei que proíba as práticas antissindiais, além de garantir a organização dos/as trabalhadores/as a partir do local de trabalho, reafirmando assim, os princípios da CUT, de liberdade e autonomia sindical a ratificação da resolução 87 da OIT, no fortalecimento do projeto CUTista e a consolidação das organizações dos/as trabalhadores/as na luta pela hegemonia da sociedade.

## Financiamento Sindical das Categorias Diferenciadas da CUT

O 11º CONCUR delibera que o financiamento sindical das categorias diferenciadas da CUT será feito a partir das seguintes diretrizes:

1. Definição, em Lei, da contribuição negocial para os/as trabalhadores/as das categorias diferenciadas, com valor definido em assembleia da categoria sem direito de oposição posterior a sua aprovação;
2. A implementação da Taxa Negocial para o setor deverá levar em conta a especificidade da organização dos sindicatos das categorias diferenciadas e seus processos negociais;
3. A Central Única dos Trabalhadores através do Ramo 14 e demais categorias de profissionais liberais deverá promover um amplo debate na Central sobre este tema;
4. Definição, em Lei, da obrigatoriedade do pagamento da contribuição negocial dos/as trabalhadores/as autônomos/as, a ser aprovada em assembleia como condição ao exercício profissional;
5. Deverão ser convocadas assembleias anuais em cada sindicato para apresentação do plano de trabalho, com demonstração de ações efetivas em prol do aumento da empregabilidade ou do alcance de novos benefícios para a categoria, e ainda, a prestação de contas anual demonstrando claramente as atividades desenvolvidas na consecução dos objetivos da categoria.

A sustentação financeira tem papel central na definição da estratégia de atualização do projeto organizativo da CUT e na luta pela mudança da estrutura sindical brasileira. As finanças, em qualquer organização sindical, devem estar a serviço da implementação do projeto político da entidade, definido por suas instâncias de decisão, através das resoluções aprovadas democraticamente em Congressos, Plenárias, Assembleias e demais instâncias deliberativas.

### Sustentação Sindical

Frente à ofensiva do Ministério Público do Trabalho sobre as arrecadações sindicais criando Termos de Ajuste de Conduta (TACs) que amarram o sindicato a uma intervenção do Estado, que ultrapassa o imposto sindical, impedindo a liberdade e autonomia:

A CUT deve discutir de forma gradual um formato de substituição do imposto sindical, migrando do imposto para uma arrecadação democrática, sem a possibilidade de intervenção do Estado, criando legislação sobre taxa negocial;

Deve ser incluído neste debate o financiamento de sindicatos como de trabalhadores e trabalhadoras rurais, domésticas, entre outros, cuja organização acompanha as especificidades da ocupação;

Quanto ao setor público, qualquer substituição deve vir acompanhada da obrigatoriedade da negociação coletiva, bem como devem ser regulamentadas as consignações.

### Propostas:

Nesse sentido, o 11º CONCUR reafirma que a política e a estratégia de sustentação financeira das entidades CUTistas, construídas com base no princípio da liberdade e autonomia, devem se basear em dois pilares:

- Contribuição voluntária e democraticamente decidida pelos/as trabalhadores/as em assembleia;
- Gestão participativa e eficiente, com implantação do orçamento participativo, com prestação de contas efetiva.

É preciso racionalizar os descontos sindicais a que são submetidos/as os/as trabalhadores/as que hoje pagam, além da mensalidade ou taxa associativa, o imposto sindical, a taxa confederativa e a taxa assistencial.

### Resolução sobre desconto assistencial

Lutamos por liberdade e autonomia sindical. A Constituição Federal proíbe que o Estado interfira nos sindicatos, mesmo assim o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho continuam a interferir no desconto assistencial. Entendemos que cabe à categoria deliberar de forma transparente e democrática em assembleia geral, aprovando o percentual de desconto da Taxa Assistencial. Além disso, existem prazos legais para que as trabalhadoras e os trabalhadores se oponham, caso desejem, ao desconto.

As entidades sindicais não podem continuar a ser penalizadas. Não aceitamos que os órgãos públicos, que tenham papel de fiscalizar as relações de trabalho e a obediência à lei façam interferência direta no sindicato e em suas finanças.

A interferência indevida tem diminuído a arrecadação a cada ano. Não aceitamos esta interferência nos sindicatos reconhecidamente combativos e de lutas, que estão dia a dia nas portas de fábricas, lutando pela garantia dos direitos dos/as trabalhadores/as. As decisões sobre as formas de funcionamento do sindicato têm que ser dos/as trabalhadores/as.

A CUT defende que a receita do sindicato seja resultado da mensalidade paga pelos/as associados/as e da contribuição da negociação coletiva definida pelos/as próprios/as trabalhadores/as em assembleia no processo da campanha salarial e descontada de associados/as e não associados/as, no teto de 1% do da remuneração anual.

Liberdade e Autonomia Sindical: Democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos!

## VIII. Paridade

Desde a fundação da Central, a presença organizada das mulheres tem sido importante no debate sobre gênero e em temas gerais da CUT. Há momentos que marcaram nossa trajetória e fortaleceram nosso protagonismo tais como: a aprovação da resolução pela descriminalização e legalização do aborto, no 4º CONCUR (1991); a aprovação de cota mínima de gênero de 30% para os cargos de direção da nossa Central, na 6ª Plenária da Nacional da CUT (1993); a transformação da Comissão Nacional sobre Mulher Trabalhadora em Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, no 9º CONCUR (2003); a aprovação dos aperfeiçoamentos no estatuto, no que se refere à política de cotas de gênero a ser implementada pelo conjunto de suas instâncias, compreendendo aqui, Estaduais da CUT, Confederações e Federações Orgânicas, na 12ª Plenária Nacional (2008).

Temos sido referência para outras organizações mistas e do movimento de mulheres. No entanto, segue como um grande desafio para o conjunto da Central assumir uma plataforma feminista capaz de transformar a realidade da classe trabalhadora e, em particular, a vida das mulheres.

Por isso, reafirmamos a resolução da 13ª Plenária Nacional que buscou “garantir o amplo debate sobre a paridade entre homens e mulheres nas instâncias da Direção e Executiva Nacional e nas Direções e Executivas Estaduais da CUT como também cumprir o estatuto da CUT sobre as cotas de gênero de 30% nas direções nacionais e estaduais das entidades orgânicas da estrutura vertical, em atividades de formação, de representação e de delegação.”

Participar de direções sindicais é um direito político das mulheres. A CUT tem como base os princípios da

democracia e da igualdade, portanto, quando reivindicamos paridade nos remetemos a esses princípios fundadores de nossa Central. A aplicação da paridade é um passo importante para a construção de políticas que alterem as condições de participação política e sindical das mulheres.

Mas, para isso, é necessário que as entidades sindicais, federações, confederações e a CUT proporcionem condições para que as mulheres realizem seu trabalho nos diferentes momentos de representação, elaboração, execução e avaliação da política sindical da CUT.

É um desafio para o movimento sindical incorporar em sua política uma nova concepção de trabalho, que considere as atividades realizadas pelas mulheres no âmbito familiar e doméstico. Para isso é necessário reconhecer as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho; a ausência de equipamentos públicos, entre eles creches e escolas de período integral; conhecer a situação das trabalhadoras e ter uma política de inclusão das mulheres no movimento sindical, garantindo a transversalidade de gênero em todas as políticas, atividades e espaços da CUT, para que nossa Central assuma cada dia mais, este espaço como das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Por isso, o 11º CONCUR delibera:

1. Paridade na Executiva e Direção Nacional e Estaduais da CUT, alterando o estatuto. Essa medida dá consequência à resolução da 13ª Plenária e o 11º CONCUR atualiza o mecanismo de representação das mulheres nos espaços de poder, com o objetivo de garantir a plena aplicação desse critério, como também a presença e a manutenção das mulheres CUTistas na Direção da Central;
2. O aprofundamento desse debate nas demais instâncias da CUT até o 12º CONCUR. As entidades verticais e de base/sindicatos iniciarão o processo de um amplo debate com a base, considerando a realidade do setor/categoria, com a perspectiva de ampliar a participação das mulheres.

## IX. Igualdade Étnico-racial

É preciso avançar no compromisso, conscientização, qualificação e envolvimento da CUT e de todos os Ramos e Sindicatos filiados no tema Igualdade Racial, fortalecendo ou criando os coletivos antirracismo, no combate ao racismo e superação de todas as formas de preconceitos e discriminação étnico-raciais. A promoção da igualdade racial e a luta pela reparação das desigualdades históricas e pela implementação de políticas afirmativas, como as leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem como currículo obrigatório o ensino da história da África, cultura afro-brasileira e indígena. Portanto, essa temática deve ser incorporada às atividades formativas das Escolas Sindicais, das Estaduais da CUT, dos Ramos, bem como dos Sindicatos. Também é fundamental inserir propostas de denúncia de situações que caracterizam atitudes racistas ou crime de racismo e discriminação racial, de realização de campanhas nacionais e salariais, e na Jornada de Lutas - a Caravana da CUT.

Nossas entidades sindicais devem buscar desenvolver projetos de utilização dos espaços públicos, em conjunto com outras organizações sociais, populares e estudantis, visando integração com a sociedade nas datas importantes no calendário afro, na perspectiva do resgate e da valorização da cultura e das tradições afro-brasileiras, bem como dar visibilidade e valorização de artistas locais, e diversas outras manifestações artísticas e culturais ligadas às tradições afro-brasileiras, bem como às tradições e culturas indígenas.

Segundos dados da publicação do DIEESE sobre “a situação do trabalho no Brasil” na primeira década

dos anos 2000, a inserção dos/as negros/as no mercado de trabalho se dá de forma desigual e precária. Para essa população as oportunidades de ascensão são barradas por questões econômicas e sociais. A participação de negros e negras é bastante significativa por que ingressam jovens e deixam o mercado de trabalho em idade avançada. No entanto nem sempre conseguem uma ocupação, convivendo mais com a situação de desemprego e da informalidade. Além disso, a remuneração pelo trabalho realizado situa-se nos estratos inferiores das faixas salariais do mercado.

Também cabe destaque a atuação do Poder Judiciário que, ao julgar ações que envolvem atos racistas e discriminatórios, tem sido muito brando na aplicação de suas penalidades, o que leva à sofisticação das práticas discriminatórias.

Ampliar e aprimorar as políticas públicas de combate à pobreza, ofertar serviços públicos de qualidade na educação, saúde, saneamento e habitação popular, são instrumentos importantes para garantir o acesso ao mercado de trabalho e a uma qualidade de vida mais digna para a população mais pobre, que, no caso brasileiro é majoritariamente de negros e negras e indígenas.

Nesse sentido o 11º CONCUR aprova as seguintes resoluções:

3. Articular a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo com as Secretarias Estaduais, fortalecendo o Coletivo Nacional de Combate ao Racismo, com a realização de encontros periódicos, e descentralizados pelas regiões do país, para efetivar essa política, constituir e fortalecer os Coletivos nas Estaduais da CUT e nos Ramos;
4. Construir um programa de formação pra dirigentes sindicais, articulando a CUT Nacional, as Estaduais da CUT, o INSPIR, as Escolas de Formação, os Ramos e Sindicatos com ênfase no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial;
5. Incluir na Plataforma da CUT formulação de políticas públicas afirmativas para a população negra e indígena, assegurando a implementação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), da Lei 10.639/03, 11.645/08, e demais legislações atinentes ao combate ao racismo;
6. Incentivar a adoção de Políticas Afirmativas para negros e negras no setor público e na iniciativa privada, de modo a assegurar tratamento não discriminatório no mercado de trabalho, na segurança pública e no acesso à justiça. Ao mesmo tempo, apoiar a adoção de programas específicos de acesso aos serviços públicos, como saúde, a exemplo de incluir a realização de exames periódicos, como o exame de eletroforese de hemoglobina para detectar doença falciforme, garantindo que a doença não seja um motivador de desligamentos; ou de educação, a exemplo da adoção de cotas raciais, proporcionais à representação da população negra em cada região, segundo dados do IBGE, para ingresso no ensino superior, assegurando programas especiais de ingresso, permanência e conclusão de estudos;
7. Desenvolver campanhas de comprometimento e promoção de ações afirmativas e combater atos discriminatórios, deverão constituir pilares na luta pela eliminação das desigualdades enfrentadas por negros e negras no mercado de trabalho e em outros espaços da sociedade;
8. Que as Estaduais da CUT se apropriem das propostas já formuladas e aprovadas pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo através de oficinas, cursos, seminários, debates, rodas de conversas, projetos de ensino - atividades estas monitoradas e avaliadas permanentemente incentivando a criação de comitês e grupos de trabalhos para ampliar o resultado;
9. Promover o debate acerca da revisão da legislação de combate a práticas racistas e discriminatórias, de modo a punir os/as criminosos/as e desestimular práticas racistas e ofensivas, de natureza racial;

10. Incentivar os sindicatos filiados e outras centrais sindicais a realizarem ações efetivas práticas no combate ao racismo, de intervenção nas políticas públicas, inclusive adotando na política de formação sindical para a conscientização política dos/as trabalhadores/as;

11. Promover eventos de combate ao racismo e a promoção da igualdade racial, em datas significativas para a população negra, a exemplo do dia 20 de novembro, dia nacional da consciência negra, estimulando a participação do conjunto dos/as trabalhadores/as;

12. Realizar campanhas e eventos midiáticos que promovam a equidade de gênero e a igualdade racial, produzindo informativos específicos sobre denúncias de atitudes racistas, inclusive, disponibilizando essas informações no site da CUT;

13. Lutar para que o Estado Brasileiro garanta a execução do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aplique as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Escolar Quilombola e para a Educação Escolar Indígena e assegure no Plano Nacional de Educação as condições e recursos necessários para a superação do racismo e de todas as formas de preconceitos e discriminações existentes na Educação Brasileira.

## **Proposta de Resolução sobre Políticas de Cotas**

A Central Única dos Trabalhadores nasceu como uma organização sindical de massas, classista, autônoma e democrática, com o firme compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo. Para tanto seu primeiro compromisso estatutário é lutar pela igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, sem preconceito de cor/raça/etnia, idade, orientação sexual e deficiência, nos diversos espaços do mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Ao completar 30 anos de fundação, e consciente de que nesse período combateu todos os tipos de discriminações, é chegado o momento da Central avaliar em que patamar estão as políticas afirmativas no seu interior.

Diante disto o 11º CONCUR decide que a próxima Direção Executiva Nacional deverá encaminhar uma ampla pesquisa qualitativa, quantitativa acerca do cumprimento desse compromisso Estatutário e todas as estruturas verticais e horizontais da Central.

A referida pesquisa, deverá ter seus resultados amplamente debatidos nas diversas instâncias, coletivos e entes da Central e subsidiará os debates da 14ª Plenária Nacional da CUT e o posicionamento de nossa Central acerca de cotas e demais políticas afirmativas para negros e negras, indígenas, deficientes, jovens, idosos e LGBT.

## **X. Trabalhadores/as com deficiência**

É necessário que a CUT desenvolva ações de inclusão e valorização do trabalhador e trabalhadora com deficiência, proporcionando a esses/essas trabalhadores/as colocação no mercado de trabalho de acordo com suas capacidades, melhores salários e condições de trabalho dignas, bem como o acesso a políticas públicas e prática esportiva, cultural e artística.

## **XI - Combate à homofobia , transfobia, lesbofobia e misoginia no mundo do trabalho**

É preciso avançar na sensibilização, conscientização e qualificação e envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras CUTistas no combate à homofobia, transfobia, lesbofobia e misoginia no local de trabalho e sindicatos.

É necessário incluir na agenda sindical a sensibilização, a conscientização e qualificação dos/as CUTistas no tema LGBT. Dessa forma, a temática deve ser incorporada nas atividades formativas das Escolas Sindicais, das Estaduais da CUT e dos Ramos, bem como dos sindicatos. É imprescindível, também, inserir propostas de denúncia de homofobia e negociação nas campanhas nacionais para a utilização do nome social das nossas companheiras travestis e transsexuais e de equiparação dos direitos previdenciários dos casais homossexuais aos dos casais heterossexuais. Nossas entidades sindicais devem desenvolver projeto de integração com a sociedade nas datas importantes do calendário LGBT, visando atrair trabalhadores/as desse segmento à luta sindical.

## **XII. Os Rurais da CUT**

A Central Única dos Trabalhadores, considerando a diversidade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, orienta suas entidades a ampliarem sua base de representação junto aos/às agricultores/as familiares e assalariados/as rurais, para conquistar direitos, formular políticas públicas e enraizar o Projeto da CUT no campo. A CUT, no próximo período, terá como estratégia fortalecer as entidades do campo, de-batendo seus problemas, desafios e especificidades de organização, levando em conta as disputas de projetos sindicais no campo e sua relação com a disputa de projetos na sociedade. A CUT, juntamente com as entidades sindicais CUTistas no campo, desenvolverá ações que contribuam para o fortalecimento de seu projeto político-organizativo e para a unidade da classe trabalhadora do campo e da cidade.

O 11º. CONCUR reafirma as resoluções aprovadas no 10º CONCUR a respeito da política da CUT para o meio rural e orienta a Coordenação Nacional dos CUTistas no Campo e a Executiva Nacional da CUT para conduzir um processo de avaliação, aperfeiçoamento e atualização do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que norteie a elaboração das propostas da CUT para o meio rural e a atuação de nossas entidades orgânicas e filiadas.

A CUT deve ampliar o processo de organização sindical dos/as pescadores/as profissionais artesanais, a fim de intensificar a luta pelo direito dos homens e mulheres que vivem da atividade pesqueira. Entre outras prioridades, a CUT deve trabalhar para o fortalecimento de políticas públicas que contemplem a realidade destes/as profissionais e garantam direitos como o usufruto permanente para moradias nas terras da União, inclusão de pescado nos programas de moradia merenda escolar e em outros espaços de consumo alimentar, permitindo o acesso dos/as pescadores/as a benefícios dos projetos e programas dos governos federal, estaduais e municipais, a crédito e moradia.

### **XIII. Trabalhadoras/es domésticas/os**

Temos atualmente no Brasil mais de 7 milhões de trabalhadoras domésticas, na imensa maioria mulheres negras, jovens e na informalidade. A CUT deve priorizar em suas estratégias de ação a organização sindical destas/es trabalhadoras/es, lutando pela formalização deste trabalho, impulsionando sua sindicalização, lutando pela regularização das entidades sindicais de trabalhadoras/es domésticas/os já existentes e pela legalização da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em 2011 a CUT, em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço (CONTRACS) e a FENATRAD, teve uma ação decisiva na aprovação pela OIT da Convenção 189, que estabelece garantias básicas de direitos trabalhistas às/aos trabalhadoras/es domésticas/os. Trata-se agora de lutar pela ratificação desta Convenção pelo Governo brasileiro. Nosso objetivo é que o Brasil seja o primeiro país a ratificá-la, luta que deve ganhar peso com a campanha internacional “12 para 12”, cuja coordenação em nosso país é feita pela CUT. A Convenção 189 estabelece, entre outros direitos, a Negociação Coletiva desta categoria, o que requer atenção especial também a um necessário processo formativo sobre Concepção, Estrutura e Prática Sindical.

### **XIV. Juventude CUTista**

A juventude brasileira é essencialmente trabalhadora, portanto, nossa Central deve cada vez mais desafiar-se e criar condições para organizar esta juventude. Uma estratégia política organizativa da CUT para avançar na disputa de hegemonia na sociedade somente será vitoriosa se em suas pautas constarem a organização e a participação da juventude. Devemos buscar o objetivo de ser referência para os/as jovens empregados/as formais, informais, em busca de emprego e em formação profissional.

A juventude negra, que é a que mais sofre o processo de exclusão, violência social e precarização no mundo do trabalho, é a parcela da sociedade que mais sofre com a violência policial e vive um grande processo de “extermínio”. Desta maneira, devem ser fortalecidas, no interior da Central, iniciativas que avancem na luta de enfrentamento e combate à mortalidade da juventude negra brasileira.

A CUT vem se consolidando como referência política para a juventude brasileira. A luta pela institucionalização de marcos legais para a juventude, como por exemplo, a aprovação do Estatuto da Juventude, vem ganhando novas abordagens a partir da intervenção da CUT no sentido de afirmar que os direitos da juventude devem ser para toda juventude e não apenas para os/as estudantes. Mas, para além de ser protagonista na relação com os diversos movimentos juvenis e na pressão por políticas públicas, ainda é um grande desafio consolidar a organização da juventude no interior das instâncias da CUT.

A organização da juventude na CUT avançará na medida em que seus sindicatos filiados, Confederações e Federações criarem e oferecerem condições de funcionamento para as Secretarias/Coletivos de Juventude, e que as pautas destes sejam orientadas por duas grandes diretrizes: luta por trabalho decente para a juventude que já está no mercado de trabalho; luta por políticas públicas para juventude que possibilitem o direito de conclusão do ciclo educacional antes do ingresso no mercado de trabalho.

Devemos também avançar, pressionando pela regulamentação da Convenção 140 da OIT, que trata da licença remunerada para estudos, ratificada pelo governo brasileiro através do Decreto nº 1.298/94.

Desta maneira, devemos ter uma participação protagonista nas lutas em defesa da saúde pública gratuita e de qualidade e de boas condições de trabalho, assim como por uma escola pública, universal, laica, gratuita, de qualidade, no campo e na cidade para todos os níveis.

A juventude rural tem obtido êxito e destaque na sua organização. A CUT deve apoiar e compartilhar estas experiências, assim como incorporar cada vez mais a discussão e a luta pelo direito da permanência da juventude no campo, com acesso à terra, assistência técnica, crédito facilitado, lazer e condições de estudar na própria região onde mora.

A juventude rural vem afirmando que sair do campo é uma condição, e não necessariamente um desejo, um sonho. Dessa forma, podemos concluir que a definição sobre ficar ou sair do campo, não resulta exclusivamente da construção de vínculos familiares/comunitários e de identidade com a terra, mas passam por mudanças políticas estruturais, que promovam a revalorização dos/as trabalhadores/as rurais, com garantia de vida digna, boas condições de trabalho, produção, comercialização, participação política e acesso às políticas públicas. Com o envelhecimento dos povos do campo, o tema da permanência da juventude no campo se torna urgente. Por isso, faz-se necessário assegurar a permanência da juventude no campo sucedendo seus pais na propriedade através de incentivos de políticas de desenvolvimento sustentável e solidário que atendam suas demandas específicas promovendo cidadania, inclusão social e o protagonismo deste segmento.

É fundamental aumentar o investimento na formação político-sindical para a Juventude, inclusive, para intervenção nas negociações coletivas, como maneira de garantir os temas e a presença qualificada da juventude nestes espaços. A reversão do quadro alarmante de adoecimentos e acidentes de trabalho que atingem jovens trabalhadores/as deve ir ao centro das negociações coletivas e das mobilizações por políticas de Estado para promoção da saúde do trabalhador.

Devemos também incrementar as formas de comunicação e organização da Juventude, capacitando-a para o uso das novas Tecnologias da Informação. As redes sociais têm se consolidado como novo instrumento de mobilização, propaganda e consolidação de posições políticas, reivindicações e denúncias. A ação sindical voltada e organizada por jovens necessita de planejamento para o uso político das redes sociais.

O objetivo histórico da CUT - representar e organizar a maioria da classe trabalhadora brasileira - deve orientar a estratégia de organização da juventude. Devemos desafiar os sindicatos CUTistas a encontrar e desenvolver formas de organização sindical que agreguem jovens trabalhadores/as que não estão em suas bases sindicais. Jovens trabalhadores/as que estão na informalidade, em busca de emprego e em formação profissional estão excluídos das organizações representativas da classe trabalhadora. É um desafio estratégico do sindicalismo combativo CUTista encontrar as formas de inserir essa maioria da classe em nossos sindicatos.

É preciso ampliar a representação da juventude nas instâncias de direção dos sindicatos, federações, confederações, Estaduais da CUT e Nacional, cumprindo rigorosamente o limite máximo de 35 anos para ocupar a Secretaria de Juventude. O 11º CONCUR deliberou fomentar este debate.

### **XV. Redes Sindicais frente às multinacionais**

No próximo período devemos manter a atuação nas Redes Sindicais em Multinacionais, fazendo jus ao seu protagonismo no assunto em termos internacionais, estreitando os laços com nossas centrais parceiras e melhorando a organização dos sindicatos para lutar contra os malefícios da globalização.

As Redes Sindicais são instrumentos para fortalecer a ação sindical local e não substituí, tampouco enfraquece, o papel do Sindicato e da OLT. Essa atuação deve se dar em conjunto com a CSA e CSI bem como na CCSCS.

Temos consciência de que há forte relação entre o processo em curso no Brasil e a atual crise liberal de direção e de dominação do sistema mundial. O sindicalismo combativo CUTista tem se comportado, nesse novo período político, como articulador e divulgador da experiência brasileira junto ao movimento sindical internacional, particularmente nas Américas.

Com efeito, tem contribuído para fortalecer e atualizar uma visão internacionalista das lutas da classe trabalhadora. O aspecto mais fundamental é a pressão pública para que os governos progressistas que ascenderam em países latino-americanos assumam plataformas sociolaborais que visem a superação completa do neoliberalismo. Aspectos como a regulação pública do trabalho, a liberdade sindical plena e a desmercantilização dos direitos sociais e das políticas públicas estruturam tais plataformas. Por meio da CSA, a atuação CUTista tem incidido para que a integração latino-americana não se limite aos aspectos estruturais e econômicos. Nossa atuação sindical internacionalista busca promover uma real integração dos povos, com redução das assimetrias, não só de infraestrutura, mas de condições de trabalho e de vida, convertendo-se, assim, num real processo de desenvolvimento regional.

#### **Propostas:**

Potencializar o trabalho de nossas Confederações com suas Federações Internacionais de Ramo (FSIs) é parte integrante de nossa estratégia em busca de freio aos ataques por retirada de direitos e conquistas e avançar na organização e melhorias de condições de trabalho e salário. Nossa ação sindical frente às multinacionais continuará sendo a de exigir a aplicação dos direitos fundamentais estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos princípios do Global Compact das Nações Unidas, nas Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e na Declaração sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social e nos demais convênios da OIT, em especial, o núcleo de direitos que compõe a Declaração dos Direitos Fundamentais do Trabalho. Estes instrumentos internacionais são importantes para promover Trabalho Decente e enfrentar as fusões e as reestruturações produtivas oriundas do selvagem processo de concentração e centralização do capital. Estas devem atuar em conjunto com as FSIs para negociar e monitorar os Acordos Marco Globais (AMGs).

### **XVI. O crescimento da CUT deve acompanhar a ampliação da classe trabalhadora**

A ampliação do número de trabalhadores/as deu-se na base da pirâmide social. São, equivocadamente, identificados como uma nova classe média. A CUT deve reforçar a sua base social, desenvolvendo a politização e organização dessa classe trabalhadora ampliada, de forma que a sua inserção social não se dê exclusivamente no mercado de consumo.

Nos últimos anos, a expansão e o fortalecimento das políticas sociais articuladas à valorização do salário mínimo e à expansão do crédito, tiveram como resultado a inclusão de trabalhadores/as que passaram a fazer parte do mercado de trabalho. Estima-se que mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras passaram a ter renda, possibilitando acesso a bens e serviços, dando início a um processo de mobilidade social.

Esses milhões de cidadãos e cidadãs não emergiram das grandes greves protagonizadas a partir do final da década de 1970, e não têm uma tradição de organização política e sindical, mas fazem parte de um processo de transformação social iniciado na década passada, e que tende a ampliar-se. São formados, majoritariamente, por mulheres, negros/as, jovens, trabalhadores/as do campo, cuja marca ainda são os baixos salários, contratos de trabalho precários e, provavelmente, não estão organizados/as em entidades sindicais. É um desafio estratégico para a CUT aprofundar a reflexão e o conhecimento sobre esses novos sujeitos para traçar estratégias de organização e representação, integrando-os ao projeto sindical que defendemos, cujos pilares são: liberdade e autonomia sindical, luta por melhores condições de vida e trabalho, rumo à transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

### **XVII. Formação: disputa de hegemonia na sociedade e ação sindical na relação capital trabalho**

A formação sempre fez parte da história da organização dos/as trabalhadores/as na luta contra a opressão. Antes mesmo da existência de sindicatos e centrais sindicais os/as trabalhadores/as utilizavam da formação política como base de suas ações.

O enfrentamento cotidiano entre trabalho-capital exige cada vez mais preparo de nossos/as trabalhadores/as sindicalistas no exercício do trabalho de base. É desse contato diário, seja no serviço público ou privado, no campo ou na cidade, que o sindicato e a CUT fortalecem-se e ganham o coração e a mente desses trabalhadores/as ganhando militantes para o nosso projeto sindical e projeto de sociedade conforme os princípios CUTistas.

É a partir deste conceito de importância da Formação, que sempre é reafirmado a cada Congresso, que esta política deve ser fortalecida. Entretanto, na atual conjuntura este tema ganha uma maior dimensão, porque após o reconhecimento das Centrais Sindicais está havendo uma grande ofensiva por parte delas para disputar as bases CUTistas.

Nesse sentido, a continuidade dos programas Formação de Formadores/as e ORSB-Organização, Representação Sindical de Base, fortalece o espaço da formação como parte do centro do projeto organizativo da CUT. É necessário, junto com a continuidade, buscar compromisso das entidades sindicais filiadas à CUT de assumirem a formação sindical, incluírem nas suas agendas a participação das atividades formativas, tanto os/as dirigentes mais jovens - que precisam conhecer a história de construção da CUT, sua importância nas conquistas de direitos para a classe trabalhadora - quanto os/as dirigentes mais históricos, que podem contribuir com sua experiência e também se atualizar quanto às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

É importante que as Escolas da CUT de Formação Sindical continuem formulando e gabaritando-se enquanto espaço de reflexão e elaboração contribuindo na sistematização dos conhecimentos produzidos pelos/as trabalhadores/as, dando continuidade aos projetos da Política Nacional de Formação, como DPPAR - desenvolvimento, políticas públicas e ação regional, construção de seminários, além de participar nas atividades formativas dos três estados do sul.

O 11º CONCUR resolve:

1. Que devemos aproximar a formação dos sindicatos e das regionais da CUT, garantindo que cada ramo e regional indique um/a Dirigentes para acompanhar o coletivo de formação da CUT;
2. Que a CUT deve fomentar as iniciativas de formação junto às entidades de base, levando em consideração a realidade de cada lugar e categoria;
3. Que a política de formação some esforços com as demais políticas da Central, como gênero, igualdade racial, juventude, meio ambiente, trabalhando em conjunto com as Escolas Sindicais, potencializando os recursos locais e levando em consideração as especificidades e necessidades das entidades, ramos e regiões;
4. Que deve ser fortalecida ainda mais nossa meta para a democratização e fortalecimento das ações da Formação Sindical e Política da CUT.

### **XVIII. Resolução sobre saúde do trabalhador**

A despeito da propalada modernização dos processos produtivos, do discurso sobre responsabilidade social, gestão participativa, sustentabilidade e outros temas que passaram a fazer parte do jargão empresarial nas últimas décadas, persiste a crescente incidência de acidentes e doenças do trabalho no Brasil. O que se verifica na maioria dos segmentos produtivos é a intensificação do trabalho, com repercussões físicas e psíquicas bastante graves - inclusive mutilações e mortes - quando, em tese, os novos padrões de desenvolvimento, as inovações tecnológicas, deveriam promover tempo livre, melhorias nas condições de trabalho e na qualidade de vida.

As lutas por um novo modelo de desenvolvimento pressupõem considerar não só a sustentabilidade econômica e ambiental como também a sustentabilidade humana, combatendo práticas predatórias de exploração do trabalho que adoecem e matam precocemente milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Reverter a precarização das relações de trabalho, o desrespeito à legislação trabalhista e previdenciária, as práticas antissindicais que impedem a intervenção dos trabalhadores e trabalhadoras nas situações de risco nos locais de trabalho permanecem como desafios na agenda sindical.

O movimento sindical brasileiro avançou na articulação de trabalhos em torno da questão da Segurança e Saúde do Trabalhador, com várias iniciativas de atuação e formação, mas diante dos desafios é necessário muito mais.

O 11º CONCUR reitera a importância de considerar transversalmente a saúde dos/as trabalhadores/as como parte inseparável das estratégias em defesa do Trabalho Decente e da construção do projeto político-organizativo da Central, tendo como centro a ação sindical nos locais de trabalho, como também reitera as lutas por políticas públicas intersetoriais que efetivamente preservem e promovam a saúde dos/as trabalhadores/as.

A CUT defende o SUS e as políticas voltadas para a saúde do trabalhador. Porém, hoje no país não existe uma política efetiva que atenda e ampare o/a trabalhador/a.

O investimento de dinheiro público sem critérios, além de ser usado para demitir e desempregar ainda cria uma legião de doentes e isso é gravíssimo. Por isso, a CUT deve adotar uma política de participação nos espaços que discutem a saúde do trabalhador, fundamentais para a implementação e até alterações das leis.

### **XIX. Desenvolvimento Econômico Social por meio da Economia Solidária**

A Economia Solidária representada pelos empreendimentos coletivos, principalmente as cooperativas e associações de trabalhadoras e trabalhadores, no campo e na cidade, tem se constituído como uma das estratégias fundamentais da política de desenvolvimento justo, sustentável, equânime, democrático para o Brasil. A Economia Solidária traz consigo uma proposta que dialoga com o fortalecimento da economia nacional, com a importância da justiça social, como forma de combater as desigualdades regionais e de concentração de riqueza, com a preocupação dos temas relacionados à sustentabilidade ambiental, e ainda, com o fortalecimento da democracia nas relações de produção e na definição das políticas públicas em nosso país.

Os Empreendimentos coletivos a que nos referimos, incluem novos sujeitos da classe trabalhadora, organizados com princípios da autogestão, cooperação, democracia e solidariedade, atuando em praticamente todos os ramos da economia, no campo e na cidade, abrangendo atividades econômicas, de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito.

A defesa cotidiana da concepção política e organizativa descrita acima, levada a cabo pela CUT, suas instâncias e seu ente afim, a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS - juntamente com vários outros atores sociais, culminou com a criação de uma ambiência parcialmente favorável ao desenvolvimento da economia solidária.

Em que pese os governos em todos os âmbitos (federal, estadual, municipal) tenham desenvolvido políticas públicas de apoio e fomento à Economia Solidária, tais medidas ainda são insuficientes diante dos entraves institucionais enfrentados e das demandas que uma organização desse formato precisa para colocar-se e manter-se competitiva no mercado, em condições de enfrentar empresas já estabelecidas.

Dada a parcialidade dos avanços obtidos, os Empreendimentos Econômicos Solidários ressentem-se ainda de várias debilidades que perpassam a área do crédito, informação, formação e qualificação tecnológica, qualificação técnica, formação profissional e elevação da escolaridade, assessoria/assistência técnica, logística, comercialização, acesso a mercados públicos e privados, bem como ressentem-se ainda de um marco legal que atualize as regras gerais do cooperativismo, assim como também de uma legislação que normatize a organização e funcionamento das cooperativas de trabalho, produção e serviços, privilegiando, nessas novas legislações, as regras gerais que favoreçam o desenvolvimento das cooperativas autênticas, onde as políticas públicas têm papel preponderante.

Em sendo demandas de políticas públicas, a CUT deve encaminhar junto à suas instâncias horizontais (Estaduais da CUT) e verticais (Ramos), o debate deste tema e a construção de uma agenda de lutas com vistas a sensibilizar as várias instâncias de governo quanto à necessidade de darem efetividade à construção dessas políticas públicas, reafirmando assim a economia solidária como direito de cidadania e como dever do Estado.

Neste sentido, a CUT precisa apoiar a economia solidária, buscando, por meio de seus/suas representantes nos diferentes espaços de representação, como fóruns e conselhos governamentais, a constituição de políticas públicas municipais, estaduais e federais, além de lutar pelo fortalecimento de um ambiente jurídico para o setor, com leis de fomento municipais, estaduais e federais, ainda mais agora, tendo em vista que a ONU, declarou o ano de 2012 com "ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS". A CUT incentivará a constituição de coletivos estaduais de economia solidária das CUTs.

**Relações Institucionais** - A CUT, por meio da ADS, deve dialogar com as entidades de representação e apoio à economia solidária parceiras - UNISOL Brasil, Unicafes, Concrab, a Unitrabalho, as ITCPs, outras incubadoras, entidades de assessoria e formação, a Rede de Gestores de Políticas Públicas para a Economia Solidária, em vistas de desenvolver os seguintes eixos estratégicos prioritários para o fortalecimento da economia solidária no Brasil e no mundo:

- **Marco jurídico:** Neste item destacamos a importância da aprovação de uma nova legislação que regule o setor cooperativista, alterando a já ultrapassada Lei nº 5764/71, com a aprovação da nova Lei Geral das Cooperativas (PLS 03/2007), a exemplo da Lei 4622/2004, que trata da organização e funcionamento das Cooperativas de Trabalho, Produção e Serviço aprovada pelo Congresso Nacional; é necessária também uma legislação que redefina a situação tributária das cooperativas (Ato Cooperativo, Benefícios Tributários da Lei 123/2006); encaminhar a regulamentação das Cooperativas Sociais e do Artigo 50 da Lei nº 11.101 (Lei de Falências); no caso da Agricultura Familiar, que a CUT se insere, lutar pela imediata regulamentação do Projeto de Lei 13.825 de Novembro de 2011 (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal, e de Pequeno Porte) SUSAF-RS, aprovação do estatuto das cooperativas do Mercosul no Congresso Nacional brasileiro; e para organizar e definir as ações do poder público para apoiar e fomentar a Economia Solidária é imprescindível a criação do “Sistema Nacional de Economia Solidária”.

- **Comercialização:** Deve fortalecer a iniciativa do projeto Conexão Solidária da ADS, ampliando o diálogo com os empreendimentos, com as entidades de representação e apoio à Economia Solidária, bem como com seus Sindicatos, Federações, Confederações e seus entes. Além disso, compromete-se e orienta suas instâncias horizontais e verticais a sempre priorizarem, em pelo menos 30% de suas compras e contratações, aquisição de produtos e serviços oriundos de empreendimentos da economia solidária, além de apoiar a constituição de pontos fixos de comércio justo e solidário;

- **Crédito e finanças solidárias:** apoiar o desenvolvimento de cooperativas de crédito, fundos solidários, bancos comunitários destinados ao investimento em empreendimentos da economia solidária, bem como lutar para que o Sistema Financeiro Público e Privado tenham linhas de crédito e financiamento adequadas às demandas e realidades destes empreendimentos;

- **Inovação e tecnologia:** apoiar projetos de empreendimentos e suas redes que desenvolvam produtos e/ou serviços inovadores baseados na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e principalmente aqueles que utilizam-se das tecnologias sociais, e que o resultado esperado destes projetos sejam a melhoria contínua do processo produtivo, da qualidade das condições de trabalho, e da melhor utilização e aproveitamento das matérias primas;

- **Formação:** ampliar programas de formação profissional destinados às cooperativas; valorizar o aspecto sócio-cultural da autogestão e do cooperativismo; e inserir este tema dentro dos programas de formação de seus/suas dirigentes;

- **Cooperação internacional:** interagir com centrais sindicais parceiras de outros países que já desenvolvem ou pretendem desenvolver a economia solidária dentre seus trabalhadores e trabalhadoras trocando experiência e buscando a construção de propostas de políticas que apoiem e fomentem a Economia Solidária, com a busca de um posicionamento consensual, para apresentação nos fóruns internacionais de discussão e representação do setor;

- **Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS):** reafirmamos a necessidade de investimentos permanentes na Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), tendo em vista a sua importância estratégica nas ações que vem desenvolvendo na área da comercialização junto a diversos empreendimentos, e também como instrumento de debate da economia solidária junto aos Sindicatos, Federações e Confederações filiadas, junto às Estaduais da CUT e com as diversas entidades Sindicais parceiras em âmbito internacional.

Por último, é fundamental que este tema esteja presente nas diferentes formas que a CUT utiliza para comunicar-se com suas entidades filiadas, e por ocasião das eleições municipais, estaduais e nacional, o mesmo esteja inserido nas propostas apresentadas aos/às candidatos/as, na expectativa de garantir o compromisso e também servir como orientação dos/as eleitores/as, por meio da Plataforma da CUT.



## PLANO DE LUTAS

Para enfrentar os impactos da crise internacional no mundo do trabalho, e com o protagonismo popular e classista da CUT, o 11º CONCURT aprova o seguinte Plano de Lutas, conclamando toda sua militância do campo e da cidade a se engajar, disputando frente à Sociedade e o Estado, as propostas da CUT.

O Plano de Lutas para a gestão 2012-2015 compreende diversas lutas, organizadas nos seguintes Eixos:

1. Mobilizações do Período. Jornada Nacional de Lutas da CUT.
2. Valorização do Trabalho com Trabalho Decente.
3. Disputa de Hegemonia para Distribuição de Renda.
4. Potencializar a Articulação Internacional.
5. Fortalecimento dos Ramos.

### EIXO 1 - MOBILIZAÇÕES DO PERÍODO: JORNADA NACIONAL DE LUTAS DA CUT

O 11º CONCURT aprovou a realização de uma grande Jornada Nacional de Lutas da CUT, mobilizando toda a base CUTista com o seguinte calendário:

1. 18 de julho - Marcha dos Servidores Federais em Brasília.
2. Dia 15 de agosto (data indicativa) - Marcha à Brasília com uma plataforma de defesa dos trabalhadores e da nação diante da crise:
  - Defesa da previdência pública e solidária, fim do fator previdenciário, não à idade mínima, fim da desoneração da contribuição patronal;
  - Fim da rotatividade e ratificação da convenção 158 da OIT;
  - Regulamentação da Convenção 151 da OIT;
  - Contra a precarização do trabalho - combate à terceirização e luta pela igualdade de direitos;
  - Redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução dos salários;
  - Reforma agrária e atualização do índice de produtividade da terra;
  - Em defesa da educação pública gratuita e cumprimento imediato da Lei do Piso;

- Alteração da política econômica;
- Defesa da Petrobras 100% estatal;
- Contra a concessão/privatização dos aeroportos e da infraestrutura.

3. Dia 20 a 23 de agosto - Marcha Nacional Por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

4. Dia 05 e 06 de setembro - VI Marcha Nacional da Educação:

- 10% do PIB para a educação;
- Piso do Magistério;
- Carreira;
- Jornada;
- Aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação).

5. Campanha Salarial Unificada.

### EIXO 2 - VALORIZAÇÃO DO TRABALHO COM TRABALHO DECENTE

1. Manter uma mobilização organizada, contínua e consistente em conformidade com o andamento dos debates sobre a pauta da central ou de pressão para que ela entre na agenda do Congresso com capacidade efetiva de aprovação ainda este ano, ampliando assim os direitos dos/as trabalhadores/as:

- Pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários;
- Pela regulamentação da Convenção 151 (Direito de negociação do servidor público);
- Pela ratificação da Convenção 189 (trabalho doméstico) e da Recomendação 201 da OIT, e aprovação da PEC 478. Que a CUT em nível nacional e estadual propicie a organização desse setor para mobilizar e pressionar os/as parlamentares a aprovação de ampliação de direitos;
- Pela ratificação da Convenção 87 da OIT;
- Pelo fim do Imposto Sindical;
- Lutar pela ratificação da Convenção 156 da OIT, sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargos de família.

2. Montar um sistema de acompanhamento da pauta dos/as trabalhadores/as junto ao Congresso Nacional e à Liderança do Governo de forma que subsidie a ação cotidiana das instâncias da CUT.

3. Dar continuidade e intensificar a Campanha Nacional de combate à precarização do trabalho e ao processo de terceirização - pela igualdade de direitos e pela revogação da Lei das Organizações Sociais (OS) e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

4. A CUT e o conjunto de suas instâncias desenvolverão campanha nacional pela ratificação da Convenção 158 contra a demissão imotivada, pelo combate à rotatividade, e aprovação do PL 08/2003 que regula o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que protege a relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa:

#### **Ações voltadas ao Parlamento**

- Orientar nossa militância a desenvolver ações junto aos/às parlamentares no âmbito dos Estados com vistas a garantir a ratificação pelo Brasil da referida convenção pelo Congresso Nacional;
- Organizar ações/visitas aos/às parlamentares em Brasília.

#### **Ações junto ao Executivo**

- Organizar ações voltadas ao Executivo no sentido de agilizar a aprovação da convenção pelo Congresso Nacional;
- Exigir do Governo que os investimentos públicos tenham como contrapartida o limite da rotatividade;
- Exigir que o Governo regulamente o artigo 239 da Constituição, que afirma que “o financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.”

#### **Ações junto ao Judiciário**

- Fazer pressão junto ao judiciário para julgamento da ADIN que trata da ratificação pelo Brasil da Convenção 158.

#### **Ações junto à Sociedade**

- Retomar campanha junto à sociedade com divulgação sobre os impactos da rotatividade e os prejuízos causados;
- Ações junto aos/às empregadores/as e poder local;
- Incluir nos processos de negociação cláusulas que coíbam a demissão imotivada;
- Desenvolver ações junto aos Governos locais exigindo que, os investimentos públicos tenham como contrapartida a manutenção do emprego e o combate à rotatividade.

5. Garantir a continuidade da Política de Valorização do Salário Mínimo.

6. Luta pelo cumprimento imediato e integral da Lei do Piso Nacional do Magistério. Lutar pelo Piso Nacional dos funcionários de escola.

7. Lutar pela imediata implantação do controle eletrônico de ponto, garantindo o efetivo pagamento das horas extras e o combate a fraudes no registro da jornada de trabalho.

8. Lutar pela regulamentação das pausas durante a jornada.

9. Mobilizar a juventude para se engajar nas seguintes ações:

- Lutar pela implementação de políticas públicas que permitam a inserção dos/as jovens no

mercado de trabalho com garantia de direitos;

- Incluir no calendário permanente de lutas da CUT o dia 12 de agosto como o Dia Internacional de Luta da Juventude, realizando atos, atividades de mobilização e uma marcha nacional à Brasília em 2013, em conjunto com as demais juventudes;

- Construir mecanismo que fortaleçam a participação dos/as jovens nas direções dos sindicatos, federações e CUTs;

- Disputar junto aos Governos a implementação das propostas aprovadas nas Conferências de Juventude;

- Estimular, fortalecer a participação dos/as jovens nos cursos de formação sindical e qualificação profissional.

10. Lutar contra a precarização do trabalho verificada nos setores da economia impactados pelos grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

11. Desenvolver ações em conjunto com associações de ambulantes buscando garantir exercício de suas atividades nas cidades sede da Copa e acesso à informação e negociação em caso de qualquer alteração.

12. Fortalecer políticas públicas de inclusão social para pessoas com deficiência, que contemplem a diversidade, o acesso e permanência no mundo do trabalho, à educação, em todas as modalidades de ensino e à acessibilidade.

13. Reforçar a estratégia de considerar transversalmente a saúde dos/as trabalhadores/as como parte inseparável da defesa do Trabalho Decente:

- Ação sindical nos locais de trabalho que efetivamente preservem e promovam a saúde dos/as trabalhadores/as;

- Atuar e garantir o acesso e a qualidade das perícias médicas, considerando os critérios definidores de doença, incapacidade e nexos com o trabalho no prazo máximo de até 30 dias;

- Instituição de uma corregedoria mista, para averiguar as denúncias contra os/as profissionais que realizam as perícias, com participação da sociedade;

- Incluir nas pautas de reivindicação a participação dos sindicatos, CIPAs e do ministério público no acesso aos locais de trabalho para investigação do/s acidentes de trabalho, evitando que os/as patrões/oas responsabilizem os acidentes aos/às trabalhadores/as;

- Luta pela proibição do uso do amianto na produção e na comercialização de produtos feitos à base do amianto no território nacional;

- Desenvolver campanha contra o assédio moral nos locais de trabalho;

- No dia 28 de abril - Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho - organizar, além dos debates, atividades de rua, manifestações e paralisações nos locais de trabalho no campo e na cidade, portas de fábricas, bancos, comércios, área rural e outros.

14. Desenvolver ações na luta pela ampliação da estrutura do MTE para realização de concurso, visando aumentar o número de fiscais do trabalho para atender as denúncias enviadas pela entidade sindicais e pelos/as trabalhadores/as.

15. Intensificar a luta pela federalização dos crimes contra sindicalistas e militantes do campo e da cidade.

16. Intensificação das lutas contra a criminalização e judicialização dos movimentos sociais e pela anistia das greves penalizadas.

17. Lutar para alteração do art. 522 da CLT, para que toda direção dos sindicatos, federações, confederações e direção de centrais tenham estabilidade no emprego, inclusive os membros do Conselho Fiscal.

18. Lutar pela correção do FGTS pelo índice da poupança, e pela repartição dos lucros do FGTS com os/as trabalhadores/as.

19. Lutar para que a ampliação da licença maternidade de 4 para 6 meses seja Lei Federal, com garantia a todas as mulheres, independente da vontade da empresa ou solicitação da gestante, bem como a licença paternidade de 6 meses.

20. Dar continuidade às Campanhas “Direito não se reduz, se amplia” e “Luta pela creche”.

21. Desenvolver campanhas de esclarecimento sobre a Lei do Aviso Prévio.

22. Defender e apoiar a organização dos/as trabalhadores/as da economia popular solidária.

23. Lutar pela erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial, o trabalho infantil doméstico.

24. Desenvolver a Campanha Salarial Unificada das diversas categorias, inclusive aposentados/as:

- Sugerir a todos seus sindicatos filiados que incluam nas suas pautas de reivindicação cláusulas relativa à saúde da população negra. Ex. Doença Falciforme - incluir no exame periódico o exame de Eletroforese de Hemoglobina para detectar Doença Falciforme garantindo que a doença não seja um motivador de desligamento;
- Elaborar cláusulas de promoção da igualdade - cotas - para serem inseridas nos acordos coletivos da categoria, seguindo os padrões estabelecidos pela política de valorização da diversidade;
- Incluir nas pautas questões voltadas para saúde do/a trabalhador/a.

25. Ações de organização sindical da CUT:

- Realizar a Conferência de Educação da CUT;
- Realizar plenária dos/as trabalhadores/as CUTistas para o fortalecimento do serviço público;
- Incentivar os sindicatos a implantar as OLTs;
- Fortalecer os sindicatos e ramos CUTistas;
- Avançar na ampliação da base de representação, aumentando a sindicalização e conquistando novos sindicatos;
- Potencializar o Projeto de Comunicação da CUT;
- Desenvolver o Projeto de Formação da CUT;
- Fortalecer as Subsedes como instâncias organizativas e de representação da CUT;

• Garantir a transversalidade de gênero, raça, LGBT, pessoas com deficiência e das juventudes na política da CUT;

• Criar mecanismos de inclusão e proteção de travestis e transexuais nos espaços sindicais e nos locais de trabalho;

• Fortalecer a proposta do Sistema Democrático de Relações de Trabalho, sob a ótica do Trabalho Decente, através dos CSE.

26. Em apoio à greve nacional dos/as trabalhadores/as do setor público federal, a CUT deverá:

- assumir o papel de protagonista, articulando as entidades sindicais dos/as Servidores/as Públicos/as Federais, da administração direta e indireta, unificando o movimento e as negociações com o governo. Da mesma forma, deve orientar as Estaduais da CUT a assumirem o papel de protagonistas nos seus respectivos estados, construindo a greve com apoio político e material;
- Organizar e participar efetivamente do calendário de lutas, com acampamento na Esplanada dos Ministérios entre os dias 16 e 20 de julho e do grande ato unificado no dia 18;
- Priorizar a greve dos/as trabalhadores/as federais e, como primeiro ato da nova gestão, exigir audiência com o Governo para abrir processo negocial com os/as trabalhadores/as em greve. Deverá também defender a pauta de reivindicações e cobrar do executivo federal o respeito ao direito de greve.
- Apoiar a pauta dos/as trabalhadores/as federais:
- Política salarial (reposição de perdas com a inflação, fixação de data-base em 1º de maio e a paridade entre servidores/as ativos/as e aposentados/as);
- Cumprimento de acordos, com a reestruturação de Planos de Cargos e Carreiras em diversos segmentos;
- Retirada de Projetos de Lei como o 248 (demissão por insuficiência de desempenho), 549 (congelamento por 10 anos dos salários) e 92 (fundações estatais de direito privado);
- Aprovação da PEC 55/2007 (suspensão da contribuição dos aposentados para a previdência).

27. A Central Única dos Trabalhadores atuará no sentido de intervir para que a presidenta Dilma fortaleça o Estado e de pressionar para que o Congresso Nacional aprove os projetos de lei 6613/2009 e 6697/2009, valorizando os/as servidores/as do Judiciário e do Ministério Público.

Os/as servidores/as do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União enfrentam hoje a dura política salarial do governo Dilma, reflexo de uma proposta equivocada quanto à valorização dos/as servidores/as públicos/as federais. O último reajuste dos/as servidores/as do Judiciário e do Ministério Público ocorreu com a aprovação de projeto de lei em 2006.

A luta pelo reajuste teve início em 2008, com a realização de 22 dias de greve em 2009. No ano seguinte, os/as servidores do Judiciário e do Ministério Público enfrentaram outra greve, com judicialização e descontos salariais. A greve pela aprovação do reajuste salarial resultou em acordo divulgado pelo presidente do STF. O acordo não foi cumprido pelo Executivo. Em 2011, ainda lutando pelo mesmo reajuste, a categoria enfrentou nova greve e a presidenta Dilma manteve firme a postura discriminatória contra os servidores do Judiciário e do Ministério Público.

A CUT repudia o ataque ao direito de greve e reafirma seu apoio à justa reivindicação dos/as servidores/as do judiciário e MPU. A Central Única dos Trabalhadores atuará para que a presidenta

Dilma determine a aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09, valorizando os/as servidores/as do Judiciário e do Ministério Público.

#### 28. Proposta da Federalização/Nacionalização da Carreira Docente no Brasil.

Diante da importância da valorização da educação e, conseqüentemente, de seus trabalhadores e trabalhadoras, o 11º CONCUR através do conjunto dos seus delegados e delegadas delibera encaminhar para debate no ramo organizativo da educação - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) - a proposta citada, na perspectiva do aprofundamento do tema nacionalmente até o próximo Congresso da Confederação. O documento foi proposto inicialmente pelos delegados e delegadas do Sindicato APEOC e aprovado pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras no congresso da CUT-CE (12º CECUT 2012).

#### **Proposta da Federalização/Nacionalização da Carreira Docente no Brasil.**

A educação como um direito social foi evidenciada de diversas formas ao longo da história republicana brasileira. A preocupação com formação educacional das maiorias tornou-se pauta fundamental da política nacional, para garantir ao país um projeto sustentável de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o pacto federativo republicano foi incluído no debate, pois dada a diversidade nacional expressa na multiplicidade orçamentária, política e social dos entes federados, emerge a problemática da efetivação do direito à educação de qualidade com isonomia e equidade ante tal realidade nacional.

Com isso, faz-se necessário o amadurecimento do Sistema Nacional de Educação, tomando o papel de articulador, coordenador e regulamentador do projeto nacional de educação. A garantia de finalidades, estratégias e diretrizes comuns, com a consideração fundamental das especificidades locais deve ser a tônica do “sistema”. O Plano Nacional de Educação (PNE) deve ser o fundamento normativo da articulação sistêmica da educação nacional. Em tal contexto, a União deve assumir algumas políticas estratégicas para a garantia das expectativas da sociedade brasileira de uma educação pública de qualidade.

Diante da necessidade do protagonismo da União na garantia do direito social à educação, deve-se garantir que a previsão constitucional (CF 1988) evidenciada no artigo 206, inciso V - “valorização dos/das profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.” - seja radicalizada, na defesa da Federalização ou Nacionalização da Carreira Docente, para superar barreiras orçamentárias e políticas que impedem a valorização docente enquanto elemento estratégico para a qualidade da educação nacional.

Além disso, viabilizar as condições necessárias para a criação do piso salarial nacional para os/as profissionais da educação. A alteração do artigo 61 da LDB reconhece os/as funcionários/as de escola como educadores/as, com destaque para o processo de profissionalização/qualificação advinda do curso “pró-funcionário”.

Defender a Federalização/Nacionalização da Carreira Docente é defender o republicanismo democrático com a afirmação da soberania popular; a maturidade do pacto federativo com o protagonismo estratégico da União; a prioridade na afirmação do direito a educação como condição para o desenvolvimento nacional com inclusão social e política das maiorias. Devemos defender veementemente Federalização/Nacionalização da Carreira Docente para garantir a consolidação do/a:

- Plano Nacional de Educação - para afirmar que um quarto do PNE aponta a necessidade de melhorias nas condições de trabalho dos/as profissionais da educação, seja garantindo formação inicial e continuada, e para assegurar condições salariais dignas. Destaca-se, neste sentido, a

previsão para implantação de planos de carreira;

- Piso Salarial Nacional com sua vitória no Supremo Tribunal Federal com a afirmação da unidade nacional nos temas estratégicos para a totalidade da Nação. Provocou o desencadeamento do processo irreversível de afirmação do protagonismo da União na valorização dos/as profissionais da educação;

- Redefinição do financiamento da educação para garantir a ampliação orçamentária dos recursos da União, investindo especificamente e diretamente na carreira e remuneração docente.

Conclamamos todos os trabalhadores e trabalhadoras a fortalecer essa luta, pois uma educação de qualidade é fundamental para a superação das diversas formas de desigualdade e convocamos a CUT a cerrar fileiras conosco e assumir com firmeza a defesa pela federalização/nacionalização da carreira do magistério.

## **EIXO 3 - DISPUTA DE HEGEMONIA PARA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

1. Por uma verdadeira Reforma Agrária, que ataque o latifúndio e dê terra a quem nela trabalha. É preciso acabar com o favorecimento ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, atualizar o índice de produtividade da terra, limitar o tamanho das propriedades a 35 módulos fiscais e promover o assentamento imediato dos/as acampados/as.
2. Participar de forma efetiva da coordenação do Grito da Terra regional, estadual e nacional, fazendo mobilizações e ações de massa ampliadas.
3. Priorizar as ações coletivas contra o latifúndio e o agronegócio pressionando o Estado a democratizar a propriedade da terra e consolidar assentamentos de Reforma Agrária sustentáveis do ponto de vista ambiental, social econômico e organizativo.
4. Continuar a luta permanente pela titularização das terras dos quilombolas, visto que, desde a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial não houve nenhuma titularização.
5. Lutar pela consolidação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável para o fortalecimento da agricultura familiar, que promove segurança e soberania alimentar para esta grande nação:
  - Desenvolver uma campanha de mobilização pelo cumprimento da lei que afirma que 30% da merenda escolar devem utilizar produtos da agricultura familiar.
6. Propor uma Política de Educação do Campo, que reconheça e promova as identidades das populações rurais, assegurando o acesso de todos e todas aos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio e superior) e estimulando a permanência no campo e na agricultura familiar.
7. Propor ações efetivas, que assegurem às populações rurais, o direito de permanecer no campo com qualidade de vida.
8. Promover atividades de capacitação, e outras, voltada para a juventude na base, fortalecendo o protagonismo juvenil no campo.
9. Combater as políticas de incentivos fiscais ao consumo de agrotóxicos.

10. Desenvolver ações para o fortalecimento e ampliação da participação da CUT nos diversos Conselhos: saúde, educação, trabalho, crianças e adolescente e outros e que os/as conselheiros/as sejam da direção da CUT.

11. Lutar pela aprovação do PL 122 - legislação específica que criminaliza a homofobia.

12. Engajar-se na campanha do “Desmatamento Zero”, Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que tem por objetivo a proteção do Meio Ambiente, em especial a proteção das Florestas Nativas.

13. Código Florestal que proteja o trabalhador rural e o meio ambiente e não contemple anistia aos/às desmatadores/as.

14. Lutar em defesa da Educação:

- A CUT e os sindicatos devem engajar-se pela garantia de 10% do PIB para educação pública;
- Exigir o fortalecimento da educação básica respeitando as diversidades regionais.
- Desenvolver uma ampla campanha pela educação “de qualidade e pela implementação da lei 11738/08 - Piso Salarial Nacional”. Pela aplicação do piso salarial do magistério, estendido ao quadro técnico-administrativo, exigindo o cumprimento integral da lei por governantes e prefeitos, ao mesmo tempo, exigir do governo federal que condicione os repasses de verbas do FUNDEB à aplicabilidade da lei. Permanência do critério de reajuste do Piso pelo índice de reajuste do FUNDEB;
- Universalizar o acesso e permanência à educação infantil e escolas de tempo integral, garantindo infraestrutura, intersectorialidade (educação, saúde, cultura, lazer) e acessibilidade;
- Aplicação dos recursos do FUNDEB e do fundo constitucional, como previsto na lei, exclusivamente na educação pública;
- Isonomia salarial dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, ativos e inativos, com a garantia das conquistas e direitos de programas, projetos de valorização e aperfeiçoamento (aquisição de computadores, etc);
- Garantir a criação de um sistema de educação integral para jovens em situação de risco, fora da faixa etária da educação básica;
- Garantir a todas as pessoas das unidades prisionais, independente do regime penal, acesso à educação pública, gratuita e de qualidade social;
- Fortalecer o CAE - Conselho de Alimentação Escolar que desenvolve um importante trabalho na verificação da qualidade do alimento oferecido nas escolas públicas e que garante ampla participação da população, inclusive no recebimento e encaminhamento de denúncias;
- Garantir a luta pela regulamentação do setor privado destacando a importância da gestão democrática com efetiva participação de docentes e técnicos/as administrativos/as, bem como a valorização dos/as profissionais da educação com adoção dos parâmetros básicos para elaboração de plano de carreira para os profissionais da educação básica, centros universitários e demais instituições de ensino superior;
- Universalização da educação da pré-escola ao ensino médio e ampliação do acesso e permanência ao ensino superior.

15. Lutar pelo fim do superávit primário e revogação da LRF, com ampliação dos investimentos em obras de infraestrutura e políticas sociais. Investimentos públicos maciços em Saúde, Educação e

no conjunto dos Serviços Públicos. Verbas públicas devem ser destinadas única e exclusivamente aos serviços públicos.

16. Lutar pela saúde pública e de qualidade:

- A CUT e os sindicatos devem engajar-se na campanha a favor de garantir no orçamento à saúde um recurso de 10% do PIB, inclusive através de assinaturas de Projeto de Iniciativa Popular que tem a finalidade de garantir a regulamentação do já previsto na Emenda 29 do SUS;
- Intensificar a luta contra a abertura de leitos psiquiátricos em todo o país e incorporar aos calendários de lutas da CUT o dia 18 de maio (Dia Nacional da Luta Antimanicomial);
- Lutar pelo cumprimento da Lei 11.350 de 2006 que trata da regulamentação da atividade de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias;
- Intensificar a luta contra a institucionalização da “porta dupla” de acesso aos hospitais públicos, possibilitada pela Lei que vende 25% dos leitos públicos ao setor privado/planos de saúde;
- Combate pela revogação da Lei das Organizações Sociais (OS), que “terceirizam” o serviço público;
- Campanha nacional para exigir do governo Dilma a revogação da Lei que cria a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares);
- Dar continuidade à luta contra o PL 210/2011 que trata das parcerias público-privadas, ao regime de concessões e de incorporações para outras empresas que, mesmo públicas, reduzem o tamanho e a autonomia do estado.

17. Lutar pela reforma tributária:

- Alteração na Tabela do Imposto de Renda;
- Taxação das grandes fortunas.

18. Lutar pela Reforma Política.

19. Sobre o Regime Geral de Previdência, a CUT deve:

- Defesa da Previdência pública e solidária, fim do fator previdenciário, não a idade mínima, fim da desoneração da contribuição patronal;
- Propor políticas que possibilitem qualidade de vida aos aposentados e aposentadas;
- Dar amplo conhecimento e estimular a inscrição de trabalhadores e trabalhadoras autônomas na Previdência Social, com o objetivo de fortalecê-la, nos termos propostos pelo governo federal;
- Pelo fim da Contribuição Previdenciária dos/as aposentados/as e pensionistas.

20. Lutar para ampliar nacionalmente o número de Delegacias de Crimes Raciais e de Intolerância (DECRADI).

21. Exigir a efetivação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010 e Lei 10.639/2003.

22. Lutar pelo combate à violência policial, que tem atuado de forma discriminatória contra a população negra.

23. Realizar campanhas de combate à violência contra a mulher e pela popularização da Lei Maria da Penha.

24. Punir os crimes e as torturas cometidas por agentes do Estado da Ditadura Militar com base em leis internacionais de direitos humanos que considerem tais atos como imprescritíveis, portanto não são abrangidos pela Lei de Anistia, pois são crimes de lesa-humanidade.

25. Fortalecer a articulação com os movimentos sociais e partidos, construindo agendas de mobilização conjuntas.

26. Lutar pelo controle social da energia e do saneamento ambiental.

27. Pressionar pela derrubada dos juros, controle das remessas de lucros das multinacionais, centralização cambial e estabelecer câmbios múltiplos para combater as importações predatórias à indústria nacional, e pelo fim do superávit primário.

28. Lutar pela soberania nacional: apoio ao Projeto de Lei 531/2009 - projeto dos Movimentos Sociais e FUP, para uma Petrobras 100% estatal.

29. Dar continuidade à luta pela anulação da concessão/privatização dos aeroportos.

30. Lutar contra iniciativas e tentativas de privatização dos setores e empresas ainda estatais.

31. Desenvolver uma campanha visando nossa intervenção na regulamentação da implantação de grandes empresas em nível nacional, estadual e municipal, garantindo audiências públicas nas concessões de licença prévia, de instalação e de operação. Nos processos de licenciamento para implantação de empreendimentos, que seja assegurada a participação do Ministério Público e também para os/as representantes da sociedade civil - na mesma proporção de presentes e da disponibilização de tempo concedido ao órgão responsável pela referida audiência.

32. Defender a gestão tripartite e lutar por uma gestão paritária, transparente e participativa no Sistema "S", promovendo sua democratização e ajudando no seu desenvolvimento e implementação de políticas que visem beneficiar o trabalhador. Defender que os cursos profissionalizantes realizados pelo Sistema S sejam gratuitos, e que as entidades sindicais participem da formulação da metodologia dos cursos neste sentido. A CUT deve criar espaços para aprofundar o debate sobre a qualificação dos/as conselheiros/as, orientar e acompanhar sistematicamente seus/suas representantes.

33. Lutar para instituição do Piso Salarial Estadual nas unidades da federação que ainda não tenham. E que nos estados que já possuem o piso, lutar para alterar os valores de acordo com o PIB de cada unidade da federação acrescido do INPC.

34. A CUT coordene e dê apoio efetivo a ações organizativas e de manutenção das populações e atividades econômicas tradicionais (extrativismo vegetal, agricultura de subsistência, garimpagem etc.) que têm sido substituídas por atividades econômicas modernas, entregues a grandes empresas e a grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, em especial, nas áreas de grandes projetos. Ex: Belo Monte/Altamira e Marabá /siderúrgica; dendê (Vale do Acará), arro-zais/Marajó, dentre outros.

35. Defesa da Embrapa 100% pública.

36. Lutar pela melhoria da mobilidade urbana; ampliar ciclovias para os/as trabalhadores/as.

37. Pela melhoria da qualidade do transporte urbano capital e interior.

38. Intensificar a mobilização para alterar o marco regulatório das comunicações no Brasil:

- Defender a democratização das verbas governamentais (oficiais), de maneira a democratizar a aplicação do dinheiro público no setor de comunicação;

- Lançar um abaixo-assinado pela descriminalização das rádios comunitárias;

- Incentivar produções independentes de autores/as ligados/as à classe trabalhadora;

- Fortalecer o Comitê do Fundo Nacional pela Democratização de Comunicação - FNDC (hoje a CUT nacional é filiada ao FNDC);

- Montar uma rede de rádios comunitárias em parceria com a Agência Abraço de Comunicação;

- Fiscalizar e participar do Conselho de Comunicação para retomá-lo e fazer cumprir com a sua finalidade;

- Exigir do Poder Público brasileiro a implantação de políticas públicas que garantam o acesso efetivo de diferentes segmentos da população à informação.

## EIXO 4 - POTENCIALIZAR A ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

1. Participar no Fórum Mundial Temático - Palestina em Porto Alegre.

2. Participar ativamente do Fórum Social Mundial, se possível com oficinas e seminários debatendo assuntos de interesse dos Ramos, dando visibilidade às campanhas dos Ramos.

3. Incluir na pauta de negociação internacional as indústrias multinacionais.

4. Reafirmar a defesa da soberania do povo irmão do Haiti, país ocupado militarmente por tropas da ONU sob comando militar do Brasil, com seus trabalhadores submetidos à superexploração em "zonas francas" controladas por multinacionais. Ao exigir a retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti, a CUT reafirma seus laços de solidariedade e cooperação com as organizações sindicais independentes haitianas e sua luta.

5. A CUT deve pronunciar-se contra a ingerência das potências imperialistas nos assuntos internos dos diferentes países, condenando as intervenções militares feitas pela OTAN ou com cobertura da ONU.

## EIXO 5 - FORTALECIMENTO DOS RAMOS

A CUT apoiará as lutas específicas dos Ramos, sendo que as lutas gerais de cada Ramo foram incorporadas nos 4 eixos acima.

## SERVIDORES/AS PÚBLICOS/AS

1. Lutar pela efetivação e ampliação dos efeitos do Decreto nº 4.836 que institui a jornada de 30 horas no serviço público federal.
2. Implantação do regime jurídico único, planos de carreiras com isonomia de vencimentos na administração pública direta, autárquica e fundacional em todos os entes federados e todos os poderes.
3. Pela aplicação do RJUE (Regime Jurídico Único Estatutário) nas autarquias de fiscalização profissional, buscando com isto também pressionar o STJ a manter sua decisão da aplicação do RJUE a todos os conselhos, proferida em novembro de 2010, ainda em fase de recursos.
4. Que a CUT lance uma campanha nacional em defesa dos serviços públicos e dos/as servidores/as públicos/as, nas três esferas de governos, considerando as especificidades, bem como fortalecendo a defesa para:

### Federais:

- data base;
- paridade entre ativos/as e aposentados/as;
- cumprimento de todos os acordos firmados na Mesa Central, entre governo e os/as servidores/as públicos/as federais;
- recomposição da força de trabalho, concursos com a realização dos concursos públicos;
- implementação das Carreiras com a implantação dos Planos de carreiras e salários.

### Estaduais:

- recomposição da força de trabalho com a realização dos concursos públicos;
- data base e os pisos salariais;
- condições de trabalho;
- discussão e implementação dos Planos de carreiras e Vencimentos;
- instalação das Mesas Permanentes de Negociação.

### Municipais:

- recomposição da força de trabalho com a realização dos concursos públicos;
- data base e os pisos salariais;
- condições de trabalho;
- discussão e implementação dos Planos de carreiras e Vencimentos;
- instalação das Mesas Permanentes de Negociação.

5. Lutar pela instituição de uma lei que obrigue o Governo a incluir na previsão de despesas orçamentárias o reajuste anual dos/as servidores/as públicos/as, de modo a garantir, no mínimo,

a recomposição do poder de compra dos respectivos vencimentos em face de corrosão inflacionária do ano anterior.

6. Que a CUT defenda a criação de uma legislação que crie um plano de carreira, bem como aplicação do regime estatutário para os/as servidores/as de Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional. Além de realizar o debate com o movimento sindical e social acerca do papel dos Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional para a sociedade brasileira.

7. Plano de carreira unificada para os/as servidores/as Federais.

8. Retorno dos Demitidos por Perseguição Política: Criar comissões setoriais por Ministério para viabilizar o retorno dos/as trabalhadores/as que foram demitidos/as por perseguição política, para fazer valer a Lei 8.632/93 “Lei Paulo Rocha” (servidores demitidos de 1988 a 1992), bem como uma comissão interministerial.

9. Recuperação da remuneração dos servidores do DNOCS: Lutar pela aprovação da Emenda ao PL 2.203/2011, que tramita no Congresso, referente à diferença da remuneração (bolsa), para que os percentuais, respectivamente, de 70% e 100%, dos níveis médio e superior, sejam calculados com base no salário base de 2012 e não do de 2006.

10. Neste sentido, concentrar ações decisivas junto aos deputados e senadores, uma vez que as tratativas perante AGU, CGU e Ministério do Planejamento não surtiram efeitos desejados para os servidores do DNOCS. É também fundamental exigir do governo Dilma a reestruturação do DNOCS.

11. Construir nossa intervenção nos conselhos em diálogo com os sindicatos, gestores/as e usuários/as.

12. Intervir para que a presidenta Dilma respeite a autonomia dos poderes da República e, principalmente, respeite os servidores do Judiciário e do Ministério Público.

13. Liderar uma frente com todas as Entidades representativas dos/as servidores/sa e parlamentares de maneira a encaminharem ao governo um PL criando a data-base (1º de maio) e negociação coletiva.

14. Eleição para diretores/as de fundos de pensão.

15. Organizar o “DIA NACIONAL DE LUTA DOS/AS SERVIDORES/AS E EMPREGADOS/AS PÚBLICOS/AS DAS 3 ESFERAS”, com a realização de atos públicos, paralisações em todos os estados do Brasil, preparatório à MARCHA SOBRE BRASÍLIA EM DEFESA DOS/AS SERVIDORES/AS PÚBLICOS/AS E DAS SUAS REIVINDICAÇÕES.

16. Isonomia entre os/as servidores/as federais dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

17. Mobilização contrária ao PL 549 que trata do congelamento de salários dos/as servidores/as por mais de 10 anos.

18. Mobilização contrária ao PL 248 que trata da avaliação de desempenho e que prevê a demissão por suposta insuficiência de desempenho.

19. Uma legislação que assegure a saúde e segurança dos/as servidores/as públicos/as nos moldes da que está prevista para os celetistas.

20. A CUT deve acompanhar as questões relativas aos/às servidores/as administrativos/as do MTE, comprometida com as reivindicações da categoria.

21. Eleição para dirigentes de empresas de economia mista com participação dos/as empregados/as, dos/as usuários/as e da sociedade cível organizada.
22. Contra a utilização de regime de contratos temporários no Serviço Público Federal.
23. Retirada de Projetos de Leis contrários aos interesses dos/as servidores/as - Lutar pela retirada do Congresso Nacional dos seguintes Projetos de Lei: PL 549/09, que trata de congelamento do salário dos/as servidores/as; PLP 248/98, que trata de demissão de servidor/a por suposta insuficiência de desempenho; PL 1992, que trata da criação do Fundo de Pensão para os/as servidores/as públicos/as.
24. Lutar pela destinação de recursos públicos exclusivamente para as instituições públicas.
25. Exigir dos/as governadores/as e prefeitos/as o cumprimento integral da Lei do Piso Salarial Nacional dos/as professores/as, estendido aos/às funcionários/as de escola, na base dos planos de carreira.
26. Luta pela retirada/supressão dos dispositivos da MP 568 que altera a carga horária dos/as médicos/as das universidades e o modo de estabelecer os adicionais de insalubridade e periculosidade;

## CONDSEF

1. Luta unificada dos/as servidores/as públicos/as federais em todos os níveis e nos três Poderes.
2. Construção da Greve Geral, a partir das mobilizações e greves nos estados.
3. Pressão sobre todos os Ministérios com a exigência de que os Ministros, ao encaminharem os pleitos dos/as servidores/as para o Ministério do Planejamento, atuem internamente no Governo, para que esses encaminhamentos não se tornem uma mera satisfação à base, mas sim, um efetivo compromisso com os termos negociados/acordados.
4. Fortalecimento da unidade entre as 31 entidades nacionais que compõem a Campanha Salarial 2012.
5. Pauta unificada com demais entidades nacionais dos SPF para a negociação com o Governo.
6. Trabalho de pressão parlamentar, buscando apoio e/ ou divulgando os que se posicionarem contra os/as trabalhadores/as.
7. Ampliação da unidade com outros setores organizados da sociedade em defesa dos direitos conquistados.
8. Negociações unificadas: evitar a fragmentação das nossas reivindicações através de negociações parciais e isoladas na lógica do “salve-se quem puder”.
9. Defesa da CONDSEF e dos Sindicatos Gerais, respeitando-se as organizações específicas existentes e construindo-se dia a dia a unificação.
10. Definir um calendário de mobilizações, começando por realizar um forte dia nacional de lutas com paralisação de atividades em todo o Brasil e indicativo de greves.

11. Contra a mudança dos critérios de Indenização da Insalubridade e periculosidade, contido no PL 2203/2011.
12. Pelo apoio do governo aos planos de saúde de autogestão, com aumento da contrapartida per capita.
13. Pela manutenção da jornada de trabalho das profissões regulamentadas por lei, sem redução de salários contida no PL 2203/2011.
14. Pela aprovação da PEC 270, no Senado Federal que trata da integralidade dos proventos dos/as, aposentados/as, por invalidez no serviço público federal.
15. Pela aprovação da PEC 555, que trata da suspensão do desconto do PSS dos/as aposentados/as do serviço público federal.
16. Pela aprovação dos PL que tratam do retorno ao trabalho dos PDVISTAS, Celetistas e Estatutários.
17. Defesa do Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 na Administração Pública Federal, com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos/as trabalhadores/as.
18. Investimento em capacitação e qualificação dos/as servidores/as públicos/as federais concursados;
19. Defesa dos/as trabalhadores/as intoxicados/as da FUNASA.
20. Readmissão de todos/as Demitidos/as e Anistiados/as do Governo Collor (Lei 8878).
21. Pela transformação em RJU do regime de trabalho dos/as anistiados/as.
22. Incorporação de todas as Gratificações e contra as Gratificações de Desempenho.
23. Diretrizes Gerais de Plano de Carreira.
24. Plano de Carreira, Cargo e Salário para os Servidores.
25. Ascensão funcional.
26. Ocupação dos cargos comissionados por servidores/as concursados/as.
27. Reconquista dos direitos retirados pelas Reformas Administrativa e Previdenciária.
28. Pelo pagamento de exercícios anteriores.
29. Pelo retorno dos anuênios.
30. Pela recuperação da remuneração dos servidores do DNOCS (a questão da “bolsa”).
31. Reenquadramento das Agências Executivas dentro da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, submetidas à mesma lógica pública e Estatal.
32. Fim das Organizações Sociais com imediata devolução de seu controle ao Estado.
33. Fim das parcerias do Estado com ONGs, cooperativas e similares; defesa da execução de serviços públicos pelo Estado, por meio de Servidores/as Públicos/as concursados/as.
34. Contra o PL da Lei Geral da Copa.

35. Campanha de combate à corrupção, com apuração do crime e punição de corruptos/as e corruptores/as.

36. Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

37. Cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos/memorais de intenções firmados entre o governo, a CONDSEF e a CUT.

38. Retirada dos PLP, MP, PEC e Decretos contrários aos interesses dos/as servidores/as públicos/as.

39. Paridade e integralidade entre ativos/as, aposentados/as e pensionistas.

40. Reajuste dos benefícios.

41. Definição de data base (1º de Maio)

42. AÇÃO EMERGENCIAL: ACAMPAMENTO NACIONAL NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS/ DF como uma atividade da greve nos dias 16 a 20/07/12. Nestes dias serão realizadas várias atividades:

- 16/07: Instalação do acampamento;
- 17/07: Atividades Políticas na Esplanada (Ministérios);
- 18/07: Marcha à Brasília, para cobrar do governo a resposta das pautas protocoladas;
- 19/07: Atividades Políticas na Esplanada;
- 20/07: Plenária Unificada de Avaliação às 09 horas.

## RAMO DA COMUNICAÇÃO

1. É extremamente necessária a participação e a intervenção propositiva da CUT na regularização e/ou regulamentação e no reconhecimento da profissão das trabalhadoras e dos trabalhadores nas Centrais de Atendimento (Telecentros ou Call Center's), para ampliar os seus direitos e as suas conquistas, criando legislação própria se, para tal, necessário for.

2. A CUT propugnará pela redução da jornada de trabalho para no máximo 30 horas semanais.

3. A CUT intensificará o combate às normas de controle de trabalho e assédio moral e sexual neste locais de trabalho.

4. A CUT monitorará e exigirá a aplicação, na íntegra, do anexo II da NR-17 e denunciará o seu não cumprimento, nos meios de comunicação e em todas as instâncias, instituições e fóruns que tratem do assunto.

5. Organizar o Ramo da Comunicação, envolvendo as categorias: correios, gráficos, jornalistas, radialistas, telecomunicações, informática e tecnologia da informação.

6. Definir uma pauta única, ampliando a discussão dos pontos que unificam o ramo da comunicação, estes, consolidados nos debates da Conferência da Comunicação, como por exemplo:

- A luta pela universalização do acesso à informação e comunicação;

• Marco regulatório;

• Controle social da comunicação;

• Liberdade de expressão;

• Democratização da comunicação;

• Luta contra a privatização dos correios;

• Adequação do horário da jornada dos trabalhadores e trabalhadoras da ECT.

7. Criar as condições para consolidação do ramo através de uma confederação e para isso, priorizar a regularização da FITTEL, obtendo o registro sindical da entidade.

8. Estabelecer uma agenda comum as federações do ramo, participando dos debates nacionais sobre os temas que unifiquem e ampliem a luta dos/as trabalhadores/as, nas questões de relações do trabalho e nas questões de políticas de comunicação e informação.

## RAMO METALÚRGICO (CNM)

1. Dar continuidade na luta em defesa da indústria e do emprego nacional.

2. Realizar a Conferência Nacional da Campanha Salarial Metalúrgica Unificada.

3. Ampliação da base metalúrgica CUTista.

4. Aprofundar a Solidariedade Internacional.

## RAMO EDUCAÇÃO (CNTE)

1. VI Marcha Nacional - Vigília do dia 5 para 6 de setembro: Piso, Carreira, Jornada e PNE (5 e 6 de setembro de 2012) 29/11 a 1º/12.

2. Isonomia às/aos professoras/es aposentadas/os com todos os direitos e conquistas das/os professoras/es da ativa e garantir a aquisição de computadores portáteis;

3. Artigo 206 da Constituição Federal que define a valorização dos profissionais da educação escolar como uma das prioridades nacionais no horizonte afirmativo da educação e um direito inalienável de efetivação da igualdade como condição para a democracia no país.

## RAMO VESTUÁRIO (CNTV)

1. Reivindicar que o financiamento do seguro-desemprego receba uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

2. Lutar pelo piso salarial do setor de calçados, couro, têxtil e vestuário.

3. Fortalecer a relação internacional com centrais sindicais de outros países, em especial na nova Federação Internacional Industrial, ou seja, a fusão das federações internacionais do ramo vestuário, metalúrgico e químico.

4. Desenvolver ações e intercâmbios internacionais, a fim de promover a solidariedade internacional.

5. Defender as propostas dos/as trabalhadores/as para o Setor do Vestuário - superação dos déficits.

6. As políticas de apoio governamental aos setores que compõem o ramo do vestuário - por meio de linhas de financiamento do BNDES, redução tributária e aumento da alíquota de importação, entre outras - devem ser condicionados à realização de acordos tripartites que contenham:

- garantia do nível de emprego e metas explícitas de expansão desse nível;
- formalização da força de trabalho com combate ao trabalho precário;
- respeito à organização sindical;
- investimentos em modernização, ampliação da capacidade produtiva e qualificação da mão de obra;
- apoio técnico, fiscal e creditício às cooperativas de produção autênticas (com o combate às falsas cooperativas).

7. Normas a serem cumpridas quando da transferência de estabelecimentos produtivos no Brasil, devendo a empresa:

- Comunicar aos Sindicatos locais com antecedência mínima de 12 meses;
- Oferecer aos/às trabalhadores/as da empresa a opção da realocação dos/as trabalhadores/as para outra unidade produtiva da empresa no país;
- Os/as empregados/as terão a garantia da realocação em função compatível com a que possuíam na antiga unidade, ressalvados os casos de promoção. As demissões - quando ocorrerem - devem se dar por meio de planos de voluntariado.

8. Realização de Contratação Coletiva Nacional no Ramo do Vestuário (têxteis, confecções, couro e calçados), que determine, entre outros pontos:

- Piso Salarial Nacional por setor: têxteis, confecções, couro e calçados;
- Política de curto, médio e longo prazo para a recuperação do poder aquisitivo dos/as trabalhadores/as;
- Redução da jornada de trabalho, com limitação das horas extras;
- Condições de segurança e saúde no ambiente de trabalho;
- Políticas de incentivo ao treinamento e a escolarização formal dos/as trabalhadores/as;
- Cláusula em relação à terceirização;
- Superar as desigualdades de gênero no mundo trabalho;
- Ampliar as ações já iniciadas para superação dos déficits de Trabalho Decente.

9. Negociação coletiva: formação de dirigentes voltada para negociação coletiva - construção de indicadores de déficits de trabalho decente (projeto piloto: SRT/SNF - 2011).

10. Construção de mesa de negociação permanente - compromisso nacional.

11. Desafios para superação dos déficits do trabalho decente:

- Organizar ações voltadas ao combate à precarização do trabalho - ex. setor de confecção junto aos/às trabalhadores/as migrantes - organizar e representar estes/as trabalhadores/as;
- Organizar ações contra o trabalho precário e em defesa da ampliação de direitos dando visibilidade às denúncias, em especial, nos locais em que a produção esteja voltada a para a Copa de 2014 e ou Olimpíadas 2016;

12. Incluir nos acordos e convenções coletivas temas correspondentes aos direitos fundamentais no trabalho, como por exemplo, metas para contratação, acesso, permanência e remuneração com vistas à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, eliminação do trabalho infantil e escravo no ramo, garantia de organização nos locais de trabalho, diminuição das jornadas de trabalho, etc.

13. Que a CNTV-CUT busque a qualificação dos/as dirigentes sindicais e trabalhadores/as sobre o tema trabalho decente, realizando seminários, palestras, com o objetivo de conscientizar os trabalhadores e as trabalhadoras na base.

14. Resgatar as informações e sistematizações de pesquisas desenvolvidas pela CNTV-CUT a fim de contribuir para instrumentar a ação sindical na busca do trabalho decente.

## **RAMO ALIMENTAÇÃO (CONTAC)**

1. Implantação e fiscalização da nova NR - Norma Regulamentadora do setor Frigorífico.
2. Continuidade da campanha dos/as 50.000 sócios/as do setor alimentício.
3. Ampliação das Negociações Coletivas Nacionais por empresa.
4. Programa de Formação Nacional para dirigentes e trabalhadores/as de base.
5. Lutar pela aposentadoria especial para o setor frigorífico brasileiro.
6. Campanha Nacional pela qualidade dos alimentos produzidos pela indústria alimentícia brasileira.
7. Continuidade da campanha organizativa dos/as trabalhadores/as da cadeia produtiva do projeto da terra ao prato.

## **RAMO COMERCÍARIOS (CONTRACS)**

1. Dar continuidade à campanha pelo fim do trabalho aos domingos e feriados, buscando aliados na sociedade como um todo, discutindo e propondo alterações na legislação pertinente, fazer campanhas aos/às consumidores/as para não comprar aos domingos e nem nos feriados.
2. Articular com a CUT/CONTRACS a prioridade do diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego o cumprimento da 1ª etapa (documento tripartite) rumo à ratificação da Convenção 189 da OIT, da Recomendação 201 e regulamentação da Legislação Brasileira.

3. Realizar Campanha educativa para garantia de direitos e as formas de Trabalho Decente para as/os trabalhadoras/es domésticas/os (com material audiovisual e impresso).
4. Sugerir ao IBGE, IPEA e outros observatórios de pesquisa para identificar o quanto o trabalho doméstico gera riqueza para o país e a economia para os/as empregadores/as, provando as condições sócio/econômicas da categoria.
5. A CONTRACS deve atuar de forma decisiva para que a especificidade da situação vivida pelas mulheres trabalhadoras seja incorporada enquanto uma luta de toda a classe trabalhadora.
6. Participar e divulgar a Campanha de Igualdade de Oportunidades na vida, no Trabalho e no Movimento Sindical organizada pela CUT.
7. Realizar encontros regionais da mulher trabalhadora da CONTRACS, e fortalecer a ação do Coletivo de mulheres da CONTRACS.
8. Articular nacional e regionalmente as negociações para acordos de PLR / PPR nos grandes grupos econômicos e nas grandes empresas do comércio.
9. Trabalhar pela regulamentação da profissão de comerciário/a e de promotores/as e demonstradores/as de vendas, garçom/garçonete, maitre, cozinheiro/a, confeitiro/a, piscineiro/a, salva-vidas, segurança de eventos, pressionando para que as leis sejam aprovadas.
10. Ações jurídicas contra decisões judiciais nacionais em ações por parte de empresas sobre a questão da abertura e do trabalho aos domingos e feriados.
11. Lutar pela fiscalização e cumprimento do Anexo I e II da NR-17.
12. Propor espaços de debate sobre a automação do comércio, realizar pesquisas em especial sobre o sistema de radiofrequência e seus impactos sobre os/as trabalhadores/as do comércio.
13. Dar continuidade aos Seminários de Gestão Sindical, preparando o movimento sindical para a reforma da estrutura sindical.
14. Construção da Campanha Nacional Salarial Unificada do ramo, garantindo as especificidades regionais.
15. Fortalecer o projeto político de relações internacionais com entidades estratégicas como SEIU, Fecoth, Filcams, CFDT, CGT, entre outras, visando ações que propiciem o aumento da presença da CONTRACS junto aos seus sindicatos de base.
16. Participar ativamente dos fóruns de debates nas entidades internacionais no qual o ramo está filiado.
17. Discutir e encaminhar um planejamento específico para os setores de serviços, visando ampliar a base de representação da CONTRACS neste setor.
18. Dar continuidade ao trabalho de organização da juventude na Confederação, Federações e Sindicatos, elaborando políticas voltadas para este importante segmento. A CONTRACS promoverá o 2º Encontro da Juventude Trabalhadora da CONTRACS no segundo semestre de 2012, onde será formado o Coletivo Nacional da Juventude. A CONTRACS garantirá, no mínimo, duas reuniões do Coletivo da Juventude por ano.
19. A CONTRACS deverá recomendar que os sindicatos motivem a realização de ações culturais com o propósito de aproximar o/a jovem trabalhador/a da vida sindical.
20. Implementar o Coletivo de Saúde da CONTRACS, elaborando políticas voltadas para estes

- segmentos. Criar e implementar o Coletivo de Meio Ambiente e Desenvolvimento, visando a promoção do debate na busca de um ambiente mais saudável.
21. Marcha Nacional dos Garis (para dar mais visibilidade ao projeto de Vicentinho no Congresso e em outras lutas).
22. Além do Piso Nacional para os/as garis, reivindicamos a aprovação do Dia 16 de Maio como um dia alusivo ao/à gari, em parceria com a CONTRACS/CUT e sindicatos, para que os municípios e Estado se mobilizem no Congresso Nacional para aprovar como projeto de lei.
23. Desenvolver ações de combate ao assédio moral e sexual, nos setores de comércio e serviços.
24. Priorizar mecanismos e preparar dirigentes para acompanhamento de licitações e pregões dos setores públicos e privados, em especial com a contratação de terceirizados/as.
25. Delinear uma ação estratégica de atuação, onde não há sindicatos CUTistas.
26. Defender e implementar políticas de promoção de igualdade racial e de gênero e LGBT, inclusive nos coletivos regionais.
27. Que a CONTRACS proponha à CUT acrescentar nos seus princípios a solidariedade política, organizativa e financeira aos sindicatos que sofrem intervenção do Ministério Público na arrecadação da contribuição sindical.
28. Combater junto com os sindicatos da base da CONTRACS as intervenções do Ministério Público nas ações sindicais.
29. Realizar uma pesquisa nos sindicatos da Base da CONTRACS para obter dados em relação aqueles que possuem ações no Ministério Público em relação à cobrança negocial e fazer um acompanhamento com assessoria jurídica e política junto aos mesmos.
30. Políticas Permanentes para o Plano de Ação.
31. Estruturar a CONTRACS nas regiões e grandes centros.
32. Valorização do trabalho e o fortalecimento da organização das trabalhadoras e trabalhadores domésticos; priorizar o tripé conforme a portaria 186 do MTE (Organização política e administrativa) levando em conta o projeto político do setor das trabalhadoras domésticas em construção pelas lideranças sindicais. Garantir a parceria da Confederação dos ramos na construção e implementação em todos os níveis: local, estadual, regional e nacional.
33. Que a CONTRACS desenvolva lutas contra a homofobia nos locais de trabalho e crie caminhos para a organização e debates sobre LGBT.
34. Fortalecer a atuação em redes sindicais no Brasil e também nas redes mundiais que participamos como Carrefour, Cassino, Wal-Mart e Ceconsud.
35. Orientar os sindicatos filiados à CONTRACS a não inserirem cláusulas nas convenções coletivas que contrariem as bandeiras de lutas, tais como instituição do banco de horas, fim do trabalho aos domingos e troca de datas comemorativas previstas na estratégia da Confederação.
36. Incluir nas convenções coletivas mais cláusulas de proteção à mulher, aos negros e negras, às pessoas com orientação sexual diferenciada e aos/às jovens.
37. Formação e qualificação das mulheres em negociação coletiva e formação dos/as dirigentes sobre a questão de gênero nas negociações coletivas.

38. Participar da organização do Dia 8 de março, propondo visibilidade ao Ramo.
39. Combater a exploração de trabalhadores/as brasileiros/as em embaixadas e consulados nos territórios brasileiros.
40. Combater a informalidade no comércio e serviço e instituir uma campanha por carteira de trabalho assinada.
41. Que a CONTRACS participe em nível ministerial das discussões relacionadas ao processo organizacional da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 para que possamos transferir aos/às trabalhadores/as as oportunidades de melhoria salarial bem como na capacitação profissional em turismo, hospitalidade, hotelaria e prestação de serviços, bem como propor fiscalização rigorosa dos Ministérios do Esporte e do Trabalho junto às empresas que já estão em plena atividade.
42. Realizar atividade formativa e de estratégia com sindicatos e federações do setor de turismo e hospitalidade inserindo o debate sobre a valorização dos/as trabalhadores/as e as contrapartidas sociais onde houver investimentos públicos durante a realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.
43. Propor GTs tripartites para discutir a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 e articular com a CUT os espaços de representação.
44. Garantir espaço dentro da CONTRACS, referente ao acompanhamento das categorias do telemarketing e call center. Campanha e divulgação das lutas da categoria telemarketing e call Center no período 2012/2014.
45. Assim, os delegados e delegadas presentes no 8º Congresso Nacional da CONTRACS, delegam poderes à Plenária Nacional Estatutária, com o objetivo de debater e aprovar as alterações necessárias ao fortalecimento da CONTRACS, encaminhando-as à CONTRACS para a devida alteração do seu Estatuto.

## **RAMO TRANSPORTE (CNTT)**

1. A CUT deve atuar pela criação de uma lei em defesa dos/as rodoviários/as contra as agressões sofridas no exercício de sua função, assim como existe para os/as servidores/as públicos.
2. A CNTT elege em seu 8º Congresso Nacional o dia 25 de Julho como sendo o Dia Nacional de Luta dos/as Trabalhadores/as em Transportes da CUT, em defesa das principais bandeiras dos/as trabalhadores/as do ramo dos transportes, tendo como o carro chefe dessas mobilizações a redução da jornada de trabalho dos/as trabalhadores/as em transportes para 6 horas diárias e a luta pela garantia da aposentadoria especial, bem como outras bandeiras de interesse dos/as trabalhadores/as.
3. Continuaremos nossa campanha contra a privatização e concessão de setores importantes do nosso país como Aeroportos e Portos, e estaremos juntos construindo alternativas que garantam esses bens nas mãos do poder público.
4. Fortaleceremos nossa estrutura organizando as federações e organizando definitivamente a CNTT e o ramo de transporte da CUT. Integrar politicamente todo o ramo de transporte da CUT, fortalecendo nossos sindicatos e federações e construindo oposições onde for possível.
5. Pela garantia no emprego dos/as ferroviários/as e pela garantia do emprego do/a cobrador/a

- ou profissional que venha a substituí-lo/a, garantindo o/a segundo/a homem/mulher no transporte público de passageiros/as. Contra demissões de dirigentes sindicais e contra as práticas antissindicais que dificultam a organização dos/as trabalhadores/as.
6. Defendemos auditoria em todas as concessões ligadas ao setor de transportes e, principalmente, das linhas ferroviárias que envolvam a MRS, a Transnordestina, a FCA, a Vale, SFN, a TC, a Super Via e a ALL, juntas demitem em massa, perseguem dirigentes sindicais chegando até a demiti-los.
7. Aposentadoria especial e adicional de periculosidade, que hoje atingiria 100% dos/as trabalhadores/as em transportes de todo o Brasil.
8. Regularização da profissão do/a cobrador/a ou agente de bordo, garantindo assim o emprego de milhares de trabalhadores/as em todo o Brasil.
9. Combater as linhas clandestinas/cooperativas e pela realização de um debate sobre as licitações urbanas e interestaduais.
10. Lutar para que a gestão dos portos brasileiros seja profissional. Tem que acabar com a politicagem de nomeações de cargos dentro das empresas públicas. Precisamos de uma gestão séria e profissional para vencer estes obstáculos.
11. Lutar por contrapartidas sociais, como a manutenção dos empregos, das estatais/empresas que utilizam verbas públicas para investir nos portos ou em qualquer área dos transportes.
12. Pela unificação das datas-base de todo Ramo de transporte CUTista, para o dia 1º de maio.
13. Denunciar e lutar contra o Interdito Proibitório, abuso do poder judiciário brasileiro em um ataque direto à liberdade e autonomia sindical.
14. A CNTT deve propor junto ao Conselho das Cidades, Congresso Nacional e Governo Federal no sentido de ampliar a pontuação para o/a motorista profissional, haja vista que a possibilidade de ser pego em pardais e em pegadinhas é muito fácil, por ser o seu trabalho o de estar dirigindo no mínimo 8 horas. Vale salientar que ao perder a carteira, ou mesmo ter ela suspensa, o/a trabalhador/a perde seu emprego e cria problemas sérios para a sua família.
15. A CNTT lutará para a implantação de uma operadora Ferroviária Nacional de caráter público e estatal ou a unificação das já existentes, cuja finalidade será de planejar, regular, operar e manter o sistema nacional ferroviário que atue no setor de cargas, passageiros urbanos, que deve estar integrado a um novo Plano Nacional de Viação, Transportes e Mobilidade, que priorize como matriz o modal ferroviário; e garantindo os direitos conquistados ao longo do tempo com muita luta da categoria.
16. Garantia efetiva do cumprimento da Lei da Paridade dos/as ferroviários/as, deslocando os/as inativos/as que hoje estão vinculados/as ao MP para a CBTU. Desse modo, garantiremos de fato os direitos adquiridos dos/as ferroviários/as, geridos por uma empresa oriunda da RFFSA.
17. Lutar de forma unificada contra a prática da monocondução nas ferrovias brasileiras.
18. O Governo Federal e os Estaduais não devem renovar contratos de pedágios em rodovias que tenham como destino ou origem Municípios Portuários, como forma de reduzir os custos portuários.
19. Rechaçamos qualquer processo de privatização que venha transferir o controle da gestão portuária para a iniciativa privada.

## Setor Portuário

1. Unificação dos portos marítimos, fluviais e lacustres sob o controle de um único ministério.
2. A gestão portuária deve ser tratada como atividade pública profissional, com autonomia financeira e administrativa, garantindo os interesses e o fortalecimento da soberania nacional.
3. Os Presidentes dos Conselhos de Autoridades Portuárias devem ter comprovadamente notório saber e experiência em logística portuária e, preferencialmente, serem residentes na região onde se situa o porto.
4. Os cargos de Superintendente, Coordenador/a, Gerente, Assessor/a, Chefe da Guarda Portuária e cargos similares, devem ser preenchidos pelo pessoal do quadro de carreira das Administrações Públicas.
5. O cumprimento da Portaria nº 214/2008 da Secretaria Especial de Portos, com a gestão portuária por resultados, tendo sua implementação e metas negociadas com os/as trabalhadores/as.
6. O cumprimento da Portaria nº 121/2009 da Secretaria Especial de Portos, regulamentando a Guarda Portuária, em consonância com a Súmula nº 331 do TST.
7. A criação de normas, por parte do Governo Federal, para fiscalização e controle dos Órgãos Gestores de Mão de Obra - OGMO.
8. A regulamentação, de forma tripartite (governo, empregados/as e empregadores/as), da Convenção 137 da OIT, sendo negociadas regras para o estabelecimento da contratação com vínculo, que incluam: piso salarial, remuneração pela desocupação involuntária, bem como, a determinação das atividades de risco nos portos brasileiros, possibilitando a aposentadoria salutar dos/as trabalhadores/as portuários/as.
9. O Governo Federal deve colocar verdadeiramente na sua Agenda o PORTUS - Fundo de Previdência Complementar dos/as Portuários/as que, sob intervenção, contínua sem uma solução definitiva, inclusive sem o repasse da quantia de R\$.150 milhões, referente à Medida Provisória nº 515/10.
10. A participação efetiva da Central Única dos Trabalhadores - CUT, juntamente com a Federação Nacional dos Portuários - FNP, na discussão de quaisquer medidas que venham a ser aplicadas pelo Governo Federal no sentido de alterar o atual sistema de concessão e/ou delegação dos portos e terminais.
11. O Governo Federal, em rodovias que tenham como destino ou origem municípios costeiros, devem modificar o atual modelo de contrato de pedágios, na medida em que estes se extinguirem e/ou rescindirem, criando o pedágio comunitário que substituirá as atuais concessões por uma empresa estatal, como forma de redução dos custos portuários.
12. Seja rechaçado com veemência, qualquer processo de privatização que venha a transferir o controle da gestão portuária pública para a iniciativa privada.

## RAMO SEGURIDADE SOCIAL (CNTSS)

1. Adoção imediata da jornada semanal de 30 horas para profissionais de enfermagem (enfermeiros/as, técnicos/as e auxiliares de enfermagem), sem redução da remuneração ou de qualquer direito;
2. Respeito ao direito ao duplo vínculo em unidades de saúde pública a profissionais que tenham

conquistados duas matrículas graças a aprovação em concurso público regular e legítimo, como é garantido pela Constituição e pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) e, no parágrafo primeiro de seu Artigo 28, estabelece: “Os/as servidores/as que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).”;

3. Rejeição do projeto que regulamenta o ato médico e defesa da multidisciplinaridade no atendimento do sistema de saúde.

## RAMO FINANCEIRO (CONTRAF)

A CONTRAF aprovou os seguintes eixos e temas a serem aprofundados na ação sindical do período:

### Eixo 1 - Emprego

1. Terceirização
2. Correspondente bancário
3. Rotatividade
4. Demissões

### Eixo 2 - Remuneração

1. Aumento real
2. Aumento do piso
3. PLR
4. Previdência
5. PCS

### Eixo 3 - Condições de Trabalho, Saúde e Segurança Bancária

### Eixo 4 - Sistema Financeiro Nacional

1. Redução dos juros
2. Regulação do Sistema Financeiro
3. Conferência Sistema Financeiro

## **FISENGE**

Objetivo geral: Ampliação do nível de intervenção sistemática sobre a formulação e execução das políticas públicas ligadas à engenharia, com ênfase em:

1. Aprimorar a comunicação entre a FISENGE e os SENGES.
2. Identificar outros atores sociais que estão fazendo o debate sobre estas políticas públicas para estabelecer parcerias (Exemplos: FNE, Confea, CAU, Consea, Contag, Fóruns, etc.).
3. Resgatar os documentos e publicações relativos à participação e à produção da FISENGE/SENGES em políticas públicas, objetivando instrumentalizar ações futuras, a exemplo do 9º CONSENTE.
4. Formular teses sobre os temas afins.
5. Articular a criação de uma Frente Parlamentar de Engenharia (nacional e estadual).
6. Estudo de viabilidade para a contratação de assessorias em políticas públicas e afins.

### **Cidades (Habitação, Mobilidade Urbana e Saneamento):**

1. Propor Lei para assegurar a criação de equipes técnicas habilitadas nos municípios/consórcios de municípios como condição para liberação de financiamento público nas cidades (9º CONSENTE).
2. Levar a posição da FISENGE para o Fórum de Reforma Urbana.
3. Lutar pela regulamentação da Lei 11.888/08.

### **Energia (Renovação das concessões e Fundo Social do Pré-sal):**

1. Reunir os/as representantes eleitos/as (próximos à FISENGE) dos conselhos de administração das empresas elétricas para unificação de atuação em defesa de uma política energética.
2. Começar uma articulação nacional para uma efetiva participação nas eleições dos conselhos de administração.
3. Apoiar a renovação das concessões de empresas públicas do setor elétrico.
4. Criar massa crítica na FISENGE para poder participar do debate nacional sobre a criação do Fundo Social do Pré-Sal.
5. Promover debates internos sobre energia nuclear.
6. Promover debates internos sobre geração de energia: energia de base e energia alternativa (substituição do chuveiro elétrico pelo aquecimento solar).

### **Objetivo Geral: Promoção do desenvolvimento institucional: Estrutura e organização sindical**

1. Criar mecanismos para avançar na comunicação entre a FISENGE e seus sindicatos filiados.

### **Asseguradas bases estáveis de financiamento (imposto sindical vs outras fontes de receita)**

1. Elaborar um plano de sustentabilidade financeira para a FISENGE e sindicatos filiados.

### **Aprimoramento do modelo de Gestão da FISENGE e apoio ao aprimoramento do modelo de gestão das entidades filiadas**

1. Elaborar um projeto para a grande área de gestão sindical para os próximos 3 anos, considerando todo o acúmulo de debates feitos sobre o tema nos últimos 2 anos (indicar dois companheiros para tocar o projeto, com auxílio de entidade externa).

### **Reforço e ampliação da participação sindical no âmbito das negociações coletivas nacionais (Ex: petroleiros, aeroportuários, entre outros)**

1. Propor mecanismos de articulação como os sindicatos majoritários (reuniões, etc.) para buscar espaços nas mesas de negociação.
2. Alternativamente, buscar na justiça, o direito de participar das mesas de negociação.
3. Pactuar as responsabilidades dos sindicatos nas solicitações da FISENGE em relação às negociações nacionais.

### **(Re)pensadas as formas de relações sindicais / institucionais (CUT, FNE, CONFEA, CONFEDERAÇÕES, UNI, Legislativo e Executivo)**

1. Definir a forma de interação da FISENGE e seus sindicatos filiados para cada uma das instituições e poderes.

### **Objetivo Geral: Promoção do reconhecimento do/a profissional da engenharia**

1. Buscar o comprometimento do Sistema CONFEA/CREA nas ações relativas ao exercício e valorização profissional.
2. Articular com outras Federações.

### **Assegurar a observância do Salário Mínimo Profissional (Lei 4950-A e PEC-02)**

1. Fazer gestão junto ao Senado Federal para garantir o sucesso nos pleitos da FISENGE.
2. Acompanhar a tramitação da ação no Supremo Tribunal Federal.
3. Participar ativamente para aprovação da PEC-02.
4. Estimular os SENGES na realização da gestão junto às administrações Estadual e Municipal a pagar o Salário Mínimo Profissional para os/as servidores/as estatutários/as.

5. Promover/Estimular a fiscalização, pelo sistema, nas empresas públicas e privadas do cumprimento do SMP.

### **Promoção da defesa do espaço das atividades de engenharia para o engenheiro**

1. Reivindicar uma atuação mais eficaz do Sistema CONFEA/CREA nos conflitos de atribuições com outras profissões fora do Sistema.
2. Articular os/as Conselheiros/as representantes dos Sindicatos no CREA quanto às observância das diretrizes da Entidade.
3. Acompanhar as propostas das alterações da Lei nº 5.194, em discussão no Sistema CONFEA/CREA, que trata das atribuições dos profissionais.

### **Mercado de trabalho: monitoramento e interferência nas condições de funcionamento, tratando de questões como: oferta de novos profissionais, qualidade do ensino e contratação de estrangeiros**

1. Articular em conjunto com o CONFEA, ações junto ao MEC sobre a competência na criação de novos cursos de engenharia.
2. Aproximar os Sindicatos dos alunos dos cursos de graduação de engenharia.
3. Monitorar a entrada e atuação dos/as engenheiros/as estrangeiros/as no País.
4. Verificar a existência de propostas para flexibilização do exercício do trabalho de engenheiros/as estrangeiros/as no País.
5. Exigir a atuação mais eficaz do Sistema CONFEA/CREA, do Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho na atuação dos engenheiros/as estrangeiros/as.
6. Buscar forma de intervir na fiscalização da qualidade, da estrutura dos cursos e dos/as professores/as profissionais de engenharia.
7. Estimular a educação continuada.

### **Lutar pela equidade de gênero**

1. Que a FISENGE e os Sindicatos coloquem suas pautas para Convenções/Acordos coletivos a equidade gênero.
2. Incentivar os SENGES a levantar os dados sobre a situação atual do mercado de trabalho das engenheiras.
3. Motivar a participação das engenheiras nos sindicatos.

### **RAMO MUNICIPAIS (CONFETAM)**

1. Continuar se mobilizando e organizando para assegurar resultados satisfatórios no processo de negociação das Campanhas Salariais de 2013 e 2014, devendo inovar em suas estratégias de organização e mobilização da categoria e da sociedade.
2. Os Sindicatos devem buscar intervir no processo do Ciclo Orçamentário Municipal assegurando diretrizes e previsão orçamentária para a valorização da categoria.
3. As Federações devem empreender esforços compartilhados com os sindicatos para ocupar a mídia estadual, as redes sociais e pautar debates na sociedade em geral acerca da valorização do serviço público municipal como meio estratégico para a efetividade das políticas públicas e sociais.
4. Através da CUT e da ISP, a CONFETAM deve buscar participar de mobilizações e articulações no âmbito nacional e internacional contribuindo para o fortalecimento da organização da classe trabalhadora neste cenário de crise mundial.
5. A CONFETAM deve priorizar e fortalecer a agenda CUTista que defende um projeto de desenvolvimento econômico com justiça social para o Brasil, realizando pressão política e mobilização nas ruas, para evitar retrocessos alcançados e avançar na agenda do trabalho decente.
6. Eleições municipais 2012:
  - A CONFETAM deve lançar uma Campanha Nacional intitulada ‘SINDICATOS UNIDOS POR UM MUNICÍPIO DECENTE, JUSTO E SOLIDÁRIO’ objetivando a mobilização dos/as Servidores/as Públicos/as Municipais para a participação consciente no processo eleitoral;
  - Aprovar uma Minuta Nacional de Plataforma com proposições de políticas públicas e sociais e diretrizes para a implementação de uma política municipal de valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras no Serviço Público Municipal;
  - Montar um Banco de Dados Nacional através de um mapeamento do Perfil dos/as Candidatos/as ao Executivo Municipal com objetivo de encaminhar a Plataforma Nacional e uma Carta Compromisso a ser assinada pelos/as respectivos/as candidatos/as;
  - Identificar as lideranças do movimento sindical que estarão disputando cargos ao Legislativo e Executivo Municipal, objetivando criar uma Rede Virtual de Articulação, Intercâmbio e Aprendizagem.
7. Propomos desenvolver um plano nacional de enraizamento e interiorização estadual do Projeto Político-Organizativo da CONFETAM/CUT com o objetivo de ampliar a base de representação e a negociação de políticas públicas em âmbito local, considerando a lógica dos territórios da cidadania. A CONFETAM e as FEDERAÇÕES devem aprofundar o debate sobre filiação à CUT e de todas as suas entidades, bem como realizar Campanhas Internas de criação de novos Sindicatos CUTistas.
8. A CONFETAM e as FEDERAÇÕES devem aprofundar o debate e produzir resoluções para a maneira mais adequada de representação dos/as terceirizados/as, considerando as demandas internas e formas de contratação e negociação, assim como definir reestruturação estatutária para incluir os/as novos/as trabalhadores e as trabalhadoras na dinâmica institucional e sindical.
9. Este Plano de Ação aprovado no Congresso Nacional Extraordinário se constitui como uma AGENDA NACIONAL PRIORITÁRIA para a Direção Nacional da CONFETAM e as Federações Estaduais, cabendo por sua vez estas instâncias empreenderem esforços para sua aplicação de maneira efetiva.

# LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

# CUT

SINDICATO DE UNAS E CONQUISTA

## ESTATUTO

### Alterações no Estatuto

O 11º CONCURTO aprovou as seguintes alterações Estatutárias:

#### 1) Art 51

- Aumentar a Direção Executiva Nacional para 32 membros;
- Retirar a criação da secretaria de relações institucionais;
- Acrescentar os adjuntos para as secretarias: Geral, Administração e Finanças, Relações Internacionais, Formação, Organização, Relações de Trabalho e Saúde do Trabalhador.

#### 2) Artigo 57

Alteração no inciso VI, do art. 57, Seção I - Das Eleições - Capítulo IV - Das disposições comuns às instâncias. Organizativas e deliberativa, com o seguinte texto:

“Todas as chapas inscritas para as Direções Estaduais e a Direção Nacional da CUT, devem ter obrigatoriamente 50% de homens e 50% de mulheres. As chapas que não preencherem esse requisito não poderão ser inscritas e concorrer à eleição.

Na composição das Direções e Executivas Estaduais e na Direção Nacional e Executiva da CUT deve obrigatoriamente ser cumprido o princípio da paridade, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres. A direção que não cumprir esse requisito não poderá ser empossada.

As chapas inscritas para as Direções verticais (Federações e Confederações) devem ter, obrigatoriamente, no mínimo, 30% de um dos sexos. As chapas que não preencherem esse requisito não poderão ser inscritas e concorrer à eleição.

Na composição das Direções e Executivas verticais (Federações e Ramos) deve obrigatoriamente ser cumprida a cota de, no mínimo, 30% de um dos sexos. A direção que não cumprir esse requisito não poderá ser empossada.

Cumprir o estatuto da CUT sobre cotas de gênero em atividades de formação, de representação e delegação”.

### Reforma Estatutária

O 11º CONCURTO aprovou também realizar uma Reforma Estatutária:

Sobre a reforma do estatuto da CUT, o 11º CONCURTO autoriza a Executiva Nacional da CUT, que a partir do seu planejamento estratégico para o mandato, apresente um calendário de discussões junto à Direção Nacional da CUT, às Estaduais da CUT e Ramos, com o objetivo de elaborar propostas ao estatuto. Estas propostas serão submetidas ao debate com conjunto da militância CUTista, das entidades orgânicas e filiadas, no processo de construção da 14ª Plenária Nacional, que em suas resoluções aprovará as alterações estatutárias.



**Presidente**

Artur Henrique da Silva Santos  
(Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas/SP)

**Secretário-Geral**

Quintino Marques Severo  
(Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Leopoldo/RS)

**Secretário de Administração e Finanças**

Vagner Freitas de Moraes  
(Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região/SP)

**Secretária de Combate ao Racismo**

Maria Julia Reis Nogueira  
(Sind. Trab. Públicos Federais em Saúde e Previdência do Estado do Maranhão)

**Secretária de Comunicação**

Rosane Bertotti  
(Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Xanxerê/SC)

**Secretário de Formação**

José Celestino Lourenço (Tino)  
(Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação/MG)

**Secretária da Juventude**

Rosana Sousa de Deus  
(STI Químicas de São Paulo/SP)

**Secretária de Meio Ambiente**

Carmen Helena Ferreira Foro  
(Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri/PA)

**Secretária da Mulher Trabalhadora**

Rosane da Silva  
(Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Ivoti/RS)

**Secretário de Organização e Política Sindical**

Jacy Afonso de Melo  
(Sindicato dos Bancários de Brasília)

**Secretário de Políticas Sociais**

Expedito Solaney Pereira de Magalhães  
(Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito de Pernambuco)

**Secretário de Relações Internacionais**

João Antonio Felício  
(Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP)

**Secretária da Saúde do Trabalhador**

Junéia Martins Batista  
(Sind. Trab. na Adm. Pública e Autarquias do Município de São Paulo)

**Diretores(as) Executivos**

Antonio Lisboa Amâncio do Vale  
(Sind. dos Professores do Distrito Federal)

Aparecido Donizeti da Silva  
(Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do ABC/SP)

Dary Beck Filho  
(Sind. Trab. Ind. Dest. Refinação de Petróleo/RS)

Elisângela dos Santos Araújo  
(Sind.Trab. Agricultura Familiar de São Domingos/BA)

Jasseir Alves Fernandes  
(Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iúna/ES)

Julio Turra  
(Sind. dos Professores de Santo André/SP)

Pedro Armengol  
(Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado do Piauí)

Rogério Pantoja  
(STI Urbanas do Estado do Amapá)

Shakespeare Martins de Jesus  
(STI Metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem/MG)

Valeir Ertle  
(Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis/SC)

**Conselho Fiscal**

**Efetivos**

Joice Belmira da Silva  
(STI Vestuário e Calçados de Igrejinha/RS)

Pedro de Almeida dos Anjos  
(Sind. Trab. Agricultura Familiar de Itamaraju/BA)

Waldir Maurício da Costa Filho  
(STI Constr. Civil, Terrap., Estradas, Pontes, Constr. Montag./ES)

**Suplentes**

Marlene Terezinha Ruza  
(Sind. Nac. dos Aeronautas)

Rubens Graciano  
(Sind. Nac. Aposentados e Pensionistas)

Sérgio Irineu Bolzan  
(STI Carnes de Aves, Bovinos, Suínos e Derivados de Sidrolândia/MS)

**• Integraram a Direção Executiva Nacional da CUT durante um período gestão:**

José Lopez Feijóo - Vice-Presidente  
(STI Metalúrgicas ABC/SP)

Denise Motta Dau  
Secretária de Relações do Trabalho  
(Sind.Trab. Públicos da Saúde do Estado de São Paulo)

Manoel Messias Melo  
Secretário de Saúde do Trabalhador e, posteriormente, Secretário de Relações do Trabalho (Sind. Trab. Informática/PE)

Adeilson Telles  
Diretor Executivo  
(Sind.Est.Profissionais da Educação/RJ)

**Presidente**

Vagner Freitas de Moraes  
(Sindicato dos Bancários de São Paulo,  
Osasco e Região/SP)

**Vice-presidente**

Carmen Helena Ferreira Foro  
(Sindicato dos Trabalhadores  
Rurais de Igarapé-Miri/PA)

**Secretário-Geral**

Sérgio Nobre  
(Sindicato dos Trabalhadores nas  
Indústrias Metalúrgicas do ABC/SP)

**Secretária-Geral Adjunta**

Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria  
(Sindicato dos Trabalhadores Públicos  
da Saúde do Estado de São Paulo)

**Secretário de Administração e Finanças**

Quintino Marques Severo  
(Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias  
Metalúrgicas de São Leopoldo/RS)

**Secretário-Adjunto  
de Administração e Finanças**

Aparecido Donizeti da Silva  
(Sindicato dos Trabalhadores nas  
Indústrias Químicas do ABC/SP)

**Secretário de Relações Internacionais**

João Antônio Felício  
(Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do  
Estado de São Paulo - APEOESP)

**Secretário-Adjunto de Relações  
Internacionais**

Artur Henrique da Silva Santos  
(Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de  
Energia Elétrica de Campinas/SP)

**Secretária de Combate ao Racismo**

Maria Júlia Reis Nogueira  
(Sind. Trab. Públicos Federais em Saúde  
e Previdência do Estado do Maranhão)

**Secretária de Comunicação**

Rosane Bertotti  
(Sindicato dos Trabalhadores  
na Agricultura Familiar de Xanxerê/SC)

**Secretário de Formação**

José Celestino Lourenço (Tino)  
(Sindicato Único dos Trabalhadores  
em Educação/MG)

**Secretário-Adjunto de Formação**

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)  
(Sind. Trab. em Empr. e Órgãos Públicos e  
Privados de Proc. de Dados, Serviços de  
Informática, Similares e Profissionais de  
Processamento de Dados/PE)

**Secretário de Juventude**

Alfredo Santana Santos Júnior  
(Sindicato do Ramo Químico  
e Petroleiro/BA)

**Secretário de Meio Ambiente**

Jasseir Alves Fernandes  
(Sindicato dos Trabalhadores  
Rurais de Iúna/ES)

**Secretária da Mulher Trabalhadora**

Rosane da Silva  
(Sindicato dos Trabalhadores nas  
Indústrias de Calçados de Ivoti/RS)

**Secretário de Organização  
e Política Sindical**

Jacy Afonso de Melo  
(Sindicato dos Bancários  
de Brasília)

**Secretário-Adjunto de Organização**

Valeir Ertle  
(Sindicato dos Empregados no  
Comércio de Florianópolis/SC)

**Secretário de Políticas Sociais**

Expedito Solaney Pereira de Magalhães  
(Sindicato dos Empregados em  
Estabelecimentos de Crédito de Pernambuco)

**Secretária de Relações do Trabalho**

Maria das Graças Costa  
(Sindicato dos Servidores Públicos  
Municipais de Quixadá/CE)

**Secretário-Adjunto  
de Relações do Trabalho**

Pedro Armengol de Souza  
(Sindicato dos Servidores Públicos  
Federais do Estado do Piauí)

**Secretária de Saúde  
do Trabalhador**

Junéia Martins Batista  
(Sind. Trab. na Adm. Pública e  
Autarquias do Município de São Paulo)

**Secretário-Adjunto  
de Saúde do Trabalhador**

Eduardo Lírio Guterra  
(Sind. Trab. Portuários, Avulsos,  
Vinc. Empreg. Portos/ES)

**Diretore(a)s Executivo(a)s**

Antônio Lisboa Amâncio do Vale  
(Sind. dos Professores do Distrito Federal)

Daniel Machado Gaio  
(Sind. Bancários de Brasília)

Elisângela dos Santos Araújo  
(Sind.Trab. Agricultura Familiar  
de São Domingos/BA)

Jandira Massue Uehara Alves  
(Sind. Serv. Municipais de Diadema/SP)

Júlio Turra Filho  
(Sind. dos Professores de Santo André/SP)

Rogério Batista Pantoja  
(STI Urbanas do Estado do Amapá)

Roni Anderson Barbosa (licenciado)  
(STI Dest. Refinação de Petróleo PR/SC)  
Rosana Sousa de Deus  
(STI Químicas de São Paulo/SP)

Shakespeare Martins de Jesus  
(STI Metalúrgicas de Belo Horizonte  
e Contagem/MG)

Vítor Luiz Silva de Carvalho  
(STI Dest. Refinação de Petróleo de Macaé/RJ)

**Conselho Fiscal**

**Efeitos**

Antonio Guntzel  
(Sind. Sapateiros de Sapiranga/RS)

Dulce Rodrigues Sena Mendonça  
(STI Metalúrgicas de Manaus/AM)

Manoel Messias Dias do Vale  
(STR de Teixeira de Freitas/BA)

**Suplentes**

Raimunda Audinete de Araújo  
(Sind. Trab. em Telecomunicações/RN)

Severino Amaro do Nascimento (Faustão)  
(STI Químicas de Pernambuco)

Simone Soares Lopes  
(Sind.Trab.Empr.Correios e Telégrafos/BA)

**ESTADOS**

**ACRE**

Rosana Sousa do Nascimento - Sind. Trab. Educação do Estado

**ALAGOAS**

STI Urbanas de Alagoas

**AMAZONAS**

Izete Rodrigues Rabelo - STR de Manaquiri

**AMAPÁ**

Hedoelson Silva Ulhoa - Sindsep/AP

**BAHIA**

Cedro Costa e Silva - Sindipetro/BA  
Maria Cristina Brito Costa - STI Energia Elétrica  
Vladimir Santos Cardoso - Sindvigilantes

**CEARÁ**

Joana D'Arc Barbosa Almeida - STR de Crateus  
Maria José Soares de Lima - Opos. Sind. Empreg. Emp. Asseio e Conservação  
Anízio Santos Melo - Sind. Serv. Pub. Lot. Sec. Educ. E Cultura - APEOC

**DISTRITO FEDERAL**

Rodrigo Lopes Britto - Sind. dos Bancários de Brasília  
Oton Pereira Neves - Sind. Serv. Pub. Federais de Brasília

**ESPÍRITO SANTO**

Clemilde Cortes Pereira - Opos. Sind. Serv. Pub. Municipais de Vitória

**GOIÁS**

Maria Euzébia de Lima - Sind. Trab. em Educação do Estado

**MARANHÃO**

Nivaldo Araújo Silva - STI Urbanas do Maranhão

**MINAS GERAIS**

Jairo Nogueira Filho - STI Energia Elétrica de Minas Gerais  
Ana Cristina Nunes - STI Metalúrgicas de Juiz de Fora

**MATO GROSSO DO SUL**

Alexandre Junior Costa - Sind. Trab. em Seguridade Social

**MATO GROSSO**

João Luiz Dourado - Sind. dos Bancários de Cuiabá

**PARÁ**

Martinho Afonso da Cruz Souza - STI Gráficas do Pará

**PARAÍBA**

Paulo Marcelo de Lima - STI Construção e Mobiliário

**PERNAMBUCO**

José Carlos Veras dos Santos - SRT de Tabira  
Lindinere Jane Ferreira da Silva - Sind.Trab.Pub.Saúde e Previdência

**PIAUI**

Manoel Rodrigues Lima (licenciado) - Sind.Trab.em Educação do Estado

**PARANÁ**

Marisa Stédile - Sind.dos Bancários de Curitiba  
Regina Perpétua Cruz - Sind. dos Vigilantes de Curitiba

**RIO DE JANEIRO**

Darby de Lemos Igayara - Sind. dos Bancários do Rio de Janeiro  
Neuza Luzia Pinto - Sind.Trab. da UFRJ

**RIO GRANDE DO NORTE**

José Rodrigues Sobrinho - STR de Ipanguassu

**RONDÔNIA**

Itamar dos Santos Ferreira - Sind. dos Bancários do Estado

**RORAIMA**

Gilberto Rosas - Sindsep/RR

**RIO GRANDE DO SUL**

Claudir Antonio Nespolo - STI Metalúrgicas de Porto Alegre  
Cleonice Fabiane Back - STR de Tirandentes do Sul  
Claudio Augustin - Sindsepe/RS

**SANTA CATARINA**

Vilmar Osovsky - STI Const. E Mobiliário de São Bento do Sul  
Liliana Piscki - STI Mecânicas de Joinville

**SERGIPE**

Rubens Marques de Sousa - Sind.Trab.em Educação do Estado

**SÃO PAULO**

Adi dos Santos Lima - STI Metalúrgicas do ABC  
Sebastião Geraldo Cardoso - Sind.dos Bancários de Araraquara  
Renato Carvalho Zulato - STI Químicas de São Paulo  
Telma A. A. Victor - Apeoesp  
Sônia A. V. da Silva - Sind.Serv.pub.Municipais de Pres.Prudente  
Douglas Martins Izzo - Apeoesp  
João Batista Gomes - Sind.Trab.Adm.Pub. e Autarquias  
Marcelo Renato Fiorio - STI Energia Elétrica de Campinas

**TOCANTINS**

José Roque Rodrigues Santiago - Sind.Trab. em Educação do Estado

## **RAMOS**

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Paula F. C. Leite Queiroz - Sind.Trab.Adm.Pub. e Autarquias de São Paulo  
Francisco de Assis Gomes Filho - Sind.serv.Pub.Municipais de Mossoró  
Cícero B. A. Rola - Sind.Serv.Empr.Adm.Direta, Fund., Autarq., Empr.Pub. e Soc.Econ.Mista  
Jacqueline Silva de Albuquerque - Sind.Serv.Pub.do Poder Judiciário Federal

### **ALIMENTAÇÃO**

Siderlei Silva de Oliveira - Fed.Trab.Ind.Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul

### **COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Alci Matos Araújo - Sind.Empreg.Comércio de Vitória  
Lourival José Oliveira Lopes - Sindpec

### **COMUNICAÇÃO**

José Antônio Garcia Lima - SINDPD-RJ

### **CONSTRUÇÃO CIVIL**

Cláudio da Silva Gomes (licenciado) - STI Construção e Mobiliário de Bauru

### **EDUCAÇÃO**

Roberto Franklin de Leão - Apeoesp  
Manoel Lima - Sintecac  
Sueli Veiga Melo - Fetems  
Beatriz Cerqueira - Sind-UTE  
Mário Sérgio F. de Souza - APP  
Walkíria Olegário Mozeto - APP  
Neuza Marisa Lopes - CPERS  
Francisco das Chagas Oliveira Silva - Sind.Trab.em Educação do Estado do Piauí  
Silvana Prestes de Araújo - APP  
André Jorge Marinho - Sinpro Rio de Janeiro  
Aparecida de Oliveira Pinto - Sinpro juiz de Fora

### **FINANCEIRO**

Carlos Alberto Cordeiro da Silva - Sind. dos Bancários de São Paulo  
Juvândia Moreira Leite - Sind. dos Bancários de São Paulo  
Sérgio Wilson Lima de Amorim - Sind. dos Bancários do Rio de Janeiro

### **METALÚRGICOS**

Paulo Aparecido Silva Cayres - STI Metalúrgicas do ABC  
Rosilene Matos da Silva (licenciada) - STI Metalúrgicas de Manaus  
HenriqueAlexandre de A. Ribeiro - STI Metalúrgicas de Juiz de Fora

### **QUÍMICOS**

Lucineide Varjão Soares - STI Químicas de São Paulo

### **RURAL**

Moisés Braz Ricardo - STR de Massape  
Rilda Maria Alves - STR de Arapiraca  
Aristides Veras dos Santos - STR de Tabira  
Maria Elenice Anastacio - STR de Monte das Gameleiras  
Willian Clementino da Sila - STR de Wanderlândia  
Antônio Lucas Filho - STR de Pirancajuba  
Carlos Augusto Santos Silva - STR de Irituia  
Maria Adriana Oliveira - STR de Açailândia  
Gilmar Evangelista Santos - STR de Camamu  
Marcos Rochinski - STR de Palmeira  
Lázaro Souza Bento - STR de Jatai  
Maria Josana de Lima - STR de Riachuelo

### **SEGURIDADE SOCIAL**

Cleidinir Francisco do Socorro - Sind.Trab. em Saúde do Amazonas  
Cícero Lourenço da Silva - Sind.Trab. em Seguridade Social do Estado de Alagoas

### **TRANSPORTE**

Luciano dos Santos Souza - Sind. Trab.Transportes Rodoviários de Salvador

### **URBANITÁRIOS**

Franklin Moreira Gonçalves  
Gilvana Maria Noletto Barros - STI Urbanas do Estado de Rondônia

### **VESTUÁRIO**

Francisca Trajano dos Santos (licenciada) - Sind.Prof.em Confecção do ABC

### **TRABALHADORES E TÉCNICOS DE FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

Olímpio Alves dos Santos

## ENTIDADES PARTICIPANTES DO 11º CONCURSO

### RAMOS

Quadro de Delegados e Delegadas credenciadas ao 11º CONCURSO

RAMO	DELEG	%	HOMENS	%	MULHERES	%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	289	12,45	155	53,63	134	46,37
ALIMENTAÇÃO	23	0,99	18	78,26	5	21,74
COMÉRCIO E SERVIÇOS *	116	5,00	81	69,83	35	30,17
COMUNICAÇÃO	89	3,83	63	70,79	26	29,21
CONSTRUÇÃO	78	3,36	66	84,62	12	15,38
EDUCAÇÃO	642	27,65	296	46,11	346	53,89
FINANCEIRO	174	7,49	108	62,07	66	37,93
METALÚRGICO	168	7,24	117	69,64	51	30,36
TRABALHADORES E TÉCNICOS DE FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	6	0,26	6	100	0	0
QUÍMICO	78	3,36	57	73,08	21	26,92
RURAL	344	14,81	188	54,65	156	45,35
SAÚDE	133	5,73	66	49,62	67	50,38
TRANSPORTE	66	2,84	50	75,76	16	24,24
URBANITÁRIO	81	3,49	57	70,37	24	29,63
VESTUÁRIO	35	1,51	20	57,14	15	42,86
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.322</b>	<b>100,00</b>	<b>1.348</b>	<b>58,05</b>	<b>974</b>	<b>41,95</b>

\* INCLUSO VIGILANTES

## ENTIDADES PARTICIPANTES DO 11º CONCURSO

### ESTADOS

Quadro de Delegados e Delegadas credenciadas ao 11º CONCURSO

RAMO	DELEG	%	HOMENS	%	MULHERES	%
ACRE	10	0,43	2	20,00	8	80,00
ALAGOAS	86	3,70	46	53,49	40	46,51
AMAZONAS	43	1,85	22	51,16	21	48,84
AMAPÁ	8	0,34	5	62,5	3	37,5
BAHIA	110	4,74	75	68,18	35	31,82
CEARÁ	142	6,12	75	52,82	67	47,18
DISTRITO FEDERAL	127	5,47	77	60,63	50	39,37
ESPÍRITO SANTO	63	2,71	45	71,43	18	28,57
GOIÁS	39	1,68	18	46,15	21	53,85
MARANHÃO	34	1,46	18	52,94	16	47,06
MINAS GERAIS	114	4,91	66	57,89	48	42,11
MATO GROSSO DO SUL	25	1,08	17	68,00	8	32,00
MATO GROSSO	21	0,90	15	71,43	6	28,57
PARÁ	66	2,84	38	57,58	28	42,42
PARAÍBA	40	1,72	29	72,5	11	27,5
PERNAMBUCO	151	6,50	81	53,64	70	46,36
PIAUÍ	40	1,72	21	52,5	19	47,5
PARANÁ	101	4,35	57	56,44	44	43,56
RIO DE JANEIRO	142	6,12	95	66,9	47	33,1
RIO GRANDE DO NORTE	73	3,14	50	68,49	23	31,51
RONDÔNIA	48	2,07	26	54,17	22	45,83
RORAIMA	4	0,17	2	50,00	2	50,00
RIO GRANDE DO SUL	195	8,40	103	52,82	92	47,18
SANTA CATARINA	87	3,75	46	52,87	41	47,13
SERGIPE	22	0,95	11	50,00	11	50,00
SÃO PAULO	513	22,09	297	57,89	216	42,11
TOCANTINS	18	0,78	11	61,11	7	38,89
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.322</b>	<b>100,00</b>	<b>1.348</b>	<b>58,05</b>	<b>974</b>	<b>41,95</b>

**ÁFRICA**

**ÁFRICA DO SUL**

**COSATU**

James Tyoty

**ANGOLA**

**CGSILA - ANGOLA**

Antonio Eduardo

**UNTA ANGOLA**

Adriano Santos  
Idalina Tomas

**CABO VERDE**

**CCSL**

Jose Manuel Vaz

**GUINE-BISSAU**

**UNTG**

Estavão Gomes Có

**MARROCOS**

**FDT**

Nourdin Fatan

**MOÇAMBIQUE**

**OTM - CS**

Raul Sengo

**PALESTINA**

**NEW UNIONS**

Mohammed Blaidi

**SÃO TOMÉ E PRINCÍPE**

**ONTSTP - CS**

João Sousa Pontes Tavares

**SENEGAL**

**UNSA**

Mame Saye Seck

**AMÉRICA LATINA**

**ARGENTINA**

**ASOCIACION BANCARIA SOCIEDAD DE EMPLEADOS DE BANCOS ARGENTINA**

Aldo Acosta  
Eduardo Negro  
Guillermo Marcelo Marcos Maffeo

**CGT - ARGENTINA**

Gerardo Martinez  
Victor Hugo Brandan

**CTA ARGENTINA**

Adolfo Aguirre  
Andres Larisgoitia  
Estela Diaz  
Hugo Yasky  
Pedro Wasiejko  
Roberto Baradel  
Victorio Paulon

**BRASIL**

**CSA**

Ivan Antonio Gonzalez Alvarado  
Laerte Teixeira da Costa  
Rafael Freire Neto

**FES - Brasil**

Martina Hennecken  
Waldeli Melleiro

**ISP - INTERAMÉRICAS**

Jocelio Drummond  
Mônica Valente

**CHILE**

**CAT CHILE**

Abraham Armijo Caceres

**CUT - CHILE**

José Manuel Diaz Zavala  
Roberto Morales Farias

**COLÔMBIA**

**CTC - COLOMBIA**

Jorge Ignacio Peña Cañon

**CUT - COLOMBIA**

Claudia Camacho Sosa  
Gustavo Ruben Triana Suarez

**UNEB**

Ildebrando León Cortes

**CUBA**

**CTC - CUBA**

Ernesto Freire Cazañas  
José Miguel Hernández Mederos

**EL SALVADOR**

**CATS**

Francisco Quijano

**HAITI**

**CATH**

Louis Fignole St. Cyr

**PANAMA**

**CENTRAL AUTONOMA DE TRABAJADORES DE PANAMA**

Abelardo Herrera Castillo

**PARAGUAI**

**CSA**

Victor Baéz Mosqueira

**CUT - AUTÊNTICA**

Bernardo Rojas da Costa

**FETRABAN**

Rigoberto Urbieta

**SURINAME**

**OSAV**

Darmdew Chotkan

**URUGUAI**

**CCSCS**

Hector Castellano

**INDUSTRIALL GLOBAL UNION**

Marino Vani

**PIT CNT**

Fernando Gambera

**UNI AMERICAS**

Adriana Rosentraig  
Ruben Cortina

**AMÉRICA DO NORTE**

**CANADA**

**CANADIAN LABOUR CONGRESS**

Hassan Yussuff

**CSN**

Louis de Garie  
Louis Roy  
Michel Forget  
Nicole Cousineau  
Philippe Mougéot  
Sylvie Joly

**UNITED STEELWORKERS**

Benjamin Davis  
Peter Mandryk

## ENTIDADES E CONVIDADOS/AS INTERNACIONAIS

### ESTADOS UNIDOS

#### AFL - CIO

Brian Finnegan  
Cathy Feingold  
Jana Silverman

#### HOME DEFENDERS LEAGUE AND GEOGETOWN UNIVERSITY KALMANOVITZ INSTITUTE FOR LABOR AND THE WORKING POOR

Stephen Lerner

#### SEIU - EEUU

Ginny Coughlin  
Joe Simoes  
Rocio Saenz  
Roberto Rodriguez Pagan

#### UAW

Bob King  
Robert Lawson  
Morris Mock

#### US

Tim Newara  
Peter Knowlton

#### USW - EEUU

Carolyn Kazdin  
Frederick Redmond

### MÉXICO

#### CROC

Alberto Suarez Hernández  
José Del Valle Perez

#### UNT - MEXICO

Victor Enrique Fabela Rocha

### ASIA

#### CHINA

#### FEDERAÇÃO NACIONAL DE SINDICATOS DA CHINA (FNSCH)

Zheng Jiaheng

#### COREIA DO SUL

#### KCTU

Hye Kyeong Jeong  
Mikyung Ryu

#### FILIPINAS

#### KMU

Elmer Lagob

#### JAPÃO

#### ZENROREN

Itsuko Nagasaka  
Seiji Terama

#### NEPAL

#### GEFONT NEPAL

Cde Bishnu Rimal

### EUROPA

#### ALEMANHA

#### DGB

Barbara Susec  
Claudia Meyer  
Michael Sommer

#### EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Annika Worsdorfer

#### IGM/FITIM

Manuel Campos

#### TUAC

Roland Schneider

## ENTIDADES E CONVIDADOS/AS INTERNACIONAIS

### AZERBAIJÃO

#### AZERBAIJAN TRADE UNIONS

Anar Mahbaliyev  
Rafiq Ildarov

#### ESPAÑA

#### CCOO

Blanca Gómez

#### COMFIA-CCOO

Francisco José Garcia Ultrila  
Manuel Rodriguez Aporta

#### UGT - ESPAÑA

Joseba Echebarria

#### FRANÇA

#### CFDT

Mariano Fandos

#### CGT FRANCA

Marie Christine Naillod  
Samantha Dumousseau

#### GALÍCIA

#### CIG

Xesús Ramón González Boán

#### HOLANDA

#### FNV

Patricio Sambonino  
Tjalling Postma

#### ITÁLIA

#### CGIL

Fabrizio Solari  
Sergio Bassoli

#### CGIL EMILIA ROMAGNA

Alessia Benezzi

#### CISL

Donatello Bertozzi  
Franco Patrignani  
Giuseppe Iuliano  
Giuanluigi Petteni  
Raffaele Bonanni

#### FISAC-CGIL

Mario Ongaro

#### FP-CGIL

Rosa Pavanelli

#### INCA CGIL

Anna Serra  
Nino Galante

#### NEXUS

Sandra Pareshi

#### PATRONATO UTAL UIL

Guido Moretti

#### NORUEGA

#### LO

Diis Bohn

#### PAÍS BASCO

#### ELA

Joseba Villarreal

#### PORTUGAL

#### CGTP - IN

Ana Pires

#### UGT - PORTUGUAL

Catarina Tavares

#### SUIÇA

UNI GLOBAL UNION  
Marcio Benedito Monzane

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**ACTRAV** - Programa de Atividades para os Trabalhadores do Centro Internacional de Formação da OIT

**ADIN** - Ação Direta de Inconstitucionalidade

**ADS** - Agência de Desenvolvimento Solidário

**AGU** - Advocacia-Geral da União

**AMG** - Acordos Marco Global

**ANEEL** - Agência Reguladora de Energia Elétrica

**BNDES** - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

**CAE** - Conselho de Alimentação Escolar

**CAT** - Comunicação de Acidente do Trabalho

**CAU** - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

**CBTU** - Companhia Brasileira de Trens Urbanos

**CCSCS** - Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul

**CEREST** - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

**CGPC** - Conselho de Gestão da Previdência Complementar

**CGTB** - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

**CGU** - Controladoria-Geral da União

**CIPA** - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

**CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho

**CMN** - Conselho Monetário Nacional

**CMS** - Coordenação dos Movimentos Sociais

**CNM** - Confederação Nacional dos Metalúrgicos

**CNTE** - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

**CNTSS** - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

**CNTT** - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**CNTV** - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário

**CONCRAB** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

**CONCUT** - Congresso Nacional da CUT

**CONDSEF** - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

**CONFEA** - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

**CONFECOM** - Conferência Nacional de Comunicação

**CONFETAM** - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal

**CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

**CONSENTE** - Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**CONTRACS** - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço

**CONTRAF** - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

**COPASF** - Comissão Mista Permanente para Assuntos do Sistema Financeiro

**COSATE** - Conselho Sindical de Assessoramento Técnico

**CPC** - Conselho de Previdência Complementar

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CREA** - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

**CSA** - Confederação Sindical dos Trabalhadores/as das Américas

**CSE** - Comissão Sindical de Empresa

**CSI** - Confederação Sindical Internacional

**CTB** - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

**DECRADI** - Delegacias de Crimes Raciais e de Intolerância

**DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**DNOCS** - Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**DPPAR** - Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional

**EBSERH** - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**ECT** - Correios

**FENATRAD** - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

**FGTS** - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso

**FISENGE** - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

**FITTEL** - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações

**FNDC** - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

**FNE** - Federação Nacional dos Engenheiros

**FNP** - Federação Nacional dos Portuários

**FS** - Força Sindical

**FSIs** - Federações Internacionais de Ramo

**FUNASA** - Fundação Nacional de Saúde

**FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**FUP** - Federação Única dos Petroleiros

**G20** - Grupo constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia.

**GT** - Grupo de Trabalho

**GW** - Giga-Watt

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IGP-M** - Índice Geral de Preços do Mercado

**INPC** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**INSPIR** - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**ISP** - Internacional de Serviços Públicos

**ITCPs** - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases

**LGBT** - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

**LRF** - Lei de Responsabilidade Fiscal

**MEC** - Ministério da Educação

**MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul, integrado por Argentina, Brasil, Paraguai (suspensão), Uruguai e Venezuela

**MP** - Medida Provisória

**MP** - Ministério Público

**MPU** - Ministério Público da União

**MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego

**NCST** - Nova Central Sindical de Trabalhadores

**NR** - Norma Regulamentadora

**NR** - Norma Regulamentadora

**OCDE** - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**OEA** - Organização dos Estados Americanos

**OGMO** - Órgãos Gestores de Mão de Obra

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**OLT** - Organização por Local de Trabalho

**ONG** - Organização Não-Governamental

**ONU** - Organização Nacional das Nações Unidas

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**ORSB** - Organização, Representação Sindical de Base

**OS** - Organização Social

**OSB** - Organização Sindical de Base

**OSCIP** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

**OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte

**PEC** - Proposta de Emenda à Constituição

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PIS** - Programa de Integração Social

**PL** - Projeto de Lei

**PLP** - Projeto de Lei Complementar

**PLR** - Programa de Participação nos Lucros e Resultados

**PLS** - Projeto de Lei do Senado

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**PNSST** - Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador

**PORTUS** - Fundo de Previdência Complementar dos/as Portuários/as

**PPP** - Parceria Público-Privado

**PPR** - Programa de Participação nos Resultados

**PRONACAMPO** - Programa Nacional de Educação do Campo

**PSS** - Plano de Seguridade Social do Servidor

**RFFSA** - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

**RIO+20** - Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

**RJU** - Regime Jurídico Único

**RJUE** - Regime Jurídico Único Estatutário

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**SDRT** - Sistema Democrático de Relações de Trabalho

**SENGE** - Sindicato dos Engenheiros

**SIGTUR** (Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights)

**SIN** - Sistema Interligado Nacional

**SINE** - Sistema Nacional de Emprego

**Sistema "S"** - formado por organizações e instituições referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas

**SMP** - Salário Mínio Profissional

**SNF** - Secretaria Nacional de Formação

**SPF** - Servidores Públicos Federais

**SRI** - Secretaria de Relações Internacionais

**SRT** - Secretaria de Relações de Trabalho

**STF** - Supremo Tribunal Federal

**STJ** - Superior Tribunal de Justiça

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**SUSAF** - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal, e de Pequeno Porte

**TAC** - Termo de Ajuste de Conduta

**TST** - Tribunal Superior do Trabalho

**UGT** - União Geral de Trabalhadores

**UNI** - Union Network International

**UNICAFES** - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

**UNISOL Brasil** - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

**UNITRABALHO** - Rede Nacional de Universidades

## EXPEDIENTE

### **Coordenação Nacional do 11º CONCURTO**

#### **Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores:**

Quintino Severo - *Coordenador-geral*

Aparecido Donizeti da Silva

Carmen Helena Ferreira Foro

Expedito Solaney P. de Magalhães

Jacy Afonso de Melo

Julio Turra

Rosane da Silva

Rosane Bertotti

## **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**

**Setembro, 2012**



**CUT** - Rua Caetano Pinto, nº 575 • Brás • São Paulo/SP  
CEP 03041-000 • Fone: (0xx11) 2108-9200 • Fax (0xx11) 2108-9310  
[www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)  
[twitter.com/cutnacional](https://twitter.com/cutnacional) • [facebook.com/CUTBrasil](https://facebook.com/CUTBrasil)